AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA ■ CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS ■ VOL 20 ■ Nº 11 ■ 15 DE NOVEMBRO DE 2000 ■ R$ 6,00



O NOVO ALGODÃO

Cultivo renascce no Centro-Oeste

A participação do agribusiness no PIB brasileiro

Conhecer melhor o agronegócio é essencial para entender as profundas transformações verificadas na agricultura brasileira

ISSN 0100-4298

FGV IBRE

Soja

Folicur®

Controla oídio e doenças de final de ciclo



www.bayer.com.br

TeleBayer
Discagem Direta Gratuita
0800-115560

Bayer
Proteção das Plantas

ATENÇÃO

Este produto é perigoso à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Leia atentamente e siga rigorosamente as instruções contidas no rótulo, na bula e na receita. Utilize sempre os equipamentos de proteção individual. Nunca permita a utilização do produto por menores de idade.

Consulte sempre um Engenheiro Agrônomo

Venda sob receituário agronômico

ANDEF

ABRE ASPAS: PRATINI DE MORAES

DA REDAÇÃO

Está cada vez mais difícil competir na área de commodities. O Brasil busca comercializar produtos de maior valor agregado para enfrentar os fortes subsídios dos países ricos, reconhece o ministro Pratini de Moraes, da Agricultura, nesta entrevista concedida ao editor de AGROANALYSIS, *Regis Alimandro, e a Rui Pizarro e Roberto Fendt da revista* CONJUNTURA ECONÔMICA, *da FGV. Não há como pagar importação de computador vendendo soja em grão a cento e poucos dólares a tonelada, mas dá para pagar computador vendendo carne de boi a peso em dólar a tonelada, raciocina. Essa busca pela qualidade está presente nos cinco preceitos em que a pasta da Agricultura vem fundamentando sua ação neste governo: produtividade, tecnologia, sanidade, preservação ambiental e renda. O objetivo é elevar o saldo do agronegócio para algo em torno de US$ 16 bilhões este ano e responder à altura a concorrência externa de produtos agrícolas com gigantescos subsídios embutidos. "Nossa proposta é: eles dão subsídios, nós criamos tarifas", desafia o ministro.*

Como estão as exportações agrícolas brasileiras e quais as previsões do governo para o ano que vem?

— Bem, 2000 mais uma vez confirmou que o comércio internacional está crescendo três a quatro vezes mais rápido do que o PIB dos países. Entre 1990 e 1999 o PIB mundial cresceu 20% e o comércio internacional 80%. Este ano, sem petróleo, o comércio internacional cresce de 4 a 5%; com petróleo e outros produtos, 10% e o PIB fica entre 2 e 2,5%. No caso brasileiro, há uma relativa estagnação do comércio internacional em relação ao PIB. Em 1990 as exportações representavam 6,7% do PIB. Esse número chegou a quase 9% em 1993, caiu para 6,5% alguns anos depois e deve ter atingido 8,6% no ano passado. Na verdade, o comércio exterior brasileiro continua estagnado em relação ao PIB, não vem crescendo. O Brasil representava em 1980 1% do comércio mundial. Em 1990 caiu para 0,91% e no ano passado chegou a 0,86%. Isso mostra que contrariamente à tendência mundial as exportações brasileiras tendem a decrescer em relação ao crescimento do PIB e que o agronegócio continua representando o principal item isolado do comércio exterior brasileiro. Em 1999 representava 41,3%; este ano deve ficar em torno de 38%.

Como tem sido a atuação do Ministério da Agricultura na promoção dos produtos brasileiros?

— Trabalhamos dois produtos que eu chamo de *dinâmicos* no mercado internacional: carnes e frutas. Estamos trabalhando também os cafés especiais e por quê? Nossa análise mostrou que com o crescimento dos subsídios às exportações e os apoios internos dados pelos países mais ricos – no ano passado somaram quase US$1 bilhão por dia, US$361 bilhões no ano –, está ficando cada vez mais difícil competir na área de *commodities*. Estamos procurando então apoiar mais os produtos de maior valor agregado, que têm nichos de mercado em crescimento e que representam, do ponto de vista brasileiro, mais renda, mais emprego e mais dólares. É aí que entram os cafés especiais, frutas, carnes e também o pescado. Porque o ano de 2000 foi particularmente difícil para as exportações do agronegócio e em particular das *commodities*. Em função do aumento dos subsídios e da desvalorização do euro, tivemos um movimento de queda dos preços internacionais na maioria dos produtos agrícolas. Foram quedas muito acentuadas no caso da



Tarifas 'versus' subsídios

soja, carne de frango, café e algumas frutas. O agronegócio brasileiro gera um saldo anual na faixa de US$13 bilhões. Desde a mudança do câmbio temos tido aumento na substituição de importações. Há uma queda no valor das importações do agronegócio, que de cerca de US$10 bilhões em 1996 está agora em torno de US$6,5 bilhões. Não caiu mais porque os maus resultados do trigo e do milho este ano provocaram aumento de importações. Mas a tendência a partir do próximo ano, com as sacas de milho, que nos darão auto-suficiência, é que as importações do agronegócio não ultrapassem US$5,5 bilhões, o que elevará o saldo do agronegócio de US$13,4 bilhões em 1999 a algo entre US$14 bilhões e US$16 bilhões este ano. O que no entanto não é suficiente para gerar um saldo que cubra o déficit na área dos manufaturados.

O senhor disse que o seu Ministério trabalha com cinco prioridades. Quais são?

— A primeira é produtividade; a segunda, tecnologia: depois, vem sanidade; a quarta, preservação ambiental, com o objetivo de aumentar a renda do setor. A quinta prioridade é a renda do valor da produção. É mais ou menos isso o que vem acontecendo com a agricultura brasileira nos últimos anos. Da safra 1990/91 à de 1999/2000, o crescimento da área plantada foi zero e o crescimento da produção foi de 44%. Isso quer dizer que na verdade o grande fator de crescimento da produção agrícola na década de 90 foi o crescimento da produtividade. Para 2000/01 estamos esperando um aumento sensível na área plantada, com crescimento de 1 milhão de hectares – o que nos levaria ao nível de área plantada de 1993/94 – e uma expectativa de safra de 91 milhões de toneladas.

E a renda do produtor rural vai crescer?

— Deve crescer em torno de 12 a 13%. Não cresce mais por causa do desastre da cana, do café no Paraná e do milho, principalmente em São Paulo, que perdeu muito. No ano que vem estamos estimando um crescimento de 8% na renda agrícola e entre 8 e 10% no produto agrícola .

Quais os programas de estímulo à agricultura?

— Primeiro, o que visa estimular a fruticultura. Estamos investindo em novos programas de crédito rural de apoio à agricultura. Montamos um programa novo de cultura de caju, um programa novo de vitivinicultura e estamos fazendo seis programas tecnológicos de certificação de sanidade e de qualidade. O primeiro resultado este ano foi um aumento de 25,5% nas exportações de frutas – dados de janeiro a setembro, porque o grosso da exportação se dá nesse período e mais alguma coisa até o final do ano. O crescimento em dólar foi de 25%. O crescimento é maior para algumas frutas, por exemplo: goiaba e manga cresceram 55%; mamão, 37%; uva, 31%; limão e lima, 67%. Aí é que estamos investindo mais e estamos conseguindo resultado. Na área de pecuária e agricultura, estamos trabalhando com a Apex (Agência de Promoção de Exportações) num programa intenso de divulgação e os resultados são bons. A carne de boi *in natura* teve um aumento de 20%. Na industrializada há uma queda porque há substituição, mas o valor agregado é maior. Na carne de frango há uma queda de 9,78%, mas um aumento de volume de 21,5%. A queda de preço foi na carne de frango industrializada. Em geral, as carnes este ano, de janeiro a setembro, estão repetindo o ano passado: queda de 0,3%. Em tonelagem, conseguimos aumentar em 22% a exportação. A carne *in natura* cresceu 31%; o frango, 21%; a carne de frango industrializada, 60%; a carne de peru, 90%. Estamos apoiando muito a carne de suíno, que teve um crescimento de 50%. É um volume expressivo, no entanto a carne de boi caiu 8,8%, a de frango, 25,7%, a carne industrializada, 22% – praticamente todos os preços caíram. Em grande parte como efeito da desvalorização do euro.



Somos competitivos em termos internacionais. Competimos até a porteira da fazenda; podemos competir até o porto. Mas não dá para comparar o Tesouro do Malan com o Tesouro de Washington.

O principal mercado para os nossos produtos continua sendo a Comunidade Européia?

— Sim, a Comunidade Européia, a União Européia... Outro programa que iniciamos ano passado foi o Cafés do Brasil, com o objetivo de promover os cafés especiais. Começou com uma grande feira em São Francisco, prosseguiu em Sydney – onde eu abri um café na esquina, com a Hortência servindo cafezinho e parece que deu muito bom resultado. Agora vamos fazer um grande investimento em Monte Carlo, onde há uma nova feira de café. A idéia é ir gradualmente ampliando a promoção de cafés especiais aqui no Brasil também. Para se conseguir reconhecimento externo, é preciso ter reconhecimento interno. Apostamos muito nesse programa, mas isso é um programa de longo prazo. A Colômbia está fazendo isso há mais de 30 anos. Nós começamos agora e queremos que esse programa prossiga crescendo, se desenvolvendo.

Finalmente, outro programa em que estamos investindo muito é o pescado. Ampliamos as exportações em tonelagem – saímos de uma estagnação que estava em torno de 20 e poucas mil toneladas para 32 mil no ano passado. Este ano vamos gerar 50 mil toneladas. Temos uma receita acima de US$200 milhões de pescado e nosso objetivo é até 2004/05 chegarmos a 200 mil toneladas, com uma receita de US$1 bilhão. O preço médio, que estava caindo muito, já se recuperou um pouco e os principais produtos são camarão, lagosta e atum. O camarão teve um grande aumento e o atum vem por esses navios que eu trouxe da Europa e que estão pescando aqui e exportam daqui. São 43 navios já baseados em Cabedelo. Isso é um programa que até agora está andando muito bem.

Qual a preocupação maior do governo em relação ao comércio externo?

— De um ponto de vista mais geral, a grande preocupação é o programa do subsídio internacional, e acho que a única resposta que temos ao subsídio é a tarifa. Quer dizer, fora do Mercosul o Brasil tem que estabelecer restrições às importações de produtos agrícolas, principalmente lácteos, alho e outros produtos que são objetos de subsídios gigantescos, que chegam a 1 bilhão de

dólares por dia. A nossa proposta é: eles dão subsídios, nós criamos tarifas.

Por que não foi posta em prática ainda?

— Estamos propondo agora, no fim do ano. O fundamental são as negociações internacionais na área agrícola. A posição que defendemos é a seguinte: ou se negocia produto agrícola ou não se negocia nada. Sei que é uma posição um pouco radical e eventualmente teremos que evoluir, mas a questão da agricultura tem que ser essa. A agricultura tem que ter uma tese muito forte. Qual é a idéia do comércio internacional livre? É vender o que é mais competitivo. Só que nós ainda somos mais competitivos em açúcar, café, soja, porco, frango, carne, laranja, café solúvel. Então temos que ter um mercado para aquilo em que somos competitivos. Não adianta continuarmos abrindo nossa economia para produtos manufaturados que só vêm agravar a balança comercial. Não temos como pagar importação de computador vendendo soja em grão a cento e poucos dólares a tonelada, mas dá para pagar computador vendendo carne de boi a peso em dólar a tonelada, aí já muda um pouco de figura.

Ou seja, é importante assegurar que o Brasil tenha um ganho agrícola...

— Exatamente. Porque o Brasil cansou e a agricultura brasileira cansou, desde a Rodada Uruguai em particular, de ver promessas de abertura de mercado que nunca se confirmam, enquanto nós abrimos o mercado dos produtos manufaturados. Outro item importante é a equivalência sanitária. Estamos negociando com a Argentina, o Mercosul e a União Européia acordos de equivalência sanitária para diminuir o nível de protecionismo representado pela imposição de restrições desse tipo. Não é só o caso da aftosa, é o caso de uma série de outras doenças, e outras restrições, principalmente na área de frutas, e temos que ter acordo de incentivo à lei sanitária. Estou enviando uma missão à União Européia para começar a negociação de um acordo de equivalência sanitária, sem o que, a cada vez que a gente vende uma coisa, a negociação volta. E o último ponto é a questão de promoção. O Brasil tem que investir mais em *marketing*, precisamos ter uma presença permanente. O Ministério da Agricultura tem procurado colaborar com isso. Não faz *marketing* direto – eu acho que não é tarefa do Ministério –, mas através da Apex nós apoiamos as iniciativas de *marketing* dos cafés especiais, das frutas, carnes, da cachaça. Quem faz, quem coordena é a Apex. O Ministério apóia, faz estande, manda gente da área sanitária, duas ou três veterinárias para explicar a febre aftosa. A gente dá uma cobertura mais técnica, que é a função do Ministério, e algum recurso financeiro de que o Ministério possa dispor. Então, os problemas básicos são os de tarifa *versus* subsídio; as negociações internacionais, todas fundamentadas em agricultura; os acordos de equivalência sanitária e a promoção externa dos produtos brasileiros. Com relação à safra, é o primeiro levantamento que fizemos; evidentemente, está sujeito a chuvas e trovoadas. Há a estimativa de um crescimento de área plantada que pode chegar a 3%, o que é mais de 1 milhão de hectares, e se não se repetirem aqueles problemas climáticos que houve em São Paulo e Paraná – seca seguida de geada e que acabaram com o trigo e o milho, principalmente, o mais atingido –, podemos colher aí 90 milhões de toneladas. Nossa estimativa de safra fica entre 89 milhões e 91,2 milhões, um crescimento de 7,8 a 10,12%, com um grande aumento de área plantada de milho. Nossa preocupação não é o volume físico de produção, e sim a renda. O grande desafio que temos é que tipo de política de comercialização vamos praticar. Já estamos trabalhando nisso, para evitar que uma grande safra represente uma queda brutal de preços, que faz uma safra pequena no ano seguinte. É claro que uma grande safra inexoravelmente baixa o preço, mas não a um nível que baixe também a renda do produtor e o desestimule a plantar de novo. Tanto para o algodão quanto para o arroz, o milho e depois o trigo haverá políticas de apoio à comercialização baseadas fundamentalmente no sistema de contrato de opções. No caso do milho temos até a previsão, se necessário, de adquirir uma parte da nova safra, opções de venda ao governo. Eu estabeleço um preço, vamos supor, para o arroz, R$13, R$14 ou R$15 por safra – quer dizer, ele compra uma opção, paga um tanto; quando chegar na hora do exercício, se o preço de mercado estiver mais alto, ele recompra a opção e vende para o mercado. Se o preço estiver mais baixo, vende para o governo àquele preço que contratou para aquele momento.

A grande preocupação que temos é o programa do subsídio internacional, e acho que a única resposta ao subsídio é a tarifa. Quer dizer, fora do Mercosul, nossa proposta é: eles dão subsídios, nós criamos tarifas.



Ministro, a agricultura brasileira é competitiva?

É e cresceu por melhoria da produtividade. Somos competitivos em termos internacionais, mas não do ponto de vista do Tesouro. Competimos até a porteira da fazenda; podemos competir até o porto. Mas não dá para comparar o Tesouro do Malan com o Tesouro de Washington, com o Tesouro de Tóquio, com o de Bruxelas. Essa é a grande preocupação do agronegócio brasileiro e o Ministério da Agricultura procura resgatar essa preocupação e levar ao plano das negociações. Não podemos admitir mais subsídios à exportação nem apoios internos à agropecuária que representem distorções nos preços de mercado internacional.

Mas o senhor está otimista?

— Eu sou sempre um otimista. Acho que vamos ter uma boa safra e estamos trabalhando desde já por uma política de apoio à comercialização que represente melhoria da renda do produtor. Não encaro uma boa safra apenas como uma possibilidade de baixar os preços. Os preços de alguns produtos estão até muito baixos, como é o caso do arroz. Tem que haver melhoria de preço, porque não adianta nada eu conseguir um ano bom de combate à inflação, se no ano que vem você não planta e tem arroz e milho a um preço absurdo. Então nosso objetivo é fazer uma política de apoio à comercialização que não reduza a renda do produtor, que permita melhoras na renda do produtor, porque isso vai fazer com que ele seja mais competitivo, invista mais, crie mais emprego.

Quem planta colhe. Ainda mais aqui. Mas antes é preciso plantar. Plantar idéias. É isso que fazemos o tempo todo. O agronegócio é o setor com maior potencial de crescimento na nossa economia e tem se mostrado um dos melhores lugares para se investir. Por isso, o Canal Rural possui um vasto campo de oportunidades para o seu negócio. Com uma programação de abrangência nacional, leva o rural até o urbano e o urbano até o rural, além de acompanhar tudo o que acontece

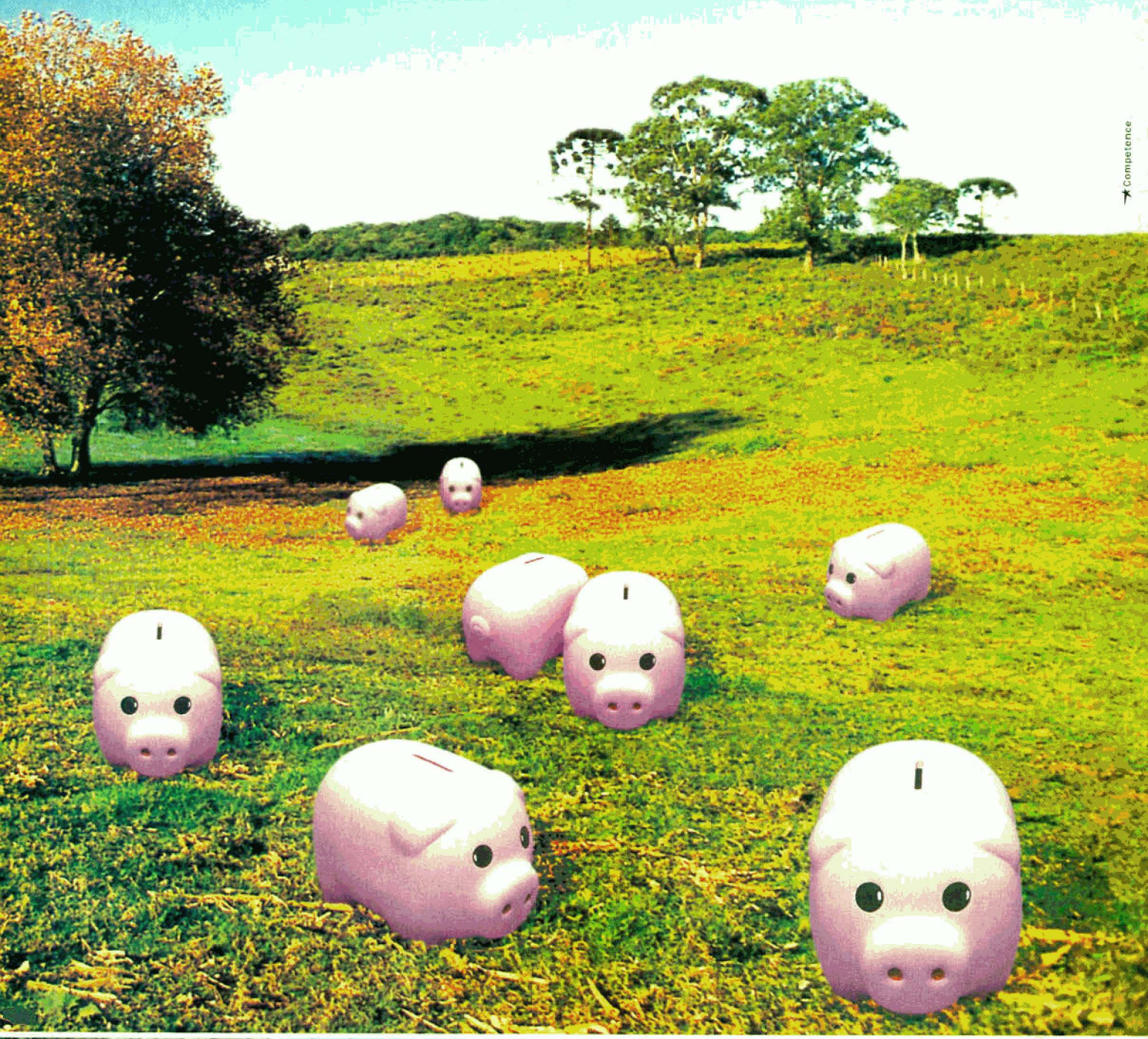


Para assinar o Canal Rural, ligue: 0800. 992211



nesse setor, nas mais diversas partes do mundo, através de coberturas de feiras, leilões, reportagens especiais e muitos outros eventos. Tudo para que o homem do campo fique sempre cercado de informações. Anuncie no Canal Rural e plante idéias você também. www.canalrural.com.br

CANAL RURAL
Plantando Idéias
Net/Sky 35



Competence









AGRO drops

Site ensina como tratar sementes de soja

A Embrapa Soja está disponibilizando em sua página na internet o documento "Caracterização dos problemas de fitoxicidade de plântulas de soja devido ao tratamento de sementes com fungicida Rhoudiauram 500 SC, na safra 2000/01". O texto aborda a importância da manutenção do tratamento de sementes e dá subsídios para identificação no campo dos sintomas provocados pelos lotes contaminados. Também são discutidos alguns pontos referentes à decisão de se fazer ou não um novo plantio. Para ler o documento é necessário ter o Acrobat Reader. Para quem não tem o programa, a Embrapa também disponibilizou um *link* para *download*: www.cnpso.embrapa.br/fungicida.htm

Rio promove congresso de agronegócios

A Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) realiza de 11 a 13 de dezembro no Rio de Janeiro o 3° Congresso de Agribusiness. Do evento constarão palestras, estandes, encontros de negócios, Prêmio IBest e apresentação do *site* e publicações da SNA. A abertura contará com a presença dos ministros Pratini de Moraes, da Agricultura, e Francisco Dornelles, do Trabalho. Serão abordados temas como recursos eletrônicos postos a serviço dos negócios, *marketing* adequado à nova economia, logística, infra-estrutura tecnológica, legislação aplicada à Internet, tributação no *e-commerce*, ensino como fator fundamental para o desenvolvimento do agribusiness e o mercado de trabalho do agribusiness. Inscrições e pagamento de taxa podem ser feitos *on line* no endereço http://www.snagricultura.org.br/congr.htm. O congresso será realizado na avenida Presidente Antônio Carlos, 501 - Centro.

Indústria intensifica produção de vacina

A Fort Dodge Saúde Animal está investindo cerca de US$150 mil para dobrar a partir de fevereiro de 2001 a capacidade de produção da vacina Abor-vac, que previne contra a brucelose. A decisão foi comunicada pela empresa, que espera atender à demanda provocada pelo Programa Nacional de Controle da Brucelose, do Ministério da Agricultura, que em breve tornará a vacinação contra a doença obrigatória em todo o país. A previsão da empresa é de produzir 3 milhões de doses de vacinas em 2001, mantendo a faixa de 20% do total disponível no mercado.

No ano passado, o Brasil consumiu cerca de 6 milhões de doses, um potencial muito abaixo do ideal, pois estima-se hoje que exista um rebanho de 36 milhões de bezerros. O custo da vacinação representa menos de 0,2% do custo total de produção de uma bezerra, enquanto apenas um aborto equivale ao custo da vacinação de mais de 600 bezerras. A vacina contém a bactéria *Brucella viva* (amostra B 19), oficialmente aprovada pelo Ministério da Agricultura. Deve ser aplicada pelo médico veterinário, uma única vez nas fêmeas com idade entre três e oito meses, o que a imuniza durante a maior parte da vida reprodutiva.

Programas analisam sementes e fibras

A Embrapa está lançando duas novas tecnologias: o Sistema Integrado para Análise da Qualidade de Sementes (Siaqs), que permite identificar classes e porcentagem de sementes boas para germinação; e o Sistema de Análise de Fibras (SAF), que determina a distribuição das dimensões de fibras vegetais, como diâmetro e comprimento.

O setor sementeiro movimenta anualmente no Brasil mais de US$1 bilhão, com destaque para sementes de soja e de milho. Porém, a falta de programas e instrumentos adequados para as condições de produção tropicais é evidenciada pela perda de 20% das sementes durante o processo produtivo. As metodologias utilizadas para a aplicação do SAF e do Siaqs são baseadas em técnicas avançadas de processamento e análise de imagens digitais.

Clones de guaraná chegam ao mercado

A Embrapa lança este mês 10 novos clones de guaraná, recomendando o plantio em todo o Amazonas. Os clones podem contribuir para o desenvolvimento da cultura do caju no estado, com aumento da quantidade e da qualidade da produção.

A estratégia é colocar no mercado novas opções aos produtores, que podem escolher o grupo de clones que melhor servirem a sua plantação. Resistentes à antracnose, que está causando perdas totais de produção, os novos clones têm alta produtividade: mais de 1,5kg de sementes por planta, contra uma média regional de 200g.

Vacina previne o tétano em bovinos e ovinos

Sintoxan Polivalente T é uma vacina da Merial Saúde Animal, *joint venture* dos setores de saúde animal e genética avícola da Merck & Co., Inc. (Merck Sharp & Dohme) e da Aventis, criada em agosto de 1997. Indicada para prevenir as clostridioses bovinas e ovinas, a vacina protege também contra o tétano, infecção que ocorre principalmente em épocas de castração ou de realização de outras intervenções cirúrgicas. Em rebanhos com esquema rotineiro de vacinações, a proteção contra o tétano e outras clostridioses está assegurada.

Variedade de alface tem plantio assegurado

Marianne é a nova variedade de alface crespa que a Horticeres, marca da Seminis Vegetable Seeds Inc., empresa mundial de pesquisas e produção de sementes de hortaliças, lança a partir de 1° de dezembro. Cabeças volumosas, de formato arredondado, com folhas mais repicadas do que suas concorrentes, sem brotação basal, atendem às solicitações de produtores. Com ciclo de produção (da semeadura à colheita) de 65 a 70 dias, a nova variedade pode ser plantada o ano todo nas principais regiões de folhosas do país. Com esse lançamento, a Horticeres tem em sua linha de alfaces 10 variedades, entre os tipos lisa, crespa e americana, à disposição do horticultor.

Modelos estimam produção de ovos

Segundo a Embrapa Suínos e Aves, de Concórdia, SC, curvas de produção de ovos podem ser estimadas através do uso de modelos matemáticos. Utilizan-

do registros parciais e uma análise mais detalhada do ciclo de produção de ovos, esses modelos permitem a comparação de diferentes curvas e a predição da produção total.

A empresa desenvolveu um *software* que estima a produção de ovos com base em registros parciais. O programa – Estimador da Produção de Ovos – já está disponível a qualquer pessoa que queira acessá-lo gratuitamente na *home page* http://www.cnpsa.embrapa.br. O programa é auto-explicativo. Basta ao usuário digitar a porcentagem de produção de ovos observada em cada semana e pressionar o botão *calcular*. A aplicação do programa poderá se estender ao planejamento da venda de ovos e substituição de lotes e ainda na comparação de lotes submetidos a diferentes tratamentos. Mais informações pelo telefone (49)442.85.55, ramal 243, ou pelo endereço sac@cnpsa.embrapa.br

Canal de TV pode ser sintonizado na Internet

A programação do Canal Rural pode ser sintonizada em tempo real pelo *site* da RBS, http://www.clicrbs.com.br/ no *link* clicStation, uma ferramenta multimídia. A programação é transmitida das 6 às 24h, integralmente em português e está voltada exclusivamente ao setor agropecuário. O canal tem estúdios em Porto Alegre, São Paulo, Brasília e correspondentes nas principais regiões agropecuárias do Brasil. Rádios e canais de televisão geram um sinal que vai direto para um servidor que codifica o sinal para o *streaming* – tecnologia que permite que um arquivo de áudio ou vídeo seja executado por um *browser* na internet/web, enquanto seu *download* está sendo executado ao vivo. Depois de passar pelo codificador, o sinal das emissoras de rádio e TV é lançado em uma máquina rodando o *software* Real Server, responsável por gerenciar a demanda dos usuários e redistribuir o sinal para a rede de computadores. Para ouvir e ver os canais do clicStation, é preciso ter o *plug-in* Real Audio instalado.

Caterpillar ganha prêmio por defeito zero

A Caterpillar Brasil recebeu pelo terceiro ano consecutivo o prêmio Zero Defeito, concedido pela Caterpillar Inc., dos EUA, juntamente com a FM Global, empresa mundial de consultoria em prevenção de perdas, encarregada de realizar inspeções para avaliação de riscos em todas as instalações da empresa no mundo. Foram auditadas mais de 200 unidades entre fábricas e associadas, dentre as quais 70 atenderam a todas as exigências e também estão recebendo o prêmio. Por seu volume de produção e diversificação de produtos, a unidade de Piracicaba está entre as quatro maiores fábricas da corporação com defeito zero .

Novas geléias e biscoitos chegam ao mercado

Líder no processamento de frutas em vários países da Europa e fabricante das geléias Bonne Maman, a francesa Andros chega ao Brasil com uma linha de sobremesas prontas 100% naturais. Além de sucos, sobremesas, geléias e compotas à base de frutas, a empresa fabrica os biscoitos Saint Albert, doces, balas e pirulitos Pierrot Gourmant e iogurtes MamiNova, marcas centenárias na França.

Os produtos são comercializados em 84 países e geraram um faturamento de US$1 bilhão no ano passado. As 14 fábricas estão na França, Bélgica, Itália, Alemanha, Polônia e China. A Andros é responsável também por 47% do volume de geléias comercializado no mercado francês e 20% do de sobremesas. No Brasil, com um espaço de exposição de apenas 2 metros quadrados, as vendas foram duas vezes maiores do que a média registrada nos hipermercados de seu país de origem, como o Carrefour.

Processo elimina resíduos agropecuários

Conciliar a produtividade à preservação do meio ambiente tem sido um dos grandes desafios da área rural. A conscientização dos produtores e o aumento da vigilância ambiental têm contribuído na busca de alternativas para problemas práticos da agropecuária, como o destino dos resíduos produzidos nessa atividade.

A Embrapa Suínos e Aves está lançando a compostagem, um processo de decomposição em que ocorre a fermentação dos resíduos. A primeira dificuldade na aceitação dessa tecnologia está justamente no preconceito da população, de que carcaças fedem e atraem moscas – o que não acontece em função da temperatura em que se dá o processo. A tarefa é complexa, mas simplifica muito a destinação desses resíduos. O processo usa uma simples mistura de esterco seco de aves, carcaças de aves, suínos ou outros animais mortos na propriedade e, no caso de uso de esterco seco, uma fonte de carbono adequada, como capim seco, grimpas de pínus ou palhadas. A água é adicionada em quantidade de suficiente para manter o material úmido. O tempo de fermentação vai depender do tipo de carcaça alojada.

China supera EUA em transgênicos

A China já conta com mais de 100 plantas geneticamente modificadas aprovadas pelo governo desde 1997, o dobro do número que os Estados Unidos aprovaram até agora. Algumas delas, como tomates de maturação lenta e pimentões verdes resistentes a pragas, estão em fase de produção comercial e distribuição ao mercado, com grande aceitação pelos agricultores. Na verdade, a China foi o primeiro país do mundo a produzir plantas geneticamente modificadas para uso comercial: uma variedade de tabaco resistente a vírus e pragas, no Nordeste do país, em 1988.

Atualmente, a China é o país asiático que mais produz plantas geneticamente modificadas, especialmente algodão. Dados sobre a agricultura chinesa podem ser obtidos no Conselho de Agribusiness de Pequim, pelo telefone (86-10) 6419-5216 ou pelo e-mail: boabc@agri.gov.cn

Outras informações estão disponíveis na página do jornal *La Nación* na Internet, no endereço http://www.lanacion.com.ar/suples/campo/0043/p13.htm.

Indústria de tratores ganha prêmio no Sul

A SLC – John Deere foi eleita uma das 20 empresas do Século no Rio Grande do Sul. O prêmio foi conferido pela Editora Empreendedor, de Santa Catarina, como um reconhecimento aos empreendedores e empresários gaúchos que souberam criar e fortalecer produtos, serviços, empresas e marcas nos últimos 100 anos.

As 20 empresas mais votadas integram uma edição especial da revista *Empreendedor*. São 170 páginas contando a história de cada uma das vencedoras – Agrale, Azaléia, Banrisul, Copesul, CRT, Fasolo, Frangosul, Gerdau, Grendene, Ipiranga, Lojas Colombo, Marcopolo, Randon, RBS, Riocell, SLC – John Deere, Tintas Renner, Todeschini, Tramontina e Varig.

AGROANALYSIS, Prêmio Destaque de Comunicação Rural do Ano 2000

OS AMIGOS SE MANIFESTAM

Em novembro AGROANALYSIS foi eleita vencedora do Prêmio Destaque de Comunicação Rural do Ano 2000 pela Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo. Os amigos da revista enviaram congratulações, que ficam aqui registradas.

Bela notícia – vocês merecem, pelo belo trabalho.
Márcio Bueno, jornalista

Mais uma vitória. Parabéns. Foi um prêmio supermerecido.
Margareth Marlière
Ministério da Agricultura, Secretaria Executiva

Revista feita por dragões. Nada mais natural, portanto. Merecido, e muito. Parabéns a toda a equipe.
Coriolano Xavier, MCA-Marketing

Sinceros parabéns à equipe desta prestigiosa revista. Foi um prêmio merecido e um justo reconhecimento pelo belo trabalho que vem realizando.
Anthony de Christo, *Gazeta Mercantil*

Grande abraço e congratulações pelo reconhecimento do trabalho. Vocês merecem.
Roberio Silva, secretário-geral da Association of Coffee Producing Countries, Londres

Temos a honra de cumprimentá-los pelo Prêmio. Acompanhamos de perto o excelente trabalho que vem sendo desenvolvido pela equipe da Agroanalysis, em seus artigos, entrevistas importantes e todo o seu conteúdo editorial. Atitudes como essa engrandecem cada vez mais o trabalho e o nome da nossa Fundação Getulio Vargas. Os cumprimentos da diretoria do ISAE Mercosul.
George Amorim Natividade Filho, superintendente adjunto ISAE Mercosul, PR

Parabéns.
Francisco Marcelo Garritano Barone Nascimento

Parabéns amigos! Ficamos muito contentes com o prêmio que receberam.
Carlos Henrique Jorge Brando, P&A International Marketing, Espírito Santo do Pinhal, SP

Parabéns a vocês e a toda a equipe. Valeu!
Elisio Contini, Embrapa

AGROANALYSIS merece. Vocês merecem. Fico lisonjeada por compartilhar deste mérito. Seria muito legal se tivéssemos um maior número de profissionais como vocês e mais revistas com a qualidade e credibilidades da AGROANALYSIS contribuindo para o desenvolvimento e o sucesso do setor. Contem comigo. Parabéns,
Marisilda Nahban, Departamento de Planejamento da Perdigão

Parabéns.
Pedro Camargo, presidente da Fundepec

Parabéns.
Paulo Faveret, gerente de estudos de agroindústria BNDES

Parabéns. Agradeço a oportunidade de fazer parte desta conceituada revista.
Alzemar, Nepe

Parabéns ao redator-chefe e sua equipe. Aguardo o banquete de comemoração!
Celsius Lodder, presidente da OIC

Alegramo-nos pelo prêmio recebido por AGROANALYSIS. O mérito é da equipe. Portanto, parabéns, parabéns e parabéns. E uma certeza: enquanto nós, da agropecuária, tivermos vocês como locomotiva a puxar esse trem, sem dúvida estaremos contribuindo desprendidamente para que continuem sendo a mais importante fonte de referência para as decisões do setor. E para que continuem recebendo novos e mais prêmios. Nunca será demais repetir: parabéns a vocês da equipe de AGROANALYSIS!
J. C. Godoy, secretário executivo, Apinco

Meus parabéns pelo merecido prêmio.
Osvaldo Inocima, Rede Globo

Parabéns a vocês. O prêmio é merecido.
Carlos Raíces, *Valor Econômico*

Fico contente em contribuir para tão estimada revista.
Glória Beatriz Gama, CNPq

Parabéns!!! Vocês certamente merecem esse prêmio.
Antônio Salazar P. Brandão, Firjan

Parabéns para toda a equipe da AGROANALYSIS.
Celina Vargas do Amaral Peixoto, Sebrae RJ

Uma palavra só para vocês da AGROANALYSIS: parabéns.
Augusto Tarozzo, Agroceres

AGROANALYSIS e vocês merecem. Sucesso.
Iracema Bouzas Pessoa, Sepdet, RJ

Meus parabéns, assim como de todo o pessoal da Tortuga pela premiação mais que merecida. A qualidade das matérias e da apresentação da AGROANALYSIS justificam a homenagem. Parabéns especialmente por terem transformado a revista em um excelente veículo de informação e de debates dos principais problemas do agronegócio.
Nelson Chachamovitz, diretor técnico da Tortuga Cia. Zootécnica Agrária

Parabéns! Com certeza todos os méritos são de vocês.
Regina Freitas Queiroz, Sebrae, RJ

Parabéns pelo prêmio de AGROANALYSIS. Mais do que ninguém, vocês mereceram esta distinção, graças ao esforço, talento e dedicação à revista. Recebam um grande abraço do sempre amigo
Sergio Pace

Merecido! Precisamos agora buscar o reconhecimento da sociedade urbana.
José Carlos Pedreira de Freitas, Hecta

Parabéns pelo prêmio e pelo sucesso da revista AGROANALYSIS.
Fausto Novaes, executivo de marketing da Reuters

Parabéns e um forte abraço,
Félix Schouchana, BMF

Parabéns. Espero em 2001 continuar colaborando com este veículo de grande importância nacional.
José Alfredo Nascimento Araújo, Sebrae

Parabéns. Esse prêmio reconhece algo que todos nós da indústria já sabíamos: o alto grau de comprometimento e profissionalismo do trabalho desenvolvido por vocês.
Antonio C. Lacerda, Monsanto

Parabéns à toda equipe da AGROANALYSIS.

ROQUE TOMASINI, EMBRAPA

Parabéns. Merecidíssimo.

JORGE RETI, EMBRAPA E CANAL RURAL

Gostei muito da notícia e sem dúvida vocês merecem esse prêmio.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Parabéns pela merecida premiação. Certamente a importância da AGROANALYSIS como fonte de notícias e de referência tem crescido de forma muito expressiva.

ADEMERVAL GARCIA, ABECITRUS

Parabéns a vocês de AGROANALYSIS.

BETH FERNANDES, JORNALISTA

Meus cumprimentos, fico muito satisfeito pelo reconhecimento do mérito.

JOSÉ CARLOS, AVESEOVOS

Parabéns, que vocês merecem.

GERVASIO REZENDE, IPEA

Parabéns, nada mais justo. Continuem com o bom trabalho,

LUIZ OTAVIO ARARIPE, VALORIZAÇÃO CAFE

Parabéns à valorosa equipe que vem destacando a AGROANALYSIS no mercado.

IVAN WEDEKIN

Parabéns por este prêmio muito merecido!

JEAN-PAUL GAYET

Parabéns a toda a equipe AGROANALYSIS. Vocês bem merecem, pelo excelente trabalho que realizam. Um grande beijo,

BELMIRA NEVES, OCB

Parabéns. Eu sei o quanto vocês batalham para produzir e comercializar esta grande revista.

EDGAR COSTA FILHO, INSTITUTO GOIANO DE PESQUISAS ECONÔMICAS

Parabéns pelo reconhecimento da importância da revista.

PEDRO EDUARDO DE FELÍCIO, PROFESSOR-ADJUNTO FEA-UNICAMP

Em nome da Agroceres, eu gostaria de parabenizá-los pelo significativo e honroso prêmio. Continuem com este excelente trabalho de valorização e divulgação do agribusiness brasileiro.

VITOR ARAUJO, AGROCERES

Parabéns pelo prêmio recebido em função do excelente trabalho que vêm realizando. Que este seja mais um estímulo para continuar, procurando sempre o aperfeiçoamento.

JOSÉ BRUNORO, SADIA S.A.

Queiram aceitar nossos mais sinceros parabéns pela honraria recebida. Trata-se tão-somente de um reconhecimento do muito que vocês, da AGROANALYSIS, têm feito pela agropecuária brasileira. Temos certeza de que a distinção com que ora são agraciados será mais um forte estímulo para a continuidade desse magnífico trabalho.

OTO J. XAVIER, JOX ASSESSORIA AGROPECUÁRIA S/C LTDA.

Parabéns, não podia ser diferente com quem se dedica e se empenha como vocês, através de seu profissionalismo e competência. Que Deus os abençoe por mais essa conquista. Sucesso sempre. Abraços em nome de toda a cafeicultura do cerrado.

AGUINALDO JOSÉ DE LIMA, CAFÉ DO CERRADO

Parabéns. Vocês merecem.

BRUNO BLECHER, *FOLHA DE S. PAULO*

Parabéns pela conquista.

JOSÉ RODRIGUES, JORNALISTA

Parabens pela eleição da revista como Revista de Comunicação Rural 2000. O prêmio foi merecido pela qualidade da revista e importante papel que desempenha.

PAULO CÉSAR, GERENTE EXECUTIVO DO FIALGO, GOIÂNIA

Parabéns, prêmio merecido. Votos de mais sucesso, mais prêmios coroando continuidade de trabalho sério e dedicado.

CARLA CASTRO SALOMÃO, AGRÍCOLA FRAIBURGO

Parabéns pelo excelente trabalho que vocês vêm realizando.

YOLANDA VILLELA

Parabéns. Vocês merecem.

VERA SAAVEDRA DURÃO, *VALOR ECONÔMICO*

Parabéns. Vocês merecem!

J. CARDOSO – AG. ESTADO

Parabéns.

GREGORY HONCZAR, CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS, FGV

Parabéns, fico muito contente com o sucesso de AGROANALYSIS.

SUSANA ARCANGELA QUACCHIA FEICHAS, EBAP/FGV

Legal!

JORGE LUIZ BOTELHO CORREIA LIMA, DG/COE/FGV

Caros amigos, parabéns extensivos a toda a equipe pelo merecido reconhecimento.

JOAQUIM FRANCISCO ALVES, DITI/FGV

Dá-lhe, AGROANALYSIS! Parabéns!

BIANCA LEAL DE CASTRO, IBRE/CEA/FGV

Parabéns pelo prêmio da AGROANALYSIS.

FERNANDO ANTONIO DA CUNHA RAMOS DG/DIN/FGV

Parabéns a todos pelo Prêmio!

RUI PIZARRO, *CONJUNTURA ECONÔMICA*, FGV

Vocês já devem estar cansados de tantos parabéns. Mas fica aqui registrado o meu, em especial, pois acho que este é realmente um grande reconhecimento do trabalho de vocês, vindo de uma Associação de peso no Brasil. Com certeza este é um grande motivo de orgulho e alegria. Dá uma sensação de confiança, de que o caminho trilhado está na direção correta e que o trabalho está sendo muito importante e apreciado por muitos. O prêmio foi conquistado pelo Rio de Janeiro dentro da praça mais concorrida, São Paulo, com certeza concorrendo com publicações de prestígio de lá mesmo. E os agrônomos da Associação aclamaram AGROANALYSIS como a melhor! Um sabor ainda mais forte de vitória! Mais uma vez, parabéns!

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO, IBRE/CEA/FGV

Este prêmio nos deixa cheios de orgulho por fazermos parte deste time. Recebam os nossos parabéns!!!

ANA LÚCIA, BERNARDO, FLORENCE, LETÍCIA, PRISCILA E RAFAEL, IBRE/CECON/FGV

A toda a equipe da revista, parabéns!

ROBERTO FENDT, VICE-DIRETOR DO IBRE/FGV

Quero parabenizar toda a equipe pelo fato. Que todos mantenham a motivação para novos destaques, são os meus votos.

JOSÉ AFFONSO FAUSTO BARBOSA, DIRETOR GERAL DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE Instituto Brasileiro de Economia

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

SEDE: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591, CEP 22257-970. Tel.: (21) 559-6000.

PRESIDENTE FUNDADOR: Luiz Simões Lopes

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

DIRETOR GERAL: José Affonso Fausto Barbosa

CONSELHO DIRETOR

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

DEMAIS VOGAIS: Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos, Roberto Paulo Cezar de Andrade.

SUPLENTES: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Gerardo José Carbone, José Julio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

VICE-PRESIDENTE: Armando Klabin (Klabin Irmãos & Cia.)

DEMAIS VOGAIS: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S/A), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco CCF Brasil S.A., Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado da Bahia, Félix de Bulhões (S.A. White Martins), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Marcelo Serfaty, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A.), Paulo Rabello de Castro, Sérgio Franklin Quintella, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.

SUPLENTES: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Márcio João de Andrade Fortes, Ney Coe de Oliveira, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Cia. Nacional de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S/A), Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício (Banco Boavista Interatlântico S/A).

CONSELHO CONSULTIVO
Antonio Carlos Lemgruber, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Batista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais), Roberto Gusmão.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
DIRETOR: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves
VICE-DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: Roberto Fendt
CENTRO DE ESTATÍSTICAS E ANÁLISES ECONÔMICAS: Salomão L. Quadros
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS: Ignez Vidigal Lopes
CENTRO DE ESTUDOS DE PREÇOS: Paulo Sidney de Melo Cota
CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS: Marcelo Neri
COORDENADORIA DE PROJETOS / GERÊNCIA ADMINISTRATIVA: Regina Celia Reis de Oliveira
REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA: Roberto Fendt

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Revista mensal de agronegócios da Fundação Getulio Vargas, editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia.

FUNDADOR – Julian M. Chacel

CHEFE DO CEA/IBRE – Ignez Vidigal Lopes

REDAÇÃO – Redator-chefe: Regis Alimandro

REDATORES SETORIAIS: Daniela de Paula Rocha (algodão), Guilherme Soria Bastos Filho, Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool), Luiz Antonio Pinazza (pecuária e política agrícola), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação e índice FGV–Abag), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Rogério F. de Souza (indicador do milho e cacau) e Stivilane Dornelas (cooperativas)

REDATORES: César Garcia e Adelaide Oliveira.

ARTE: Osvaldo Moreira (editor), Ana Elisa Galvão e Norma Massa (diagramadoras).

REVISOR: Capi.

COLABORADORES: Adib Jamil Amin (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Gregory Honczar, Viviane Seda (apoio técnico), Antonio Danieleto Filho (digitação), Bruno da Silva Júnior (suporte técnico), Raquel da Silva Guedes e Rômulo Garcia (estagiários).

PUBLICIDADE — GERENTE COMERCIAL: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda; tel.: (21) 559-5623; fax: (21) 559-5616 e 551-4049; e-mail: caique @fgv.br

REPRESENTANTES COMERCIAIS: Rio – Milla de Souza: telefax: (21) 533-3121/1601, 524-2757 e-mail: triunvirato@openlink.com.br; São Paulo – José Mario Brito: tel.: (11) 9222-9480, 3875-2313, fax: (11) 3875-2313 e-mail: reparte@uol.com.br; Rio Grande do Sul – Ararê Vargas: tel.: (51) 343-8423; fax: (51) 337-4262.

ASSINATURAS / CIRCULAÇÃO – Ana Lúcia Botelho Brandão – Outros estados: DDG: 0880.25.7788. Ligações do Rio: Tel.: 21 559-6040, fax: 21 559-6039; e-mail: agroanalysis@fgv.br

LIVRARIAS: Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 559-5535 e fax: 559-5537; São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (11) 281-7875.

SECRETARIA E APOIO ADMINISTRATIVO: Leslie de Medeiros Moyses

O agronegócio é o seguinte:

Doze pontos abaixo

Em 1990, foi lançado no Brasil o livro *Complexo agroindustrial – o agribusiness brasileiro*, escrito por Ney Bittencourt de Araújo e outros autores. O lançamento trouxe à luz algumas novidades, a mais notável, certamente, a idéia inovadora de abordar a agricultura não como atividade acabada, isolada em si, mas como parte de um processo de produção que recebe produtos e serviços e os transforma em insumos para consumo final ou processamento industrial – o conceito de agribusiness.

A obra revelou também uma primeira tentativa de mensurar a participação do agribusiness no produto interno bruto do país. Esse esforço pioneiro alcançou a cifra de 32%. Desde então, diversos autores procuraram atualizar a conta, valendo-se de metodologias diversas. Contudo, os esforços muitas vezes se frustraram por conta das limitações impostas pela metodologia de cálculo das contas nacionais.

No início do ano, a Abag (Associação Brasileira de Agribusiness), com o apoio da Embrapa e do IBGE, convidou dois experientes profissionais a atualizar aquele cálculo a partir dos dados constantes da matriz insumo-produto do IBGE, então recém-disponibilizada.

Por suas características, a matriz insumo-produto permite que sejam mensurados, de forma direta – sem hipóteses heróicas que comprometeram diversas tentativas anteriores – os agregados macroeconômicos clás-



sicos, como valor da produção, consumo intermediário, valor adicionado, pessoal ocupado, renda média para o agribusiness e seus subsetores. Em outras palavras, a matriz permite que se contabilize como parte integrante do agribusiness exatamente aquela parcela da atividade de um segmento que se enquadra na conceituação de agribusiness, fugindo da armadilha da dupla contagem, da exclusão indevida de segmentos, dentre outras coisas.

Um dos resultados da pesquisa mostra que o agribusiness brasileiro representa cerca de 20,6% do PIB, ou seja, quase 12 pontos de percentagem abaixo do resultado do estudo divulgado em 1990. A severa contração certamente frustrará muitos leitores, principalmente aqueles que já se acostumaram a repetir a antiga cifra e muitas vezes a aumentá-la, mediante a inclusão de outros ramos industriais que só existem em razão do agribusiness, mas que a ele não pertencem.

Frustração indevida. O número reflete tão-somente a realidade que nos é mostrada dia a dia. O custo da alimentação absorve hoje cerca de 15% dos orçamentos domésticos; os preços agrícolas percorrem, aliás como diz a teoria, tendência histórica de queda. Só o inovador consegue hoje ganhar dinheiro na agricultura, pois a inovação é rapidamente capturada pelos demais produtores e a margem desaparece, ou melhor, é absorvida por outros segmentos da sociedade e, também, pelo consumidor.

Esta edição traz, com exclusividade, na página 42, este presente aos leitores. Um estudo que já é referência para todos que trabalham, estudam e vivem o agribusiness brasileiro.



Este mês:

14 Especial: Algodão

Jogo de cintura
As agruras de uma competição cada vez mais acirrada forçam a colonicultura a mudar para sobreviver

Luiz Antonio Pinazza e Regis Alimandro

Celeiro do mundo 22
O algodão do Brasil amplia sua participação nos mercados mundiais, exportando sementes de alta qualidade

Décio Bondioli

Sementes do futuro 23
Sementes geneticamente modificadas podem tornar o algodão brasileiro sustentável e competitivo

Stuart Donald

Novos tempos 26
As empresas estão resistindo a crises e abrindo novas avenidas, num horizonte de eficiência econômica e competitividade

Daniela de Paula Rocha

Incentivo à cultura 32
Os goianos estão investindo na colonicultura, transferindo renda e garantindo a sustentabilidade do setor

Pedro Maeda

Novos horizontes 34
Expandem-se as áreas do plantio de algodão no Centro-Oeste, na superação da grave crise da última década

Pedro Ferreira Arantes

42 Participação no PIB

Passando a limpo
A participação do agronegócio brasileiro no PIB está 12 pontos abaixo do resultado do estudo divulgado em 1990

Eduardo Pereira e Elisio Contini

50 Agricultura orgânica

Nicho à espera
Longe de ter esgotado suas potencialidades, o mercado dos orgânicos abre bons espaços para a produção

Luiz Antonio Pinazza e Regis Alimandro

53 Energia

Quem paga a conta
O motivo do aumento interno dos combustíveis não é político: é econômico, e chama-se conta-petróleo

Argemiro Luís Brum

54 Café

Floradas desiguais
Esta pode ser a segunda menor safra de café da década, conseqüência de uma drástica redução da produção

Armando Matielli e André L. Matielli

Mudança de hábito 56
Os dados sobre consumo de café permitem algum otimismo e muito trabalho para o médio prazo

Celsius A. Lodder

Muitos sabores 59
O Brasil consolida no exterior a imagem de produtor de cafés de qualidade e conquista parcerias na promoção do produto

Carlos Brando

60 Fusões & aquisições

Inevitáveis até certo ponto
O limite para os processos da internacionalização do capital está na razão direta do aumento do seu poder de mercado

Maristela Franco Paes Leme

62 Financiamento

Acesso ao crédito
A adoção de mecanismos de mercado nas cadeias agropecuárias muda o perfil das relações entre produtores e *traders*

Afonso Celso Bertucci



Jogo de cintura

As agruras de uma competição cada vez mais acirrada forçam a cotonicultura a mudar para sobreviver

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

Sem a visão sistêmica do agribusiness, o diagnóstico das crises deflagradas nas cadeias produtivas de alimentos e fibras teria entendimento parcial. Seria sempre incompleto. As conseqüências negativas estariam na concepção de estratégias e ações equivocadas. A estrutura e a organização de cada agronegócio estariam sempre ameaçadas pela realidade econômica e social em constante mudança.

As tecnologias trazem alternativas para o consumidor atuante em qualquer um dos elos do complexo agroindustrial. As respostas ocorrem em linha de processo, à medida que se estabelece o relacionamento entre cliente e fornecedor. No algodão, a indústria de colheitadeiras se antecipa ao produtor em máquinas de última geração, para atender às exigências de qualidade e custo da matéria-prima do parque de fiação e tecelagem.

A abertura comercial dos anos 90 pôs à prova a eficiência das cadeias nacionais de alimentos e fibras. Entre as mais traumatizadas com o golpe estão as de triticultura, bovinocultura de leite e cotonicultura, objetos de vários ensaios em AGROANALYSIS. A última é foco de investigação nesta edição.

Um pouco de história

As lavouras migrantes, temporárias ou perenes, cumprem ciclos de ascensão, auge e declínio em cada região. O fenômeno se repete na história da agricultura nacional.

Nos agronegócios ligados ao algodão, a despeito da pujança exibida pela Sanbra – Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro –, o Nordeste saiu de cena nas últimas décadas. Recentemente, foi a vez de estados como São Paulo e Paraná apagarem as luzes, deixando em cena apenas campos e potencialidades de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Nesse prelúdio de milênio, dois modelos predominam no sistema nacional da produção algodoeira: o tradicional, sobretudo no Paraná e em São Paulo, baseado em pequenas e médias explorações, intensivo em mão-de-obra e muitas vezes envolvendo relações de parceria e arrendamento, com sobrevivência comprometida ou ameaçada; e o empresarial, praticado no Centro-Oeste em grandes extensões, capital intensivo, com colheita mecanizada e envolvendo parcerias empresariais com tecnologia de ponta na produção e beneficiamento.

Produtividade e custos na produção do algodão em caroço

Tecnologia	Produtividade média (@/ha)	Custo de produção (R$/@)	Escala média (ha)
Mecânica-animal*	76	6,86	16
Mecanização parcial**	130	6,22	54
Mecanização plena***	250	5,08	230

* Preparo do solo e semeadura com trator, tratos culturais com animais, pulverização costal motorizada e colheita manual, transporte do produto em sacaria.
** Preparo do solo, semeadura e aplicação de defensivos/herbicidas com trator, colheita manual, transporte em sacaria.
*** Todas as operações mecanizadas, inclusive colheita, e transporte a granel.
Fonte: Levantamento de campo de Gonçalves (1997).

Produção de algodão

Mil toneladas

País	1998/99	1999/00	Variação %
Brasil	520,6	622,3	19,5
Argentina	191,1	131,0	-31,4
Paraguai	60,8	73,7	21,2

Brasil: empresas de fiação e tecelagem

1994

Região	Quantidade	%
Sudeste	2.316	69,3
Norte	46	1
Nordeste	486	11
Sul	796	18
Centro-Oeste	29	0,7
Total	4.410	100

Fonte: Abit.

Brasil: importação de máquinas têxteis, partes e peças

US$ milhões FOB

Ano	
1989	269,7
1990	377
1991	342,5
1992	250,6
1993	377,4
1994	611
1995	737,9
1996	518
1997	587

Fonte: Secex.

Brasil: importação e exportação de fios e tecidos de algodão

Em toneladas

Ano	Fios		Tecidos	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações
1990	47.088	3.189	30.503	4.100
1991	46.288	2.867	40.894	3.435
1992	45.578	671	62.458	1.100
1993	19.945	7.560	54.286	2.708
1994	31.630	10.527	49.171	8.561
1995	24.029	25.543	46.991	21.769
1996	18.700*	11.215	44.500*	66.486

Fonte: Sinditêxtil (exportação); Decex (importação); (* projeção).

Modelo mais forte

O modelo empresarial aparece como força modernizadora da produção de algodão no Brasil. Seus custos são significativamente menores e as produtividades maiores.

Por conta das características de *commodity* do algodão, preços e custos são variáveis centrais de competição e definem o padrão de concorrência. A julgar pelos preços médios de mercado do produto em caroço nas últimas safras, apenas a cotonicultura mecanizada tem custos economicamente viáveis.

Um número ainda bem reduzido de grandes produtores – em que se destacam os grupos Maeda, Tadashi Mine, Sachetti, Salles e Maggi – administra a produção de algodão sobre as novas bases. Gradativamente esse sistema produtivo se expande e incorpora áreas adequadas de relevo, com produtores dotados de capacidade de investimento.

Perto da auto-suficiência

Diante do desenvolvimento da cotonicultura empresarial, o Brasil ganha plenas condições para voltar proximamente à auto-suficiência no algodão. Não sem motivo, o Mato Grosso do Sul, com sua escala de produção, clima e topografia, surpreende o setor. Em curto espaço de tempo desponta como principal estado produtor do país. Sua produção cresceu 15 vezes entre 1980 e 1990 e chegou a 310 mil toneladas de pluma.

No percurso do algodão para o cerrado, os estados da região interessados no agronegócio oferecem incentivos fiscais. Em 1997 o governo de Mato Grosso lançou o Programa de Apoio ao Algodão de Mato Grosso (Proalmat), que isenta os produtores de até 75% do imposto de circulação de mercadorias. Nos mesmos moldes, o governo goiano aprovou programa que isenta em até 25% o pagamento de ICMS.

Na safra 1999/00, pelas estimativas da Conab, a produção de algodão deverá totalizar 622,3 mil toneladas. Trata-se de um volume 19,5% superior ao do ano passado. Com isso, as importações ficarão inferiores às 282 mil toneladas registradas em 1999, correspondentes a US$357,4 milhões. Ante o melhor desempenho da economia, o consumo de fibra deve subir neste exercício para 840 mil toneladas.

Ajustes e progressos

Ajustada às reestruturações em curso na produção do algodão em caroço, a agroindústria beneficiadora (extratora da pluma) passa a trabalhar com a matéria-prima oriunda da cotonicultura empresarial. Trata-se de um número reduzido de algodoeiras de maior porte, diretamente envolvidas na produção da fibra de algodão destinada aos segmentos têxteis.

De origem paranaense, com 150 anos de experiência no mercado internacional de *commodities* agrícolas, a empresa Esteve Irmãos se destaca pelos investimentos na construção de sua planta de beneficiamento em Rondonópolis, MT.

Já nas áreas tradicionais de produção do Paraná e de São Paulo, as algodoeiras – empresas privadas ou pertencentes a cooperativas – compram algodão em caroço do pequeno produtor para extrair a pluma e seus subprodutos.

Em outros países, é comum as algodoeiras agirem como prestadoras de serviço: cobram para beneficiar o algodão do

Brasil: números da produção e agroindústria do algodão

Ano	Indústria têxtil		Agricultura
	Nº de empresas	Nº de empregados	Nº de empregados
1989	5.699	1.049.128	702.600
1990	5.158	832.021	629.200
1991	5.110	713.137	604.800
1992	4.740	547.996	603.700
1993	4.452	494.782	348.600
1994	4.410	510.531	385.300
1997	3.725 (*)	246.000 (*)	n.d.

Fontes: Indústria: Abic/Sinditêxtil (exceto 1997).
Agricultura: Ipardes (1996), com dados da Coceal. * Exclui confecções (estimativa BNDES).

Brasil: tributação sobre importação e exportação

Ano-safra	Imp. importação (%)	ICMS/exportação (%)
1987/88	55	-
1988/89	10	-
1989/90	10	13
1990/91	0	13
1991/92	0	13
1992/93	0	13
1993/94	0	13
1994/95	1	13
1995/96	2	13
1996/97	6	0
1997/98	6	0
1998/99	8	0

Fonte: Secex – Conab.

Brasil: importações financiadas de algodão em pluma
Em US$ milhões

Ano	À vista	Até 180 dias	180 a 360	+ de 360
1991	96	72	12	0
1992	122	76	20	0
1993	149	445	93	0
1994	149	445	93	0
1995	140	313	132	0
1997 (jan.-mar.)	n.d.	51	102	2
1997 (abr.-jul.)	n.d.	82	89	115

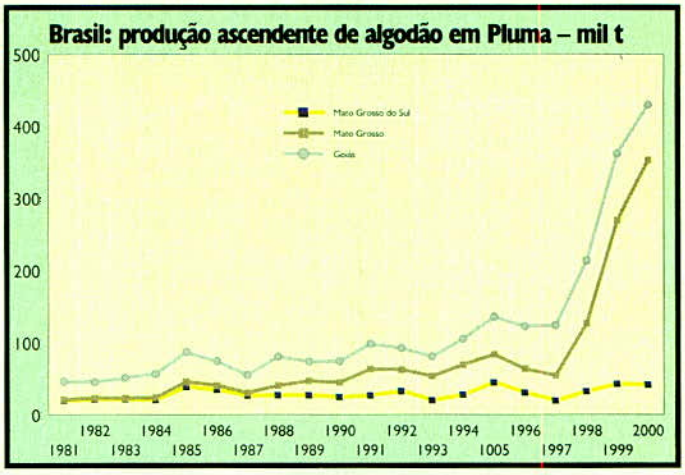
Fontes: De 1991 a 1995: dados de Rezende et al. (1996);
1997: MICT, Assessoria Parlamentar (Ofício nº 215/GM-MICT).

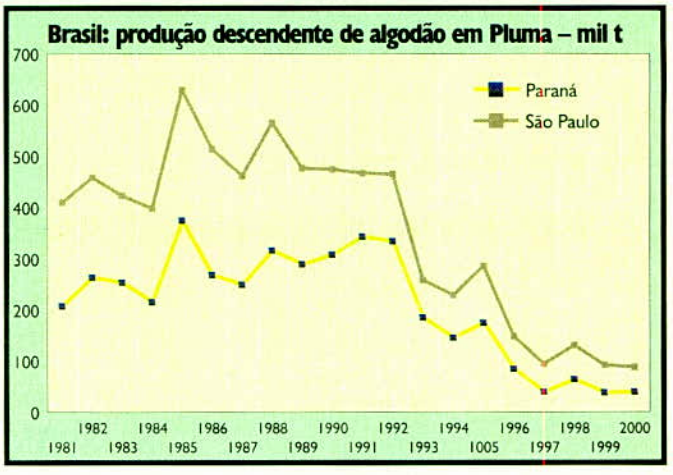
produtor, mas não há transferência de propriedade.

Mais flexível

Como a *commodity* estocável é o algodão em pluma, não em caroço, os produtores do modelo tradicional brasileiro perdem em flexibilidade para escolher o momento da venda.

Na cotonicultura empresarial, onde prevalece o interesse do produtor em armazenar sua produção e carregar estoques até o momento da venda, a transação desemboca em duas vertentes: na primeira, os produtores montam usinas próprias de beneficiamento e assumem a etapa anteriormente desempenhada pelas algodoeiras, como faz o grupo Maeda em Ituveraba, São Paulo. Uma segunda forma são os contratos de parceria e prestação de serviços entre produtor e beneficiador, forma adotada entre o grupo Maeda e a empresa Esteve Irmãos S.A. de Rondonópolis, Mato Grosso.





A brisa das mudanças no entanto agitou a indústria têxtil além dos elos de produção e beneficiamento. Segundo dados da Abit relativos ao ano de 1994, havia 4.410 empresas instaladas no país, incluindo as etapas de fiação, tecelagem, malharia e beneficiamento de tecidos, mais da metade situada no estado de São Paulo.

Apesar da heterogeneidade existente no setor, os investimentos na modernização do parque têxtil na década de 90 melhoraram a competitividade da indústria.

Agruras da competição

Em todo o mundo o setor de máquinas têxteis vem passando por um processo de reestruturação, com aumento da escala, fusões e incorporaçõe. O crescimento das importações de máquinas têxteis, partes e peças está associado à redução e à substituição da produção nacional por importações. A competição dos importados, em particular os produtos vindos de países da Ásia, tem tido efeitos traumáticos sobre a indústria têxtil doméstica.

Embora o país tenha mantido a condição de exportador líquido, os têxteis de algodão aumentaram fortemente as importações anuais, tanto em fios como em tecidos. A deterioração competitiva também bateu forte nesses mercados.

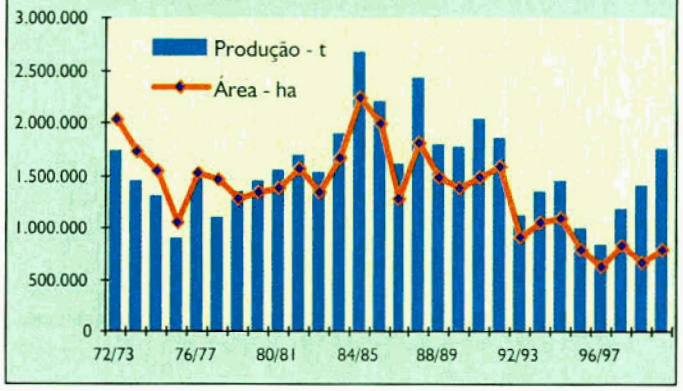
O ajuste competitivo da indústria não envolveu queda nos

Brasil: balanço de oferta e demanda de algodão em pluma (mil t)

Ano	Estoque inicial	Produção	Importação	Consumo	Exportação	Estoque final
1978	193	489	0	510	45	127
1979	127	544	0	533	0	118
1980	118	577	0	572	9	114
1981	114	594	2	561	30	118
1982	118	680,5	0	580	56,5	162
1983	162	586,6	2	557	180,2	13,8
1984	13,8	674,5	8	631	32,3	108,6
1985	108,6	968,8	21	555	86,6	379,9
1986	379,9	793,3	67	737	36,6	467,5
1987	467,5	633,3	30	775	174	182,1
1988	182,1	864	90	672	35	229
1989	229	709,4	115	810	118,2	125,2
1990	125,2	665,7	86,1	730	110,6	36,4
1991	36,4	717	105,9	718,1	123,3	16,9
1992	16,9	867,1	167,8	741,8	233,6	76,4
1993	76,4	420,2	501,2	829,5	7,4	160,9
1994	160,9	483,1	367,3	836,6	4,3	170,4
1995	170,4	537,1	282,3	803,7	52,6	133,5
1996	133,5	410,1	468,2	826,1	1,7	186,9
1997	186,9	305,7	438,5	798,7	0,3	132,1
1998	132,1	411,7	334,4	782,9	3,1	91,5
1999	91,5	520,6	280,3	825	3,9	63,5
2000	63,5	622,3	240	840	4	81,8

De 1978 a 1989, posição em 1 de março.

Brasil: área e produção de algodão em caroço – IBGE



volumes de produção na primeira metade da década de 90. Eles se mantiveram constantes no caso de fios e com leve incremento em tecidos, malhas e confecções. Muitas empresas têxteis porém sucumbem no decorrer do processo de acirramento da concorrência e forte concentração industrial desencadeado a partir da entrada dos importados.

Ressurreição e dinamismo

A tendência à modernização e à capacitação tecnológica da indústria constitui um processo de reestruturação produtiva semelhante ao da agricultura – cada uma com sua dinâmica própria, mas ambas submetidas a competição acirrada, concentração industrial e expulsão dos menos eficientes.

Em 1999, a desvalorização cambial trouxe novo dinamismo para o setor agroindustrial da cotonicultura. Segundo estimativas da Abit, o faturamento bateu os US$20 bilhões no setor de fibras e confecções; para este ano, projeta-se um crescimento de 5%. Em 2002 as exportações previstas serão de US$2 bilhões, contra US$1,1 bilhão em 1998.

É provável que entre 1996 e 1997 a cadeia têxtil tenha atingido seu ponto de inflexão na curva ascendente – uma constatação a ser festejada, depois de anos seguidos de ajustes e retração.

O agronegócio ressurge diferente. O elo atacadista praticamente deixou de existir. Desde 1994, as indústrias aumentaram suas investidas diretas nos fabricantes de roupas. Nessa operação poupa-se um pedágio de 20%. Se em 1996 80% das confecções compravam do atacado, agora não são mais de 40%. A parcela de 75% da produção industrial que passava pelo canal atacadista ficou reduzida a 25%.

Bibliografia:

Lopes, M. R. Algodão – sucessão de equívocos. *Agroanalysis*. FGV, Centro de Estudos Agrícolas, set. 1995.

Barbosa, Marisa Z. *et al.* (1997) *Têxteis de algodão: realidade e perspectiva*. Cadeias de Produção da Agricultura. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Competitividade do agribusiness brasileiro. Ipea; Pensa/USP; FGV/CEA; Abag, 1999.

CRONOLOGIA

Fibra resistente

Da proibição da rainha à abertura do governo, a cotonicultrura brasileira resiste e ensaia passos de recuperação

A exploração econômica da cotonicultura brasileira remonta aos idos de 1760, quando o ciclo do ouro dava sinais de esgotamento. O algodão era um produto novo e estratégico no processo de industrialização de Portugal, França e Inglaterra e alimentador das indústrias rurais do Brasil, especialmente as de Minas Gerais.

Cultivado primeiro no Maranhão, foi depois levado para Pernambuco, em sua variante de fibra longa, apreciada pelos países industrializados. Crescia aqui o mercado de consumo de panos rústicos destinados a vestir as classes menos favorecidas, que se expandiam com a libertação da mão-de-obra escrava após a crise da mineração. Em 1785, a rainha Maria I proibiu a instalação de manufaturas no Brasil para evitar concorrência com produtos similares de Portugal, cuja indústria era ainda incipiente.

No quadro de exportações da colônia, o açúcar participava com 95% em 1650. Cem anos depois essa participação cai para 50% e para 34% em 1780, bem próxima à do algodão, que representavam 24% do total.

Commodity *de exportação*

Em 1917, com a criação da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, foram implementadas a regulamentação, a padronização e a classificação do algodão. A partir dos anos 30 o setor se desenvolveu com mais intensidade e o país passou a importante exportador da fibra.

Nesse tempo, os materiais cultivados pela iniciante cotonicultura brasileira eram extremamente heterogêneos. Faltava padronização eficiente das características de fibra do produto nacional. Por conta disso o produto brasileiro tinha pouca aceitação na indústria têxtil local e menos ainda no mercado de exportação

Faltava na época uma tecnologia homogênea e adequada que favorecesse o desenvolvimento e a oferta de sementes de algodão apropriadas à produção requerida pelo mercado. Faltava também uma instituição que atendesse aos interesses setoriais de competitividade. Para suprir a lacuna, o Estado assumiu essa função.

Assim foram instituídos o monopólio na venda e a obrigatoriedade do uso de sementes certificadas para impedir que o cotonicultor continuasse replantando sua colheita.

Esquema institucional

O Decreto-Lei nº 6.301, de 22 de fevereiro de 1934, regulamentou as atividades ligadas à produção de sementes no estado de São Paulo, quando passou a vigorar o Sistema Paulista de Produção e Comercialização de Sementes.

Pelo esquema institucional, a pesquisa genética e o desenvolvimento de cultivares cabiam ao Instituto Agronômico de Campinas (IAC). A fase de multiplicação de sementes para comercialização era realizada nos chamados "campos de cooperação", um sistema de integração entre produtores privados que multiplicavam as "sementes genéticas" fornecidas pelo IAC e devolviam sua produção à Secretaria de Agricultura do estado. A posterior comercialização era privilégio da Secretaria.

O sistema paulista serviu de modelo para a implantação da cultura no Paraná, cujas sementes eram comercializadas em outros estados.

A área sob regulamentação em São

Cômputo balanceado

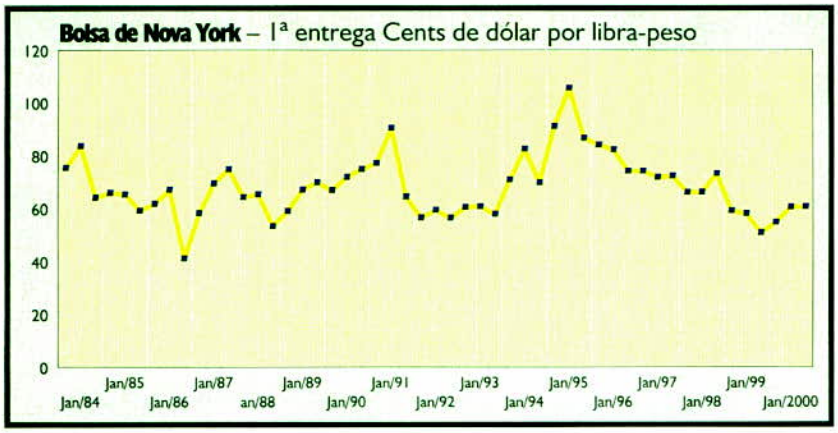
As projeções do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos operam para a safra 1999/00 com uma perspectiva de estoques praticamente inalterados. Em termos de consumo, se a tendência é de aumento na China e na Síria, a produção também responde com crescimento no Brasil e na Austrália, balanceando o cômputo geral.

A hipótese de uma força altista nos preços do mercado internacional pode ser descartada: a quantidade de mercadoria nos armazéns ainda é elevada e está projetada para 46%.

Para a safra 2000/01, a produção mundial deverá manter-se quase inalterada, com variação de apenas 240 mil toneladas. O aumento no Brasil e na Austrália será suficiente para compensar parte do consumo crescente de China, Síria e Taiwan. Embora permaneçam altos, os estoques poderão esvaziar em 12,5%.

Já nos fluxos comerciais entre os países, as previsões são de leve baixa, em decorrência da recuperação na colheita do Brasil – grande importador nos últimos anos – e do fraco consumo na Indonésia (L.A.P. e R.A.).





Mundo: balanço de oferta e demanda de algodão

Mil toneladas

Ano	Área Em ha	Produçao Em t	Consumo (1) Em t	Estoque (2) Em t	(2)/(1) %
1961	32.120	9.812	10.064	4.110	41
1962	32.413	9.682	9.840	4.064	41
1963	31.789	10.224	9.576	4.901	51
1964	32.882	11.052	10.410	5.552	53
1965	33.551	11.707	11.157	6.218	56
1966	33.326	12.386	11.712	6.982	60
1967	31.210	11.381	12.200	6.113	50
1968	30.964	11.218	12.241	5.061	41
1969	31.921	12.383	12.273	5.143	42
1970	32.487	11.909	12.189	4.888	40
1971	31.801	11.991	12.428	4.675	38
1972	33.043	12.871	12.718	4.790	38
1973	33.538	13.450	12.956	5.229	40
1974	32.849	13.638	13.130	5.839	44
1975	33.530	13.860	12.409	7.186	58
1976	22.889	11.745	13.404	5.576	42
1977	30.568	12.272	13.102	4.813	37
1978	33.568	13.905	13.295	5.521	42
1979	32.901	12.988	13.793	4.726	34
1980	32.211	14.255	14.367	2.634	32
1981	32.272	13.823	14.148	4.503	32
1982	32.972	14.952	13.768	5.601	41
1983	31.381	14.505	14.579	5.549	38
1984	30.920	14.314	14.965	5.183	35
1985	33.723	19.302	15.396	9.076	59
1986	31.582	17.480	16.399	10.311	63
1987	29.360	15.367	17.894	7.685	43
1988	30.878	17.641	18.325	6.998	38
1989	33.765	18.374	18.554	6.709	36
1990	31.567	17.360	18.916	5.392	29
1991	33.160	18.958	18.634	5.866	31
1992	34.819	20.847	18.733	8.057	43
1993	32.635	17.961	18.686	7.485	40
1994	30.704	16.707	18.606	5.716	31
1995	32.180	18.639	18.644	6.162	33
1996	35.933	20.114	18.915	7.309	39
1997	33.811	19.316	19.121	7.899	41

Paulo se estendeu a todas as regiões produtoras do Centro-Sul e também a algumas regiões produtoras de algodão herbáceo no Nordeste. Em 1938, a Bolsa de Mercadorias de Sãio Paulo implantou o serviço de classificação oficial do algodão.

Novas técnicas

A prática de colheita manual conhecida como "rapa" surgiu na década de 60, quando ocorria uma notável alteração da base técnica da agricultura brasileira, com a chegada da revolução verde e a utilização de insumos modernos.

Apesar de aumentar o estressamento e o grau de impurezas da fibra, o procedimento de rapa substituiu a colheita manual mais onerosa do sistema de "maçã a maçã". Com isso a cotonicultura deixou de ser um cultivo estritamente familiar, como vinha sendo tradicionalmente, e passou a usar mão-de-obra remunerada .

A estrutura de mercado do setor produtor de algodão era pulverizada, com unidade típica de exploração pequena, pouco tecnificada e freqüentemente gerida em regimes de parceria e arrendamento.

Na entrada da década de 70, as exportações brasileiras ficavam entre 7 e 10% das exportações mundiais da fibra. O setor vivia um excelente momento. Até 1973, o Brasil tinha tradição no mercado internacional a ponto de o governo precisar barrar as exportações para garantir suprimento às indústrias domésticas.

Tempos bicudos

Entre as décadas de 1930 e 1980, São Paulo e Paraná se alternaram na posição de maior estado produtor. Em meados dos anos 80, a safra de ambos representava 80% da produção nacional.

O aparecimento do bicudo em 1985 dizimou os algodoais do país, principalmente no Nordeste, cuja produção de 200 mil toneladas cairia para 20 mil em 10 anos. Nesse período o Brasil colhia safras recordes e os estoques superavam a metade do consumo. O que para o governo era um problema sério, porque em relação à paridade de exportação, os custos internos superavam em 20% os preços internacionais. A partir de então, o sistema público de pesquisa começou a dar sinais de enfraquecimento, com escassez de fundos orçamentários.

Mundo: balanço de oferta e demanda de algodão

Mil t

Item	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01
Produção						
Estados Unidos	3.897	4.124	4.092	3.030	3.694	4.171
China	4.768	4.202	4.594	4.507	3.832	3.810
India	2.885	3.030	2.686	2.771	2.678	2.678
Paquistão	1.785	1.594	1.562	1.372	1.829	1.589
Uzbequistão	1.250	1.048	1.138	1.002	1.154	1.067
Zona Franca Africana	685	798	941	878	870	867
Turquia	852	784	795	840	800	762
Outros	4.141	3.925	4.142	4.046	4.092	4.065
Total	20.263	19.505	19.950	18.446	18.949	19.009
Consumo						
China	4.289	4.420	4.267	4.180	4.834	4.834
Índia	2.608	2.857	2.760	2.748	2.896	2.961
Estados Unidos	2.318	2.422	2.471	2.265	2.199	2.221
Paquistão	1.568	1.524	1.565	1.524	1.633	1.655
Turquia	950	1.031	1.089	1.002	1.176	1.197
União Européia	1.113	1.138	1.155	1.085	1.098	1.125
Sudeste Asiático	964	961	868	945	949	995
Outros	4.912	4.183	4.819	4.787	5.065	5.145
Total	18.722	18.536	18.994	18.536	19.850	20.133
Importação						
Sudeste Asiático	998	980	859	961	984	1.020
União Européia	1.025	1.034	994	881	917	959
México	151	207	322	324	403	501
Turquia	113	295	316	248	414	457
Federação Russa	239	218	267	285	348	348
Coréia do Sul	362	327	288	320	332	327
Taiwan	300	283	263	299	316	305
Outros	2.798	2.946	2.405	2.274	2.185	2.197
Total	5.986	6.290	5.714	5.592	5.899	6.114
Exportação						
Estados Unidos	1.671	1.495	1.633	946	1.481	1.785
Uzbequistão	985	991	995	830	914	893
Zona Franca Africana	609	720	788	778	804	818
Austrália	319	519	590	662	675	675
União Européia	365	337	293	282	327	333
Síria	123	152	218	185	207	196
Turcomenistão	200	114	109	163	174	152
Outros	1.771	1.524	1.198	1.311	1.366	1.165
Total	6.043	5.852	5.824	5.157	5.948	6.017
Estoques finais						
China	3.059	3.626	4.345	4.601	3.251	2.228
Estados Unidos	568	865	846	858	893	1.067
Índia	1.100	1.019	909	1.000	1.033	957
Paquistão	296	396	331	373	535	442
União Européia	349	316	342	332	369	361
Brasil	323	274	324	287	332	356
Austrália	163	206	240	254	256	256
Outros	2.099	1.963	2.132	2.044	2.072	1.986
Total	7.957	8.665	9.469	9.749	8.741	7.653

Fonte: Usda, ago. 2000.

O ano de 1988 representou o grande divisor de águas no setor, com a primeira medida de abertura do comércio no agronegócio do algodão, através da Resolução nº 155 do Concex – Conselho Nacional de Comércio Exterior. Aprovada em 4 de maio desse ano, eximia de restrições simultaneamente as importações e as exportações de algodão em pluma.

A partir daí se interrompia uma tradição de fortes regulamentações para o comércio exterior de algodão. As importações do produto tinham estado até então sujeitas a uma alíquota de imposto de importação de 55%; as exportações tinham controles e restrições, cujos mecanismos serviam para o governo administrar o mercado nacional de algodão.

A alíquota do imposto de importação sofreu redefinição "de forma que o custo do produto estrangeiro internado (...) seja compatível com as tendências dos preços do mercado interno e do externo" (artigo IV). A redução tarifária veio em seguida; ainda em 1988 a alíquota de importação do algodão baixou de 55% para 10%.

No Paraná, o monopólio de sementes estava extinto. Em São Paulo, o sistema persistia mais *no papel* do que de fato. Com o seguro rural passando a ser facultativo no início da década de 90, o Estado perdeu seu mecanismo de controle e deixou de fiscalizar o cumprimento do monopólio.

Abertura consolidada

A abertura se ampliou em 1990 com o fim dos regimes especiais e um cronograma de novas reduções tarifárias. Para o algodão em pluma, a alíquota foi revista e passou de 10% para zero. Rompia-se um modelo de quase 70 anos em que as atividades de pesquisa genética, produção e comercialização de sementes de algodão eram realizadas exclusivamente pelo Estado.

Desde 1991 a classificação oficial é função da Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&F). De cada fardo de algodão em pluma produzido nas usinas de beneficiamento, duas amostras são enviadas à BM&F, que as classifica dentro de uma escala de 10 tipos.

Com a implantação do Mercosul, em janeiro de 1995, convencionou-se a tarifa externa comum (TEC) de 6% , a ser praticada a partir de 2000. Efetivamente, ela

passou a vigorar a partir de 1997, elevando-se a 8% em 1998, com isenção das transações intrabloco.

A redução de alíquotas nominais foi mais gradual para os segmentos industriais – fios e tecidos – do que para o algodão em pluma.

Crise de competitividade

A abertura às importações de algodão serviu na prática para garantir o abastecimento barato da indústria no curto e no médio prazo, em detrimento da situação competitiva dos cotonicultores.

A política de abertura aumentou as tarifas efetivas dos segmentos industriais. As dificuldades de atribuição de coeficientes técnicos em um período de forte e contínua mudança tecnológica complicaram seu cálculo.

A idéia de tarifa implícita consistia em considerar as alíquotas de importação dos insumos, mas a proteção efetiva de um bem final podia ser diferente da indicada por sua alíquota nominal. A análise era estática e utilizava os coeficientes técnicos de insumo-produto.

Nos anos 90, a produção nacional revelou acentuados problemas de competitividade e entrou em crise. O Brasil assumiu a posição de grande importador mundial da fibra, revelando a incapacidade dos produtores nacionais de se manterem no mercado lado a lado com os concorrentes estrangeiros. O volume de importação colocou o Brasil como o sexto maior importador mundial (4% do total), e a Argentina, com 35% do total, seu principal fornecedor.

A deterioração da posição competitiva decorreu em grande medida do processo de abertura comercial e liberalização das importações promovido no setor a partir de 1988.

Recordes críticos

O desempenho da lavoura algodoeira viveu um período crítico entre as safras de 1989 e 1997, quando houve redução de 69% na área cultivada e de 56% no volume produzido. Nesse interregno, a Associação Nacional dos Beneficiadores de Algodão sofria forte esvaziamento.

Em 1996/97 a importação atingiu o recorde de 468 mil toneladas de produto em pluma e a produção bateu seu nível mínimo, 305 mil toneladas, após ter alcançado 968 mil toneladas em 1984/85.

As maiores perdas de posição competitiva do algodão brasileiro se seguiram também à competição desleal das importações, beneficiadas por subsídios nos países de origem, e a práticas de *dumping* financeiro: importações financiadas a taxas de juros internacionais e prazos de até 360 dias, condições inexistentes no mercado nacional.

Cadeia versus *governo*

Desde meados de 1996 o desequilíbrio nas condições de financiamento gerava discussões envolvendo a cadeia e o governo.

A portaria nº 1.488 do MICT, publicada em 23 de maio de 1996, estabelecia cotas à importação de têxteis artificiais e sintéticos provenientes de países asiáticos (Taiwan, China, Hong Kong, Coréia) e do Panamá.

Por sua vez, a medida provisória nº 1.569, publicada em 25 de março de 1997, estabelecia restrições aos prazos de pagamento das importações financiadas em até 360 dias e exigia fechamento de câmbio para o pagamento das importações até 180 dias antes do término do prazo de pagamento.

Na prática, as importações financiadas com prazos de até 180 dias passaram a ser pagas à vista e as importações com prazos maiores (181 a 360 dias) tiveram seus financiamentos significativamente encurtados. Importações com prazo superior a 360 dias não sofriam alteração.

A Argentina, principal fornecedora de algodão para o Brasil, ficou fora da medida, e alguns importadores fizeram importações financiadas a prazos apenas um pouco acima do limite estipulado: 370 dias, por exemplo.

Muitas empresas têxteis sucumbiram ao processo de acirramento da concorrência e à forte concentração industrial desencadeada a partir da entrada dos importados. As cooperativas perderam espaço com a crise da cotonicultura. No Paraná suas participações no conjunto das empresas de beneficiamento sofreram quedas – de 70% em 1992 para 55% em 1994 e para 21% em 1997.

Novo setor de sementes

Com a aprovação da Lei de Proteção de Cultivares, em 1997, um novo setor de sementes começou a aparecer, com crescente participação da iniciativa privada. Tornou-se comum principalmente o uso de variedades Deltapine, adequadas à colheita mecanizada, em substituição aos cultivares públicos.

Mesmo com seus problemas orçamentários, o IAC lançou em 1996 a variedade IAC 22. Com isso, o sistema público passou a dispor de cultivares próprios à colheita mecânica. Uma nova alternativa para o Brasil Central e em algumas regiões no estado de São Paulo, além das variedades privadas de origem estrangeira como a Deltapine Alcala, norte-americana, e em menor escala a CS 50, australiana.

A Central Agropecuária de Desenvolvimento Tecnológico e Econômico – Coodetec –, da Organização das Cooperativas do Paraná – Ocepar –, lançou em março de 1997 a variedade Coodetec-401, também para atender as exigências da colheita mecânica.

Em fevereiro de 1998, o governo autorizou o BNDES a dispor de linha de crédito à indústria têxtil para financiar a compra de algodão nacional com condições favorecidas. A nova linha envolveu um volume de recursos de R$400 milhões, para créditos de curto prazo atrelados à aquisição de algodão em pluma nacional

Representatividade em formação

De um modo geral os segmentos produtores da fibra – agricultura e agroindústria beneficiadora – não têm uma entidade de representação para dar peso político às suas posições.

O Sindicato da Indústria de Extração de Fibras Vegetais representa os beneficiadores, enquanto a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) é a associação de interesse privado mais bem estruturada na cadeia, com ações na defesa de seus associados. Em 1973 foram suspensas por decreto as exportações de algodão em pluma sob a influência de fortes gestões por parte da Abit junto ao governo.

A Fundação MT e a Associação Brasileira de Algodão (Abralg) são duas organizações com papéis de importância na articulação da cadeia. Ambas visam à formação de uma entidade voltada à pesquisa na área de sementes, com variedades adaptadas para o cultivo no Brasil Central. (**L.A.P. e R.A.**).

ALTERNATIVAS

Celeiro do mundo

O algodão do Brasil amplia sua participação nos mercados mundiais, exportando sementes de alta qualidade

DÉCIO BONDIOLI

O mundo já conhece a laranja, a soja, o café e o cacau do Brasil. Agora começa a conhecer seu algodão de alta qualidade. Pode parecer contraditório o Brasil estar exportando algodão, já que não é auto-suficiente na produção dessa cultura tida como a maior não alimentícia do planeta. Só no ano passado, de acordo com dados do Ministério da Agricultura, o país importou cerca de 382 mil toneladas de fios.

Queda e ascensão

A produção brasileira de algodão caiu vertiginosamente devido em grande parte à abertura econômica do mercado via redução de tarifas de importação. Era mais fácil para o país adquirir algodão lá fora a preço mais vantajoso e de qualidade melhor do que o produzido internamente.

Alguns fatores contribuíram para que a área cultivada com algodão aqui crescesse: as quebras argentinas, a desvalorização do real ante o dólar – que melhorou a competitividade do produto têxtil final brasileiro no mercado externo – e a redução das importações.

Alguns fatores contribuíram para que a área cultivada com algodão crescesse no país: as quebras argentinas, a desvalorização do real ante o dólar – que melhorou a competitividade do produto têxtil final brasileiro no mercado externo – e a diminuição das importações.

Hoje há no país cerca de 740 mil hectares cultivados, o que possibilitará uma oferta de aproximadamente 927 mil toneladas de algodão na safra atual. No ano passado, foram cerca de 676 mil hectares cultivados e 839 mil toneladas de oferta total. Os dados são da Secex.

Exportações crescentes

O Brasil demorou a aparecer no mercado como exportador do produto por conta da falta de tradição exportadora, que o impedia dispor de uma base sólida de clientes e de incentivos à exportação do produto. Mas esta situação mudará muito em breve.

Projeções da recém-criada Associação Nacional dos Exportadores de Algodão dão conta de que o país exportará durante esta safra de 20 a 25 mil toneladas de algodão, principalmente para a Europa, mercado notoriamente conhecido por adquirir apenas algodão de excelente qualidade.

Estima-se que para a próxima safra as exportações brasileiras do produto atinjam cerca de 50 mil toneladas.

Olho na competitividade

O simples fato de uma associação nacional ter sido criada traduz a importância do assunto para a economia brasileira. Um dos seus papéis será o de defender os produtores de algodão junto às empresas e ao governo para que os incentivos sejam incrementados e a produção se torne menos problemática para os cotonicultores.

Hoje em dia apenas estados como Mato Grosso e Goiás oferecem algum tipo de incentivo aos produtores de algodão, como o crédito de ICMS de 6,5%. Incentivos semelhantes poderiam ser adotados por outros estados produtores e pelo

governo federal, que deve começar a ver o algodão com olhos de exportador.

O gerente administrativo da Unicotton – Cooperativa dos Produtores de Algodão do Sudeste de Mato Grosso –, Wilson Chiminacio, em reportagem do *Diário de Cuiabá*, afirmou que é necessário adaptar as máquinas e melhorar a qualidade do algodão desde o momento da colheita até o beneficiamento.

Espaço aberto

A MDM está desenvolvendo sementes de alta qualidade como a variedade DeltaOPAL, que propiciou uma produtividade de até 400 arrobas por hectare em lavouras localizadas em Santana, Bahia – mais do dobro da média brasileira.

A Grécia, país membro da União Européia, considerada um dos mercados mais exigentes do mundo, está prestes a importar sementes DeltaOPAL produzidas no Brasil. Será a primeira exportação de sementes de algodão brasileiro para o continente europeu, numa quantidade estimada em cerca de 800 mil quilos. O Brasil já cumpriu as duas exigências impostas pelo mercado europeu, que são a aceitação pela OCDE e a aprovação das sementes brasileiras por uma comissão especializada. Para que a exportação se concretize, resta apenas ao governo brasileiro ultimar os procedimentos necessários.

Se o país for mesmo o celeiro do mundo tão apregoado por todos, está na hora de abrir um espaço para o algodão nesse celeiro. Algodão que já veste e alimenta e que a partir de agora também levará o rótulo *made in Brazil* para o resto do mundo.

Decio Bondioli é gerente geral da MDM.

Sementes do futuro

Sementes geneticamente modificadas podem tornar o algodão brasileiro sustentável e competitivo

Stuart Donald

A biotecnologia agrícola é amplamente aplicada ao plantio de algodão em todo o mundo. O algodão está sendo produzido de maneira mais econômica, segura e ambientalmente correta. Este ano, mais de 61% das lavouras de algodão dos Estados Unidos vieram de sementes geneticamente modificadas. A tecnologia oferece ao Brasil uma importante ferramenta para o desenvolvimento sustentável da indústria do algodão, que poderá competir com o resto do mundo.

Em sua forma atual, a biotecnologia agrícola consiste em conferir determinadas características às plantas – uma certa resistência a pestes e insetos e tolerância a herbicidas específicos, por exemplo –, permitindo maior controle de plantas daninhas.

Essas características são o resultado da transferência de um gene (modificação genética) determinado, que pode ser de outra planta ou organismo, para uma planta de algodão.

Na realidade, o processo nada mais é do que uma extensão dos métodos tradicionais de plantio para selecionar as características desejáveis das plantas. A diferença está em que permite a transferência de maior variedade de informações genéticas de forma mais precisa, eficiente e controlada.

Insetos e herbicidas

O algodão resistente a insetos, conhecido nos EUA como Bollgard, apresenta resistência a pragas específicas que causam grandes perdas nas lavouras do mundo: *Heliocoverpa*, *Heliothis*, *Pectinaphora* e *Alabama* – essa última no Brasil.

O algodão tolerante a herbicidas é principalmente representado pelo algodão Roundup Ready, que permite aos agricultores a aplicação do herbicida Roundup sobre a parte superior da planta, fornecendo maior controle sobre plantas daninhas.

Uma terceira tecnologia, resistente a insetos e tolerante a herbicidas, chamada nos EUA de Bollgard/Roundup Ready, já está plantada ao menos em 20% da área total. Essa tecnologia dá à planta uma dupla proteção, graças aos avanços da biotecnologia.

A biotecnologia agrícola não traz vantagens somente para os sistemas agrícolas de larga escala. A adoção de culturas origi-

nárias da biotecnologia em países como a China e a África do Sul demonstrou que os pequenos produtores podem beneficiar-se da mesma forma, senão mais, do acesso a essas tecnologias. É na agricultura de pequena escala que os custos dos pesticidas geralmente são proibitivos e, mesmo que acessíveis, por serem aplicados manualmente, representam maior exposição a químicos, colocando as pessoas em risco.

Bem posicionado

O Brasil está muito bem posicionado para se beneficiar dessas tecnologias.

A indústria de algodão está se expandindo; novas áreas se abrem no cerrado, onde existem significativas vantagens naturais para o cultivo: grandes extensões de solo fértil e topografia adequada para a agricultura mecanizada, economicamente mais viável.

O clima é bom, com sol e chuvas abundantes, e nas melhores áreas agrícolas a chuva pára na época da colheita, permitindo condições otimizadas por um período mais longo e reduzindo a necessidade do uso de colheitadeiras para acelerar o processo.

Os cotonicultores do cerrado estão alcançando rendimentos dos mais altos, comparáveis aos melhores do mundo, sem que a irrigação seja necessária. O rendimento em algumas áreas de Mato Grosso, Goiás e Bahia em 1999/00 alcançou 1.800kg de fibra por hectare. Isso pode ser comparado aos melhores rendimentos dos EUA, de 1.100kg/ha, e também aos da Austrália, superiores a 2.000 kg/ha com irrigação.

Portanto, o Brasil tem muitas vantagens naturais para o cultivo do algodão em grande escala comercial.

Tem também um setor agrícola significativo de pequena escala em várias regiões, inclusive no Nordeste, que tradicionalmente cultiva grandes áreas de algodão. Esse setor, porém, sofre uma redução considerável, causada principalmente pela incapacidade de controlar certas pragas e pelo aumento no custo da mão-de-obra.

Eficaz no combate a pragas e ervas, reduzindo ao mesmo tempo a necessidade de agentes químicos e mão-de-obra, a biotecnologia poderia viabilizar o cultivo de algodão por pequenos agricultores no Nordeste e outras regiões.

Algodão e genética

Outra área importante para o sucesso de qualquer indústria de algodão é a área genética.

O Brasil foi beneficiado recentemente pelos avanços na área de germoplasma e pela chegada ao mercado de novas variedades de algodão. A abertura da economia estimulou investimentos na pesquisa e no desenvolvimento de novas variedades específicas para o país.

Um exemplo seria a nova variedade DeltaOPAL, produzida pela MDM, uma parceria entre o Maeda Group, a Delta & Pine Land Company e a Monsanto. A DeltaOPAL oferece distintas vantagens em relação à resistência a vírus e produz altos rendimentos de fibra de qualidade excepcional.

Rapidamente, essa variedade estabeleceu uma forte presença no mercado, demonstrando existir muito espaço para variedades novas de valor agregado. A DeltaOPAL aumenta a viabilidade do cultivo do algodão por reduzir as despesas com inseticidas e aumentar os rendimentos de fibra de boa qualidade, e está sendo bem recebida no mercado internacional.

Custos e preços

No que diz respeito a despesas, o custo base por quilo (ou libra) de fibra produzida no Brasil é razoavelmente favorável, se comparado aos custos de países concorrentes.

Na região Delta, nos EUA, uma libra de algodão é produzida por US$0,50, enquanto no Brasil esse custo se encontra em torno de US$0,40 e US$0,45.

Entretanto, existem algumas desvantagens no caso do Brasil, como por exemplo o custo para fazer o algodão chegar aos mercados exportadores e o preço inferior recebido pelo agricultor, se comparado com seu equivalente americano.

Com base no preço de Nova York, US$0,60/lb, um agricultor norte-americano poderia receber US$0,65/lb por seu algodão, incluindo possíveis 20 a 25% de subsídios, enquanto o agricultor brasileiro receberá cerca de US$0,42 a US$0,50, deduzidos os custos de frete, corretagem e os descontos nos pagamentos pela qualidade, o que minimiza seus ganhos.

A biotecnologia agrícola é uma extensão dos métodos tradicionais de plantio para selecionar as características desejáveis das plantas. A diferença está em que permite a transferência de maior variedade de informações genéticas de forma mais precisa, eficiente e controlada.

Alto risco

Os elevados investimentos necessários à produção de algodão de alto rendimento e boa qualidade no Brasil fazem deste um negócio de alto risco. A última safra produziu altos rendimentos para a maioria dos agricultores. Entretanto, por sua própria natureza a agricultura está sempre sujeita aos caprichos do clima e às mudanças de preços, que inevitavelmente podem vir a atingir o algodão no futuro.

Para resistir a essas situações adversas, o cotonicultor precisa reduzir os riscos de seu negócio ao mínimo possível. Uma forma de conseguir isso é reduzir os custos básicos a um nível que possa sustentar o negócio nessas horas adversas.

Existem ferramentas disponíveis para isso, algumas das quais são variedades novas, técnicas de cultura de conservação. As experiências conhecidas no mundo e os testes iniciais no Brasil levam a crer que a biotecnologia representa bom instrumento de redução do risco e garantia de rendimentos sustentáveis para o cotonicultor brasileiro.

O gráfico compara as economias realizadas utilizando as variedades combinadas de Bollgard/Roundup Ready nos EUA com as variedades tradicionais, e também apresenta uma comparação hipotética para o Brasil usando essas mesmas variedades como nos EUA.

Principais benefícios

Os benefícios oriundos dessa nova tecnologia são muito claros para o agricultor e serão muito bem-vindos por reduzirem os riscos e aumentarem o retorno à sustentação do cultivo de algodão no Brasil.

Isso estimularia a expansão da cultura de algodão no Brasil, ajudando a reduzir a necessidade de importações, abrindo até mesmo possibilidades para exportações, ajudando o país a melhorar seu balanço de pagamentos.

Além dos benefícios econômicos, a utilização dessas tecnologias terá um impacto positivo sobre o meio ambiente e os trabalhadores pela redução do uso de químicos.

Existem ainda outros benefícios que devem ser reconhecidos, mais adiante, na cadeia de valores. O controle de plantas daninhas e pragas possibilita a produção de algodão de melhor qualidade e mais limpo – o que quer dizer que a fibra sai do campo mais limpa, facilitando o processo de desmotamento e auxiliam as desmotadoras a produzirem com mais qualidade e cores mais consistentes para as tecelagens.

A falta de consistência e qualidade tem sido uma das principais críticas de compradores externos do algodão brasileiro há alguns anos. Essa imagem negativa tem impedido os agricultores de obterem preços máximos para fibras de qualidade.

Outro fator de preocupação, especialmente na Europa, é o alto nível de resíduos químicos que aparece no algodão. A biotecnologia é uma ferramenta valiosa para reduzir a carga dos agroquímicos e poderia contribuir para uma melhor aceitação do algodão brasileiro por consumidores locais e estrangeiros.

Tecnologias testadas

O Brasil ainda não se beneficiou da biotecnologia agrícola em nenhuma cultura. Têm sido encaminhadas à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia responsável no Brasil pela aprovação das plantas geneticamente modificadas no país, solicitações para a comercialização de diversas tecnologias.

As tecnologias de algodão estão sendo testadas pela Monsanto e, caso sejam aprovadas pelas autoridades competentes, sementes de algodão Bollgard e Roundup Ready poderão estar disponíveis para o plantio dentro de dois anos.

Os testes realizados até o momento confirmam os benefícios positivos que têm sido alcançados em todo o mundo.

As novas tecnologias seriam tanto mais vantajosas aqui dado o alto índice de problemas relativos a plantas daninhas e pragas que atacam o algodão no Brasil. As três grandes pragas existentes no Brasil, a curuquerê, a lagarta-da-maçã e a lagarta rosada, são bem controladas pela tecnologia Bollgard.

Do ponto de vista da aceitação pública, no mundo todo o algodão geneticamente modificado merece muito poucas críticas. Sua fibra e seus óleos têm-se demonstrado equivalentes aos do algodão convencional. Também não se têm manifestado preocupações relativas à segurança em termos de alergias ou toxinas.

Novas versões

Está apenas começando uma gama de produtos novos e estimulantes, que já vêm sendo testados pela Monsanto e incluem novas versões de algodão contendo proteção contra insetos e de aspectos melhorados.

As possibilidades mais importantes no entanto provavelmente incluem o desenvolvimento de outras tecnologias capazes de melhorar as características de rendimento e qualidade da fibra de algodão.

As variedades que produzem maiores rendimentos e algodão de melhor qualidade, em termos de comprimento da fibra, resistência e atributos de cor, em breve se tornarão uma realidade. Todas essas tecnologias contribuirão para a sustentabilidade do algodão brasileiro e o tornarão mais competitivo.

O algodão resistente a insetos, conhecido nos EUA como Bollgard, apresenta resistência a pragas específicas que causam grandes perdas nas lavouras do mundo: *Heliocoverpa, Heliothis, Pectinphora* e *Alabama* – essa última no Brasil.

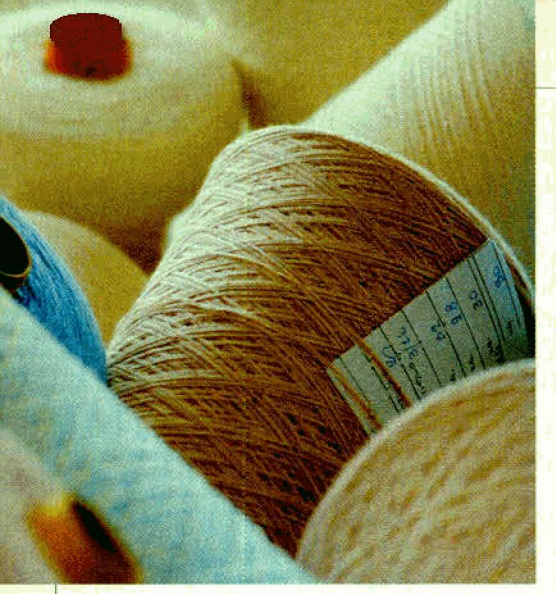
Com a biotecnologia, a humanidade tem uma chance de enfrentar o desafio das crescentes pressões relativas à escassez de recursos, produzindo as quantidades necessárias para satisfazer a demanda crescente de alimentos e fibras da população cada vez mais numerosa do planeta e preservando o meio ambiente.

Que o Brasil possa beneficiar-se dessas tecnologias, para aumentar a sustentabilidade das lavouras de algodão e criar uma posição competitiva no mercado de fibra. Este país merece ter o direito de acesso a novas tecnologias para competir no mercado global, que se transforma tão rapidamente.

Stuart Donald é gerente de negócios em Algodão da Monsanto.

Obras e autores consultados:

Gianessi & Carpenter (1999) do National Centre for Food & Agricultural Policy.
Hebei Province Statistics Bureau, 1999.
Dr. Lloyd May, do USDA, ARS, Florence, CS; Dr. Edward Murdoch e R. Graham, da Universidade de Clemson, Florence, CS.
Monsanto, 1999.



A ABERTURA E A CADEIA

Novos tempos

As empresas estão resistindo a crises e abrindo novas avenidas, num horizonte de eficiência econômica e competitividade

DANIELA DE PAULA ROCHA

O setor têxtil aceitou o desafio da abertura econômica e há muito está promovendo um ajustamento das suas estratégias empresariais, com o objetivo de manter um elevado desempenho para se adaptar e criar um novo paradigma de competitividade na cadeia têxtil brasileira.

Muitas empresas pereceram no processo. Mas as que sobreviveram promovem um profundo ajuste nos seus parques fabris através de moderna tecnologia e modernas técnicas de gestão empresarial, desenhando uma indústria têxtil nova, forte e competitiva. Há nos empresários grande capacidade de identificar pontos de estrangulamento no processo de gestão e desenhar estratégias para criar um potencial de crescimento para as empresas.

Novos caminhos

As empresas estão resistindo a crises que se abateram sobre o setor e abrindo novas avenidas, num horizonte de eficiência econômica e competitividade, combinando profundas adaptações tecnológicas e novos métodos de gestão. Grande parte delas diversificou a produção e concentrou seus recursos em segmentos de maior valor adicionado, com uma identificação correta de nichos de mercados e novos produtos.

Os empresários, por sua vez, identificaram com relativa precisão o potencial do mercado, adotaram gestão profissionalizada em escala variável e iniciaram um novo processo de reengenharia financeira bastante promissor, traduzido em fusões, parcerias e associações de capital, atacando frontalmente o ponto de estrangulamento mais grave que é a área financeira. As empresas de porte pequeno e médio são viáveis e estão adotando novos paradigmas com reformas concentradas nos processos de gestão.

Há concentração de esforço mercadológico em nichos de mercado e em produtos de alto valor adicionado. Entre as pequenas e médias empresas ainda prevalecem problemas relativos a custos, apesar da tentativa de superação via novos paradigmas de gestão e reestruturação produtiva e tecnológica.

Onde entra o Estado

Essas estratégias estão sendo severamente limitadas pela indisponibilidade e pelos custos dos recursos financeiros. Os segmentos de empresas com maior coeficiente de emprego, principalmente no setor de confecções, devem merecer prioridade nas formas de atuação do Estado por meio de instrumentos específicos que facilitem a oferta de crédito para esse conjunto de empresas.

Apesar do conhecimento existente nas empresas de pequeno e médio porte, o vulto dos investimentos necessários não

tem como contrapartida uma oferta compatível de recursos, muito embora a rentabilidade financeira dessas empresas permita maior aporte de recursos. Em todos os segmentos da cadeia têxtil o problema mais grave é o de descapitalização, ocasionado pelos elevados níveis de passivo e pelo serviço da dívida contraída nos anos de abertura, que em conjunto representam um peso excessivo para o crescimento no futuro. Se esses problemas forem equacionados (com prazo, por exemplo), pode-se antever um futuro promissor em termos de vantagens competitivas.

No momento em que todas as empresas promovem reformas e ajustes profundos não pode faltar a eliminação do ponto de estrangulamento financeiro. Os empréstimos para produção e equacionamento dos passivos não devem ser feitos em relação às estruturas patrimoniais e indicadores econômico-financeiros do passado, mas sim em relação ao futuro.

As empresas não tiveram um desempenho econômico-financeiro satisfatório no passado. Mas conseguiram equilibrar seus demonstrativos financeiros, estabilizaram suas dívidas e resultados e estão em condições de crescer. Nesse momento, o financiamento é a peça fundamental que não pode faltar para a recuperação do setor. Esse talvez seja o ponto de estrangulamento mais importante a ser enfrentado na cadeia têxtil brasileira.

O Estado deve completar um ciclo de reformas estruturais. O custo das reformas incompletas pode ser bastante elevado, pois se cria um ambiente econômico e financeiro hostil ao desenvolvimento do setor privado.

O CUSTO DOS RECURSOS

Além da indisponibilidade de recursos, outro ponto de estrangulamento é o elevado custo de recursos de financiamento para investimento. No caso da pequena e da média empresa, a desatualização tecnológica é um gargalo, uma barreira insuperável, se não houver financiamento. Sobre esse ponto deve recair a prioridade da ação do Estado de promover a reestruturação tecnológica para a competitividade da pequena e da média empresa em todos os segmentos, principalmente de confecções e malharia. É preciso centrar as atenções na desatualização tecnológica do setor.

Outro aspecto de estrangulamento da cadeia diz respeito à escala reduzida do varejo. Hoje, grande parte das vendas está concentrada em *shoppings* (num conjunto atomizado de lojas em *shoppings*) e nos subúrbios. A existência de poucas empresas-âncora não facilita a entrada do Brasil na fase de economia de venda em grande escala. A pulverização da distribuição de confecções têxteis acarreta problemas na medida em que o setor absorve grande parte da margem de lucratividade dos produtos, impedindo de certa forma que haja rentabilidade a montante da cadeia, mediante a transmissão de melhores margens e preços para os outros segmentos anteriores.

Outro ponto importante de estrangulamento da cadeia é a questão da oferta de fios. O parque de fiação nacional não seria suficiente para atender à expansão acelerada da demanda de produtos têxteis. Nesse sentido, investimentos nessa área são necessários e têm boas perspectivas de alto retorno.

Finalmente, alguns pontos merecem menção:

- *comércio ilegal de produtos têxteis* – a relevância desse problema foi ofuscada até certo ponto em função do regime de taxas de câmbio flutuantes, mas teve repercussões danosas junto aos produtores internos de têxteis à época da massiva importação de similares ocorrida com sobrevalorização no Plano Real;
- *peso excessivo dos encargos sociais na cadeia* – a maioria das empresas não adotou o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado. A adoção desse contrato representaria uma redução de aproximadamente 42% no montante dos atuais encargos sociais da folha de pagamento dessas empresas;
- *a oferta da matéria-prima, sua indisponibilidade para atender à demanda nacional e a falta de qualidade* – a solução desse problema permitiria o desenvolvimento da cadeia têxtil industrial no Brasil.

MERCADO EM POTENCIAL

Os pontos de estrangulamento são relativamente reduzidos se comparados aos aspectos positivos que a cadeia apresenta. Há um grande potencial do mercado interno nas classes de renda C, D e E, que forma no mercado brasileiro um dos maiores potenciais do mundo. O setor de consumo tem elevada elasticidade de renda da demanda, que embora não tenha sido medida no Brasil, está entre 1 e 1,3 nos países em desenvolvimento (podendo atingir 1,7, em alguns deles). Outros aspectos positivos incluem a perspectiva de ganho de escala no varejo, mediante consolidações de alianças ou consórcios de vendas e exportações.

A perspectiva de aumento de emprego no setor é um ponto positivo na cadeia, assim como uma segunda onda de consumo ou de expansão do consumo, com a estabilização da renda e o crescimento da economia.

Há sinais inequívocos de recuperação da produção da matéria-prima. Há esforços para a integração da cadeia, estabelecimento de parcerias e um diálogo entre todos os segmentos, harmonizando interesses a partir da mudança do quadro verificado no passado, da abertura comercial e sobrevalorização cambial. O diálogo estabelecido dentro do setor é um aspecto promissor para o futuro da cadeia.

O Brasil dispõe de mão-de-obra qualificada com tradição e alta capacidade de adaptação. O perfil empresarial do gestor também merece destaque como aspecto favorável ao desempenho positivo do setor. Apesar da pouca capacitação formal, os empresários são agentes hábeis em lidar com mudanças rápidas na economia e constantes ajustes em seus horizontes de produção e comercialização.



Papéis do Estado

O Estado deve oferecer bens públicos e promover suas reformas para alavancar o crescimento do setor e propiciar um ambiente econômico sadio para o desenvolvimento do setor privado. Iniciativas de fortalecimento, de treinamento e pesquisa devem ser apoiadas pelo Estado. Em ambos os casos, em parceria com o setor privado, utilizando um excelente acervo de organismos de treinamento tecnológico, representado pelo Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil (Cetiqt) e pelos centros de excelência existentes no Brasil.

Se o objetivo da sociedade é gerar emprego e renda entre as pequenas e médias empresas, o papel primordial do Estado deve ser o financiamento da reestruturação administrativa e tecnológica desse segmento de empresas, de forma absolutamente prioritária. Da mesma forma, o Estado deve desempenhar um papel importante na pesquisa, no apoio à produção de fibra de algodão, por meio de tecnologia, sementes selecionadas e, sobretudo, na questão do fomento a uma classificação da fibra na origem.

O Estado deve completar um ciclo de reformas estruturais empreendidas nas linhas de política fiscal, monetária e tributária. O custo das reformas incompletas, como se sabe, pode ser bastante elevado, pois se cria um ambiente econômico e financeiro hostil ao desenvolvimento do setor privado.

Não ao protecionismo

Há entretanto políticas que o Estado não deve promover sob pena de comprometer a competitividade do setor. A primeira e mais importante delas todas é não introduzir políticas que gerem quaisquer formas de distorção no ambiente competitivo de mercado, como por exemplo medidas de protecionismo.

O setor que hoje está aberto à concorrência internacional mostrou-se sensível a mudanças de mercado e dá respostas relativamente rápidas. Mudou muito com o processo de abertura e mais ainda com a liberalização do regime cambial – antevendo a capacidade de abastecer o mercado interno e disputar o mercado externo com exportações.

Nesse sentido, as distorções de sinais de preço no mercado também devem ser evitadas pelos formuladores de política. A atuação seletiva do Estado, elegendo subsetores e empresas, ou privilegiando segmentos, seria a solução eficiente para alterar e melhorar o regime competitivo no setor têxtil.

O mercado financeiro brasileiro está em condições de atender a grande parte da demanda de recursos para capital de giro e empréstimos de curto prazo. Contudo, é imprescindível se discutir em profundidade se o Estado deve entrar num segmento de financiamento de créditos de curto prazo, quando há uma prioridade fundamental de financiamento de pequenas e médias empresas para a reestruturação tecnológica e empresarial.

Ao eleger segmentos da demanda de crédito, que poderiam ser atendidos por agentes financeiros privados, o Estado provocaria um *crowding out* no crédito privado no mercado financeiro. Ou seja, é preciso repensar um modelo de atuação do Estado no mercado financeiro.

A idade média das máquinas e equipamentos vem caindo nos últimos anos, o que revela um esforço das empresas em atingir um grau de modernização comparável aos padrões internacionais.

Facilitar o diálogo

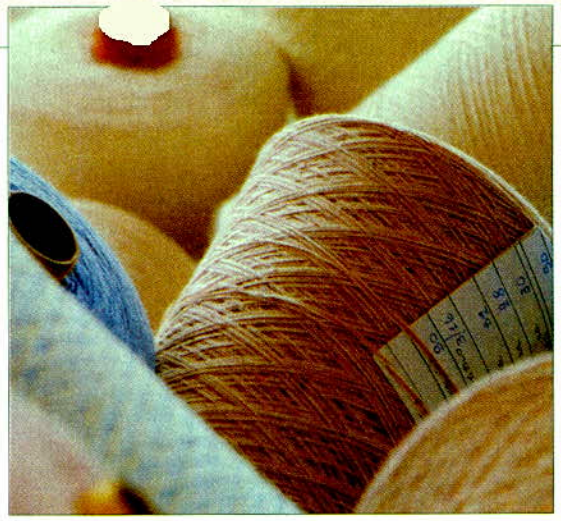
Papel fundamental do Estado é facilitar o diálogo entre os interesses organizados em todos os elos da cadeia. Grande parte da superação dos problemas da cadeia está na falta de mecanismos internos de coordenação. Eis por que o Estado deve promover o fortalecimento de câmaras setoriais de cadeias agroindustriais, respeitando princípios de neutralidade e de promoção da harmonização de interesse entre todos os participantes da cadeia.

O segmento produtor de fibras e filamentos artificiais e sintéticos demanda investimentos freqüentes em pesquisa e modernização, para aumentar a eficácia de suas operações industriais, reduzir custos e manter competitividade internacional. Precisa de alta sofisticação tecnológica e também de um controle intenso e climatização adequada. A indústria brasileira mostra que nesses quesitos ela é competitiva. As empresas no Brasil pré-abertura vinham modernizando suas máquinas e equipamentos. A intensidade entretanto era menor que a de empresas de outros países.

Com a abertura comercial, as empresas sofreram com a concorrência acirrada das fibras e filamentos da Ásia, que ingressavam no país com um preço abaixo do custo de produção nacional. Outro ponto crítico foi a redução no número de pessoas empregadas no segmento. Apesar da concorrência, o segmento mostrou que é competitivo.

As empresas do segmento conseguiram competir com os produtos importados com modernização do parque tecnológico; redução ao máximo do custo de produção; diferenciação dos tipos de fibras e filamentos artificiais e sintéticos produzidos. E no período mais crítico de importação, a flexibilidade desse segmento foi primordial; ou seja, as empresas se

distanciavam rapidamente da produção de fibras e filamentos que eram importados.



Matérias-primas caras

O principal problema no segmento de fibras artificiais e sintéticas, que impede um ganho maior de competitividade, é o preço elevado das matérias-primas utilizadas comparado com o praticado em outros países, especialmente a nafta, que é derivada do pólo petroquímico.

Outro ponto que deu margem a um aumento da competitividade foi a busca de parcerias, que propiciou o desenvolvimento de novas fibras. Só que as parcerias não proliferam, em decorrência da falta de confiança entre as partes

No Brasil, o volume de produção nacional é relativamente baixo comparado aos padrões mundiais. O que não é um problema, uma vez que há duas tendências para o segmento produtor de fibras artificiais e sintéticas. Ou seja, haverá um grupo de empresas que tenderá a produzir uma linha mais diferenciada de fibras e filamentos artificiais e sintéticos, com um volume relativamente baixo; e outro grupo de empresas ligadas ao ramo petroquímico, que produzirão uma quantidade maior, porém estarão produzindo *commodities*. A tendência das empresas no Brasil é seguir o primeiro caminho, que é o de produzir fibras e filamentos diferenciados.

> O financiamento é a peça fundamental que não pode faltar para a recuperação do setor. Esse talvez seja o ponto de estrangulamento mais importante a ser enfrentado na cadeia têxtil brasileira.

Atualização tecnológica

Depois da abertura comercial o segmento nacional de fiação passou por profunda reestruturação, especialmente por ser predominantemente de capital intensivo. Na época do protecionismo os avanços foram lentos na adoção de tecnologia de ponta. A abertura comercial exerceu forte pressão pela atualização tecnológica .

Antes de serem expostas à concorrência externa, era possível às empresas nacionais manter aqui uma planta de fiação com máquinas e equipamentos defasados. Com a abertura comercial, essa possibilidade ficou cada vez mais remota e um grande número de empresas foi a pique. Entre 1990 e 1997, a redução ficou em torno de 53%. O segmento teve perdas significativas também na mão-de-obra. A redução na produção no entanto foi pouco significativa: menos 5,62%.

Há três principais razões que amenizaram a queda da produção. A primeira é que algumas empresas tinham como característica a tradição de produzir espécies de fios diferenciados e trabalhar com flexibilidade (elevada capacidade de mudança na linha do tipo de fio produzido).

Antes da abertura comercial, os fios do tipo *commodities* tinham um peso extremamente grande nas linhas de produtos das empresas. Com a abertura, passou-se a privilegiar a produção de fios com composições, tipos e variedades diferenciadas, especialmente, nas empresas verticalizadas (fiação-tecelagem), que para produzirem um tecido diferenciado tinham que partir de fios com certos tipos de especificidade. As empresas que diferenciavam parcela da produção sofreram com a abertura comercial, mas continuaram no mercado; as que não o fizeram, passaram a fazer para garantir sua fatia de mercado e se tornar mais competitivas. Essa alternativa foi adotada especialmente pelas empresas que não têm condições de realizar a atualização de máquinas e equipamentos que necessitam investimentos de grande vulto.

Estratégia de integração

Outro fator que aumentou o poder de competitividade das empresas do segmento de fiação foi a estratégia de integração, com o intuito de agregar maior valor à mercadoria, especialmente por terem sofrido de forma significativa um achatamento nas margens de lucratividade. O poder de ganho e lucratividade acabou caindo de forma acentuada, mesmo nos fios diferenciados – ainda que nesses a queda nas margens tenha sido menor.

No Brasil é visível que após a abertura comercial um razoável número de médias e grandes empresas teve que se limitar a atender um determinado nicho de mercado, se especializando na diferenciação dos fios. Essa foi a alternativa encontrada por empresas que se viram impossibilitadas de investir em novos filatórios ou em tipos mais modernos, como os filatórios *open-end*. As empresas que decidiram inovar o parque tecnológico optaram por filatórios de anéis.

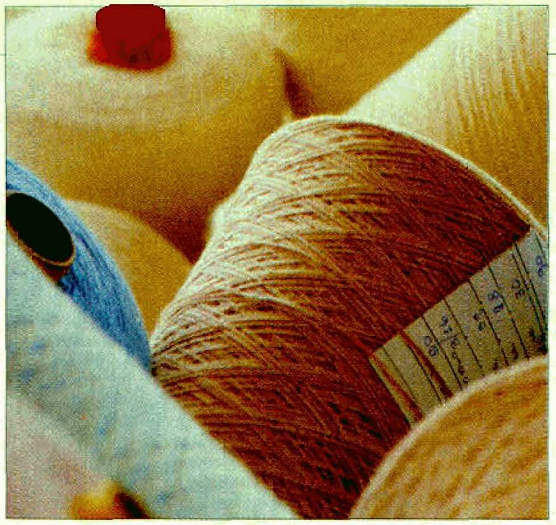
Índice de modernização

A terceira razão de não ter havido perdas significativas na produção de fios decorreu dos incentivos existentes no Nordeste, que possibilitaram a implantação de unidades de fiação com elevado índice de modernização e a atualização do parque tecnológico de empresas já instaladas. Os fios produzidos no Nordeste são em geral do tipo *commodities*, voltados para o segmento de malharia.

A idade média das máquinas e equipamentos do segmento vem caindo nos últimos anos, o que revela um esforço das empresas em atingir um grau de modernização comparável aos

padrões internacionais.

Comparado a outros segmentos da cadeia têxtil, o da fiação foi o que mais incorporou novas tecnologias, com elevado incremento no grau de automação e na produtividade e caracterizado como indústria de capital intensivo. As novas máquinas e equipamentos estabelecem maior resistência ao fio, destacando-se o desenvolvimento da fiação a *rotor* (*open-end*) e, mais atualmente, *o jet-spinner* (filatório a jato de ar), cuja utilização é bastante restrita no país.



Novas estratégias

Ao longo dos anos 90, o segmento de tecelagem experimentou queda da produção física, aumento das importações e queda considerável do número de empresas (1.458 empresas em 1990, para algo em torno de 700 em 1997) e do número de empregados (140 mil em 1990 para 47 mil em 1997). O segmento promoveu uma profunda reestruturação nesse período, adotando novas estratégias de competitividade.

Dois caminhos distintos foram tomados dentro do segmento, que ultimamente vem se tornando mais capital-intensivo e por isso comporta cada vez menos empresas de pequeno porte. As grandes empresas integradas concentraram seus negócios em produtos padronizados (*commodities*) e para isso procuraram ao máximo aumentar as escalas de produção.

Nessas empresas foram realizados grandes investimentos para a aquisição de novas máquinas e para adoção de novas técnicas de gestão, profissionalizando o relacionamento com os clientes, racionalizando a utilização de matéria-prima e de mão-de-obra. Nas empresas de menor porte, a chave para a sobrevivência foi e continua sendo a busca contínua de diferenciação de suas linhas de produtos para fugir dos tipos padronizados que só geram rentabilidade em empresas com alta escala de produção.

Nesse segmento o Brasil detém vantagem competitiva na tecelagem de tecidos pesados de algodão (índigos e denim) e se destaca como um dos maiores produtores e consumidores mundiais. Há também vantagem competitiva na produção de tecidos felpudos e de tecidos para a linha de cama e mesa. Mas na produção de tecidos leves e na produção de tecidos sintéticos o país não tem vantagem competitiva e enfrenta a concorrência dos asiáticos.

Problemas de ponta a ponta

Há problemas de fornecimento de matéria-prima para as empresas não-integradas, que necessitam de insumos diferenciados para a produção de artigos com qualidade e diferenciação. Isso está mais associado à disponibilidade dos tipos específicos exigidos do que à qualidade e preço desses insumos. Há também problemas com a produção de fios sintéticos e artificiais, uma vez que as empresas aqui instaladas sofrem com o fornecimento das matérias-primas necessárias à produção desses fios. A matéria-prima é fornecida por um pequeno grupo de empresas, o que acaba lhes gerando grande poder de barganha nas negociações de preço e quantidade.

Há ainda grande defasagem tecnológica nos parques industriais. Há também sérios entraves para o financiamento do capital de giro, de alto custo e de difícil obtenção no retraído mercado interno de crédito. Esses problemas são maiores ainda nas empresas não integradas, que não dispõem das altas garantias exigidas pelos agentes financeiros.

Hoje, grande parte das vendas está concentrada em *shoppings* e nos subúrbios. A existência de poucas empresas-âncora não facilita a entrada do Brasil na fase de economia de venda em grande escala.

Afora estes problemas, ressaltam-se os problemas relacionados com as políticas públicas no que tange à ineficiência com relação ao combate às importações ilegais (subfaturadas, indevidamente classificadas ou contrabandeadas), a questão dos altos impostos e dos encargos trabalhistas.

Pequenos e informais

Comparado ao segmento da tecelagem, a malharia guarda duas características marcantes: maior ocorrência de empresas de pequeno porte e maior grau de informalidade dessas empresas.

Nos anos 90 a produção subiu até 1994, para depois, já num ambiente de altas taxas de juros e de câmbio sobrevalorizado, entrar em queda, ao mesmo tempo em que as importações subiam consideravelmente, num acréscimo superior ao aumento das importações de tecidos planos. Apesar de um acréscimo maior de importações nesse segmento, o número de empresas caiu a um percentual inferior à queda da tecelagem, quando, de 3.766 empresas em 1990, passamos para algo em torno de 2.960 em 1997 (-21%). A queda do emprego também se deu em percentual inferior, de cerca de 32%, o que pode ser explicado pela maior facilidade de acesso ao segmento devido às menores necessidades de financiamento para a construção de uma unidade fabril e pelo maior grau de integração da indústria de malharia, principalmente com a confecção, segmento que experimentou crescimento constante da produção de peças.

Na produção de camisetas com 100% algodão ou mescla de

algodão com poliéster, o Brasil tem competitividade, pois as empresas produtoras são grandes e integradas e dispõem de fábricas modernas. Também na produção de malharia de artigos íntimos, meias femininas e meias esportivas, o país é competitivo, por conta dos investimentos realizados ultimamente para a modernização dos parques fabris.

A informalidade é um dos problemas nas empresas do segmento, já que afeta a competitividade das empresas formais via distorção do sistema de preços. Como é um segmento com maior incidência de empresas de pequeno porte do que o setor de tecelagem plana, questões relativas ao financiamento de capital de giro e para modernização tecnológica são urgentes e passam necessariamente pela questão da criação e fortalecimento de pólos de produtores. Nas malharias a busca por diferenciação foi mais intensa do que nas empresas de tecelagem.

Baixo investimento

O segmento de confecções se caracteriza pela falta de barreira tecnológica à entrada de novas empresas e baixo investimento necessário à construção de uma unidade produtiva de pequeno a médio porte, o que acaba fazendo com que o segmento tenha um grande número de empresas atuando, notadamente empresas de pequeno porte. Há também grande informalidade e utilização intensiva da mão-de-obra no processo produtivo. Essas três características norteiam as sugestões de políticas para o incremento da competitividade do segmento.

Ao longo dos anos 90, a confecção de vestuário manteve uma tendência constante de crescimento do número de peças produzidas. Houve uma tendência crescente nas compras externas, ocorreu elevação do número de empresas e pequena queda do número de empregados, de cerca de 6% em relação ao observado no início da década .

Ainda assim o segmento de confecção não se esquivou de promover os ajustes necessários. Transferência de unidades de confecções para áreas com menor custo de mão-de-obra, associações estratégicas entre empresas, investimento em maquinário moderno e profissionalização da gestão das empresas familiares foram algumas saídas encontradas pelas empresas em dificuldade. Porém a busca pela produção de artigos com maior valor agregado e diferenciados com relação à confecção de *commodities* foi notória na maioria das empresas, o que demandou fortalecimento das marcas e contatos mais estreitos e profissionais com os clientes.

No Brasil há competitividade tanto com relação a preço como com relação à qualidade na confecção de artigos de cama, mesa e banho e isso vale também para as camisetas de malhas de algodão, que atualmente conseguem ser competitivas até mesmo com relação às produzidas pelos asiáticos.

Pólos de confecção

A incidência de empresas de pequeno porte no ramo da confecção é a maior dentro da cadeia têxtil e a criação de pólos de confecção é primordial para garantir-lhes sobrevivência. A centralização das compras de matéria-prima e dos canais de distribuição e a aquisição de máquinas modernas de CAD/CAM de uso compartilhado são essenciais para garantir competitividade.

O processo de criação de pólos, por sua vez, passa necessariamente pela necessidade de um maior nível de treinamento dos gestores das pequenas confecções.

Outro problema detectado é a falta de marcas brasileiras consolidadas no mercado internacional, o que impacta nas exportações do segmento e da cadeia têxtil. Essa consolidação das marcas passa necessariamente pela definição de um *design* brasileiro como forma de difundir o conceito de moda Brasil no mercado internacional.

Outro aspecto importante é o combate à informalidade, que é muito grande no setor e distorce em muito o sistema de preços. Por ser um setor intensivo em mão-de-obra, corrigir as distorções com relação aos altos encargos trabalhistas por meio da adoção em maior número de contratos de trabalho mais flexíveis, iria incrementar a competitividade do segmento. As políticas públicas, além da solução dos impostos e encargos sociais, precisam coibir as importações ilegais de confeccionados que impactam toda a cadeia têxtil, do produtor do algodão ao confeccionista.

A perspectiva de aumento de emprego no setor é um ponto positivo na cadeia, assim como uma segunda onda de consumo ou de expansão do consumo, com a estabilização da renda e o crescimento da economia.

E-mail: daniela@fgv.br

Este artigo resume a pesquisa Análise da Eficiência Econômica e da Competitividade da Cadeia Têxtil Brasileira, que é parte do Programa de Reestruturação Produtiva das Cadeias Agroindustriais. A elaboração do estudo ficou a cargo do Ibre/CEA-FGV e centrou-se em tópicos específicos de avaliação da eficiência econômica e da competitividade dos segmentos da cadeia têxtil, partindo da fibra natural, o algodão, e fibras sintéticas; da competitividade do setor de fiação e tecelagem; da malharia e da confecção. A pesquisa foi realizada em parceria com a Confederação Nacional da Indústria, através do Instituto Euvaldo Lodi, com a Confederação Nacional da Agricultura e com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

O objetivo da pesquisa foi levantar e disponibilizar informações de empresas com características diferenciadas, de forma a obter uma visão abrangente da realidade do setor. A partir dessa visão de conjunto, elaborou-se uma série de sugestões de políticas para a promoção de um diálogo do setor têxtil com o governo e de uma harmonização de interesses dentro da cadeia têxtil no Brasil.

A EXPERIÊNCIA DE GOIÁS

Incentivo à cultura

Os goianos estão investindo na cotonicultura, transferindo renda e garantindo a sustentabilidade do setor

PEDRO MAEDA

Goiás figurava até a safra 1997/98 como o maior produtor nacional de algodão, com área plantada de 180,2 mil hectares, produção de aproximadamente 84,6 mil toneladas de pluma, produtividade de 1.370kg/ha e lavouras nas regiões de Santa Helena de Goiás, Itumbiara e Acreúna.

Na safra 1998/99 a área plantada com algodão caiu para 117,06 mil hectares. Em 1999/00 a área é de 90,4 mil hectares e a produção, de 89.200 toneladas de pluma, com produtividade de 2.650kg/ha de algodão em caroço. Apesar da grande redução na área cultivada, a produção em pluma aumentou 6,1% entre 1997/98 e 1999/00 graças ao ganho de produtividade de 93% no mesmo período.

Expectativa de retomada

Para a safra 2000/01, segundo a pesquisa de outubro deste ano de intenção de plantio da Conab, os produtores goianos deverão cultivar algodão em uma área de 101,2 a 104,9 mil hectares, o que representará a retomada do crescimento da área cultivada, com aumento de 12% a 16% sobre a área plantada na última safra. A produção esperada deve ficar entre 100,6 mil e 104,2 mil toneladas de algodão em pluma, com uma produtividade média de 2.650kg/ha.

Outro aspecto positivo da cotonicultura goiana é o processo de verticalização da produção. Na maioria das vezes, o beneficiamento do algodão é feito por algodoeiras dos produtores, que também se encarregam da comercialização da fibra e da semente junto à indústria têxtil ou à de óleo, respectivamente. Isso permite agregar mais renda à atividade agrícola.

Atualmente estão instaladas no estado aproximadamente 38 indústrias de beneficiamento de algodão, com capacidade operacional quase três vezes superior à produção.

Mobilização da cadeia

As metas para a retomada do crescimento da produção levaram a uma inédita mobilização dos participantes de todos os elos da cadeia e de suas instituições. Ilhas de excelência tecnológica foram implantadas em todas as regiões produtoras. A migração da cultura das áreas tradicionais em São Paulo e Paraná – na maioria pequenas lavouras de agricultura familiar – para a cultura extensiva das terras planas do Centro-Oeste possibilitou a introdução de avanços tecnológicos, mecanização e ganhos de escala que desencadearam a produção de um algodão de melhor qualidade.

A sustentabilidade do setor esbarrava em dois gargalos: a capitalização dos produtores e o incremento de estudos e pesquisas. A viabilização de soluções para esses problemas exigia a mobilização de vários setores da sociedade. Com base na bem-

1. Goiás/Centro-Oeste: produção de algodão
Área e produtividade

Estado/Região	Área (1.000 ha)			Produção pluma (1.000 t)			Produtividade (kg/ha)		
	1997/98	1999/00	Var. %	1997/98	1999/00	Var. %	1997/98	1999/00	Var. %
Goiás	180,6	90,4	-50	84,6	89,8	6,1	1.370	2.650	93
Centro-Oeste	342	394	15	225	383	71	1.824	2.963	62
Brasil	828	665	-20	424	548	29	1.421	2.253	58

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1999.

sucedida experiência de Mato Grosso, integrantes da cadeia do algodão em parceria com o governo, secretarias de estado e instituições participantes do agronegócio em Goiás elaboraram o Programa de Incentivo ao Produtor de Algodão (Proalgo), oficializado em 9 de setembro do ano passado.

O programa induziu a solução de questões como transferência de recursos para os produtores, incentivo à pesquisa e promoção para a cultura e implementou soluções tecnológicas e controle de pragas. Valendo-se do modelo de redução da carga fiscal como fator de competitividade e inserção de recursos em um determinado setor econômico, o programa possibilitou incremento de renda para o cotonicultor goiano, através do mecanismo de crédito outorgado de ICMS, que transfere diretamente para o produtor rural entre 50% e 75% do valor do imposto, em tabela crescente à razão direta da melhoria de qualidade do algodão.

Incentivo necessário

Ao negociar sua produção, o produtor rural junta ao valor de mercado do produto a remuneração referente ao crédito outorgado de ICMS, proporcional à qualidade de sua produção de acordo com a tabela constante na Lei 13.506. Essa transferência de recursos da sociedade goiana aos cotonicultores do estado, através de renúncia fiscal, possibilita um incremento de renda imprescindível à sustentabilidade do setor e à competitividade do produto goiano no mercado nacional e internacional.

Os objetivos do programa são:

- melhorar a qualidade e incrementar o processo de industrialização da fibra do algodão produzido;
- promover a recuperação, estimular a expansão e aumentar a produtividade agrícola da cultura;
- pesquisar novas variedades;
- controlar pragas e doenças que atacam a cultura;
- treinar mão-de-obra e promover eventos técnicos.

Para ser o instrumento de sustentação financeira para a ação do Proalgo, foi criado o Fundo de Incentivo à Cultura do Algodão em Goiás (Fialgo). A principal fonte de recursos do fundo é o repasse de 15% do valor do crédito outorgado utilizado pelos produtores beneficiários do programa. Outras fontes de recursos são doações, que poderão vir da cadeia têxtil e de instituições nacionais e internacionais.

Tomando como base de cálculo uma produção anual de 90 mil toneladas de algodão em pluma em Goiás e a utilização média de benefício na faixa de 70%, o Fialgo disporá de um volume anual de recursos orçado entre R$2 milhões e R$2,3 milhões,

2. Proalgo: tabela de incentivo

Qualidade da fibra	% de incentivo
Padrão tipo 7/8	50
Padrão tipo 7/0	60
Padrão tipo 6/7	70
Padrão tipo 6/0	75

provenientes de sua principal fonte de recolhimento – o repasse realizado pelos beneficiários do programa.

Renúncia fiscal

Apesar de repassados pelos produtores de algodão, os recursos não são retirados de sua renda. São provenientes de renúncia fiscal. Os produtores são os agentes que repassam os recursos da sociedade ao Fialgo. Esses recursos retornam à produção através de uma série de ações determinadas pelos representantes do setor para tornar ainda mais competitiva a cadeia do algodão no estado.

O incentivo representado pelo Proalgo e pelo Fialgo à cotonicultura no estado é importante para a sustentabilidade da cadeia produtiva. No caso do Proalgo, a redução fiscal não significa apenas mais competitividade para o algodão produzido. Significa fundamentalmente um instrumento de complementação de renda que torna possíveis os investimentos necessários ao incremento da produção e da qualidade.

Apoio à pesquisa

O Fialgo materializa a arrecadação de recursos dentro e fora do setor para financiar pesquisas sobre novas variedades adaptadas às condições edafoclimáticas do estado que aliem produtividade e resistência às principais pragas e doenças. Ao mesmo tempo o fundo dá suporte financeiro a projetos e ações voltados ao estudo e aperfeiçoamento de manejos adequados, combate a doenças e pragas, difusão de tecnologia, realização de eventos, capacitação de integrantes da cadeia têxtil e apoio a projetos de agricultura familiar, em que o algodão, cultura com alta absorção de mão-de-obra, tem papel preponderante.

O setor de promoção e *marketing* merece apoio especial. A concorrência se amplia no mercado globalizado. Tanto aqui quanto em mercados externos, competimos com algodão originário de várias partes do mundo. A conquista de novos clientes no Brasil e no exterior exige mais que um produto de qualidade que atenda às rigorosas exigências do mercado consumidor. Tão importante quanto ter esse produto é torná-lo conhecido de seus possíveis compradores – o que se consegue com programas integrados de controle de qualidade e divulga-

ção imprescindíveis à conquista de novos mercados que dêem vazão à crescente produção de algodão do estado.

Gestão compartilhada

Outro fator crítico de sucesso para o Fialgo é seu modelo de gestão compartilhada. O fundo será administrado por um conselho gestor composto por representantes de entidades oficiais e de classe*. Contará ainda com quadro de profissionais contratados, coordenados pelo gerente executivo, que identificará as necessidades do setor algodoeiro e destinará recursos na busca de soluções.

Para este ano-safra, o conselho gestor do fundo está elaborando normas para concessão de suporte financeiro e analisando pedidos de apoio a projetos apresentados pela Fundação GO em parceria com a Embrapa que contemplam a continuidade das pesquisas iniciadas na safra passada.

Na safra 1999/00 o Fialgo apoiou financeiramente pesquisas de novas variedades e manejo em parceria com a Embrapa, Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário (Agenciarural) e Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário de Goiás (Fundação GO).

Pedro Maeda é coordenador do Conselho Gestor do Fialgo e diretor do Grupo Maeda.

**As entidades são: Agenciarural, Associação Goiana dos Produtores de Algodão (Agopa), Delegacia Federal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (DFA/GO), Embrapa, Federação da Agricultura do Estado de Goiás (Faeg), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg), Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás (Seagro) e Sindicato e Organização das Cooperativas de Goiás (OCG).*

A EXPERIÊNCIA DE GOIÁS

Novos horizontes

Expandem-se as áreas do plantio de algodão no Centro-Oeste, na superação da grave crise da última década

PEDRO FERREIRA ARANTES

A cultura do algodão introduziu novas técnicas de cultivo no estado de Goiás, no fim dos anos 60 e início dos 70. O "ouro branco" era o grande chamariz da época. Trouxe para o estado o emprego sistemático de técnicas de análise do solo, adoção de corretivos e uso intensivo de adubo e inseticida. Atraiu agricultores de outros estados, primeiro paulistas e depois paranaenses e cearenses. Foram implantadas em Goiás numerosas beneficiadoras, instaladas em Itumbiara, Santa Helena e Rio Verde; cresceu o fluxo migratório de mão-de-obra temporária para as colheitas da pluma.

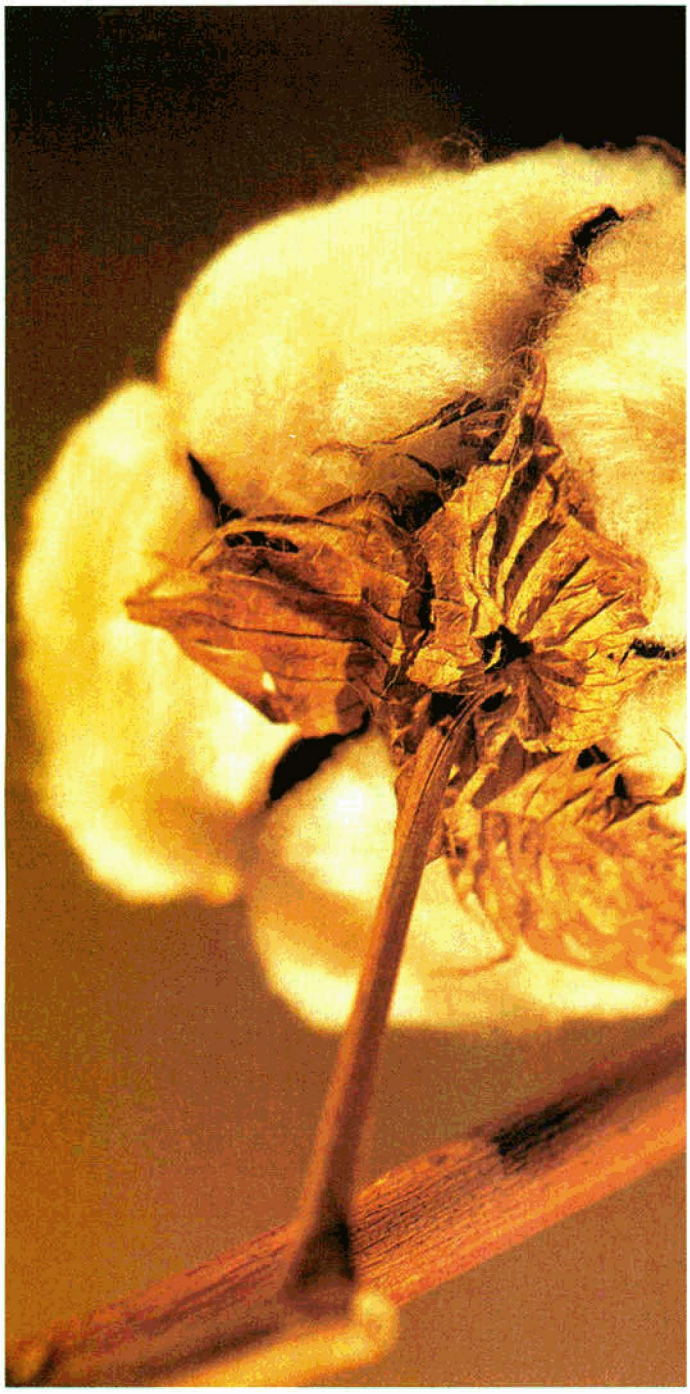
Esse primeiro *boom* do algodão durou cerca de quatro safras, de 1968 a 1971. A expansão da cultura em terras pouco adequadas, a pouca experiência dos produtores em lidar com a cultura e seu desconhecimento de exigências tecnológicas acabaram em disseminação acentuada de pragas e doenças e grandes prejuízos para os agricultores. Rio Verde, que em 1971/72 chegou a ter em funcionamento 10 beneficiadoras de algodão, acabou contando com apenas uma por mais de uma década. Passada a crise que afetou toda a cultura, em todo o país, com a abertura da economia no início dos anos 90, Goiás voltou a recuperar sua área plantada a partir de 1996.

Abertura do mercado

A fibra de algodão no Brasil era amparada por um imposto de importação de 55% até 1988. Esse imposto caiu para 10% nos dois anos seguintes, quando foi eliminado até 1994. Retornou com alíquota de 3% nas três safras seguintes e subiu para 6% a partir de 1997.

A decisão de abrir abruptamente o mercado trouxe graves conseqüências para a cultura. A abertura ocorreu em toda a cadeia do produto. Até os segmentos de fios, tecidos e produtos acabados foram beneficiados com a redução tributária na importação.

O ano de 1997 foi o mais crítico para a produção nacional de algodão, que chegou a seu mais baixo nível – apenas 307 mil



toneladas de pluma, correspondentes a cerca de 35% dos últimos anos da década de 80. A importação ficou em 460 mil toneladas, contra cerca de 60 mil nos 10 anos anteriores. A crise causou profunda mudança na estrutura de produção interna de algodão, deslocada para as áreas planas do Centro-Oeste, com maior facilidade de mecanização. Novas áreas de plantio, médias e grandes, melhoraram a qualidade da fibra e o rendimento, fator fundamental de competitividade com relação ao produto importado e de recuperação da área plantada no país.

As quatro últimas safras do Centro-Oeste (1995-2000) mostraram um crescimento de 176%. No Brasil todo o conjunto das mesmas safras cresceu apenas 26%.

1. Centro-Oeste e Brasil: área plantada de algodão
Em hectares

Anos-safra	1996/97	1997/98	1998/99	1999/2000
Centro-Oeste	150.340	342.295	357.835	414.882
Brasil	644.326	828.065	664.047	812.448

Fonte: IBGE.

2. Goiás: algodão herbáceo
Área colhida dos 10 principais municípios goianos em ha

1994/95		1999/00	
Município	Área	Município	Área
Santa Helena de Goiás	22.000	Acreúna	21.000
Acreúna	8.030	Santa Helena de Goiás	8.000
Rio Verde	7.000	Chapadão do Céu	7.392
Edéia	4.700	Paraúna	7.000
Itumbiara	4.200	Porteirão	6.070
Goiatuba	3.679	Itumbiara	5.250
Paraúna	3.090	Edéia	4.150
Inaciolândia	2.200	Rio Verde	3.000
Cachoeira Dourada	2.100	Indiara	3.000
Indiara	2.029	Goiatuba	2.500
Total	59.028	Total	67.362
Total do estado	69.437	Total do estado	92.285

Fonte: IBGE.

Muda o mapa, não a crise

No redesenho geográfico da cultura do algodão no Brasil, Paraná, São Paulo e o Nordeste perderam espaço para o Centro-Oeste, em especial para Mato Grosso, atualmente o maior produtor. Em Goiás, a partir da safra 1994/95, a cultura teve uma recuperação razoável de sua área plantada: o plantio de 69.533ha cresceu nas duas safras seguintes, chegando a 186.661ha.

Em 1997/98 a cultura foi fortemente afetada por doenças e pragas, com grande prejuízo dos cotonicultores. Iniciou-se então um movimento conjunto das lideranças de classe em busca de solução para a crise através do retorno a pesquisa e políticas de incentivo à cultura. No fim de 1999 foi criado o Programa de Incentivo à Cultura do Algodão (Proalgo).

O programa mudou as expectativas no estado, mas não a situação difícil dos produtores, principalmente os de menor porte. Persiste a tendência de redução de área, o que pode – ou não – ocorrer a partir do próximo plantio.

O importante é que em Goiás, a exemplo do que já ocorreu no país, houve expansão geográfica de áreas plantadas nas regiões mais tradicionais, como Itumbiara, Santa Helena de Goiás e Rio Verde, para áreas novas: Chapadão do Céu e mais recentemente Mineiros, Montividiu e Cristalina.

Pedro Ferreira Arantes é economista, assessor técnico da Federação da Agricultura de Goiás (Faeg), professor de economia agrícola da Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas – FACH – e produtor rural.

Você não

capit

da noite para

Talvez

quinzena para

se torna alista o dia. de uma outra.



Forbes Brasil. A essência do capitalismo.

NEWCOMM BATES

Preços do agronegócio

Valores nominais

Produto	Setembro	Δ% mês anterior	Δ% mês ano passado	% acumulado no ano	% acumulado ano passado	Δ% 12 meses
Algodão em caroço (kg)	0,63	0,000	1,695	1,613	22,000	5,000
Amendoim em casca (kg)	0,62	-16,216	4,762	-35,417	130,000	-11,429
Arroz em casca (kg)	0,24	0,000	0,000	-14,286	-12,500	-11,111
Banana (dúzia)	0,39	-2,500	0,000	-13,333	15,385	-9,302
Batata-inglesa (kg)	0,48	20,000	-7,143	128,571	-32,432	100,000
Cacau (15kg)	21,33	0,708	3,121	-14,850	5,426	-24,308
Café em coco (kg)	1,10	-0,901	-4,800	-29,936	30,000	-16,667
Cana-de-açúcar (t)	21,13	5,915	-0,276	41,338	-6,395	43,741
Feijão (kg)	0,67	1,515	11,475	3,077	-32,407	-6,944
Fumo em folha (kg)	2,22	2,304	5,714	-2,203	10,628	-2,203
Laranja (cento)	1,90	-7,767	-2,609	-11,215	-39,943	-14,798
Milho (kg)	0,21	5,000	6,250	-8,696	37,500	16,667
Mandioca (ton)	68,44	-2,839	-1,552	-24,200	20,526	-13,804
Soja (kg)	0,28	7,692	16,000	-3,448	47,619	-9,677
Tomate (kg)	0,38	5,556	2,381	-15,556	20,588	-15,556
Trigo em grão (kg)	0,23	0,000	0,000	15,000	33,333	15,000
Cebola (kg)	0,44	-2,222	5,128	46,667	-16,279	0,000
Mamona (kg)	0,39	-11,364	3,125	-29,091	65,385	18,182
Pimenta-do-reino (kg)	6,66	1485,714	5,506	-18,780	96,635	-4,448
Sisal (kg)	0,31	-3,125	0,000	3,333	3,571	0,000
Bezerro até um ano (cabeça)	194,37	-0,395	0,197	15,959	25,754	26,634
Boi gordo para corte (15kg)	37,99	-0,445	5,052	5,528	31,664	10,500
Vaca leiteira de raça (cabeça)	808,40	1,883	-0,024	8,160	8,878	11,102
Vaca leiteira comum (comum)	463,89	-0,026	1,360	13,368	10,471	18,609
Suíno para corte (15kg)	19,92	0,912	1,250	0,000	21,201	8,852
Frango/galinha para corte (kg)	1,12	0,901	-5,102	9,804	26,437	17,895
Leite (litro)	0,34	3,030	3,704	17,241	20,833	17,241
Lã (15kg)	23,52	38,028	-1,526	-0,466	54,697	31,987
Ovos (dúzia)	0,92	0,000	1,250	9,524	20,548	16,456
Mel de abelha (litro)	5,71	-0,523	2,703	7,533	7,326	-4,355
Boi magro (cabeça)	337,03	-0,599	0,026	10,993	19,994	22,945

Indicadores do agronegócio

Brasil: índices de preços recebidos e pagos pelos agricultores
Valores nominais (base agosto de 1994=100)

Produtos média	Lavouras[1]	Lavouras – produtos PGPM	Demais lavouras	Produtos animais	Agropecuária IPR	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP
Junho/2000	164,465	171,793	147,543	135,781	154,646	159,540	183,860	188,040	154,220	185,420	294,850	197,760
Julho	164,040	170,467	148,344	142,256	156,951	161,136	184,180	188,894	155,737	191,065	297,211	199,711
Agosto	165,992	172,397	150,243	148,186	160,448	163,084	187,473	188,834	157,744	205,611	297,434	203,466
Setembro	170,351	177,009	154,071	150,128	163,929	163,440	188,370	188,500	158,570	205,280	298,330	203,950

Fontes dos dados primários brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais. Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas, IBRE/FGV.
[1]Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

Proteja a sua lavoura das pragas e doenças

A Cultivar é a única revista brasileira especializada no controle de pragas, doenças e plantas daninhas que afetam a sua lavoura. A começar pela sanidade e qualidade das sementes

Cultivar



Criação: Fabiane Rittmann / Foto: Aníbal Molina

Assinaturas

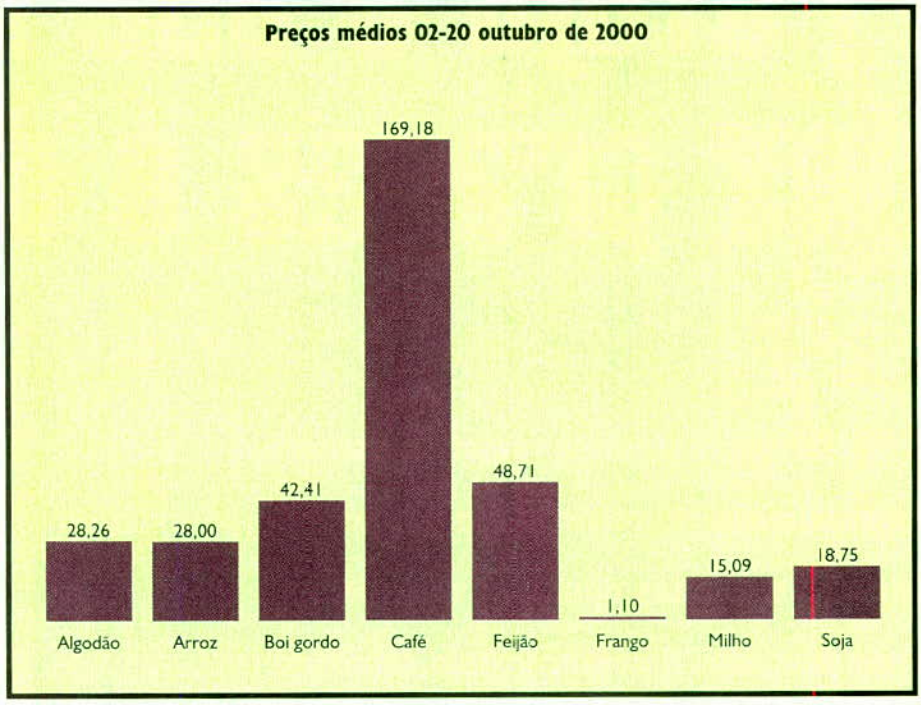
Pedidos pelo telefone: (53) 272.2128 ou e-mail: cultivar@cultivar.inf.br

site: www.cultivar.inf.br

Mercado interno

As previsões de mercado foram realizadas em 20 de outubro e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de novembro de 2000. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para setembro de 2000. Os preços de outubro de 1999 são nominais.

Por Carlos Cogo, Luiz Antonio Pinazza, Regis Alimandro e Rogério Ferreira de Souza*



Algodão (6) Sul do Brasil – R$15kg disponível

A continuidade dos leilões de recompra de opções de venda e de PEP para o Nordeste mantêm as indústrias abastecidas e os preços estabilizados em todas as regiões produtoras.

Arroz agulhinha R$/sc. 60kg

O elevado volume de estoques nos três países do Mercosul, o fraco desempenho das vendas do produto beneficiado e a aproximação do plantio, que demanda recursos dos produtores, mantêm as cotações estabilizadas no mercado doméstico.

Boi gordo R$/arroba

Com oferta reduzida e retenção de animais confinados, o mercado mantém oferta e demanda equilibradas, compensando o efeito negativo do surgimento dos focos de aftosa no Rio Grande do Sul e do cancelamento das exportações.

Café tipo 6/sc. 60kg

A demanda interna permanece relativamente aquecida. Os detentores de estoques continuam resistindo a vender aos preços atuais, aguardando a liberação de linhas de financiamento, mas a falta de sustentação no mercado externo poderá promover nova onda baixista.

Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg

A quebra na produção da segunda safra e a redução na área e na produção da terceira reduziram a oferta nas últimas semanas, permitindo manterem-se as cotações firmes nas principais regiões produtoras.

Frango vivo R$/kg

As projeções preliminares da Apinco apontam para o ano 2000 uma produção de 1.387 mil toneladas, 3,28% inferior à de 1999. A exportação deverá crescer 29,12%, saltando para 266 mil toneladas, enquanto a oferta interna encolherá 8,71% e ficará em 1.228 mil toneladas. A produção de pintos de corte em outubro não chegou a 280 milhões, mas o volume é considerável. O temor é que a produção, a exemplo do ano passado, prossiga em ritmo ascendente. Isso certamente afrouxará ainda mais os preços que andam estabilizados no baixo nível de R$1,00 o quilo.

Milho amarelo semiduro R$/60kg

As estimativas da Conab apontam para um crescimento de 19,3% na safra 2000/2001, o que equivale a 37,75 milhões de toneladas. A notícia trouxe mais tranqüilidade ao mercado. No momento os consumidores estão mais interessados na aquisição de triguilho, triticale e cevada do que milho, propriamente. O grande momento de pico da entressafra, com uma oferta mais espremida e pressões nos preços já foi superado. As cotações se acalmaram e sofreram leve declínio, não se prevendo reversão nessa tendência para o início da colheita, em meados de fevereiro.

Soja-grão industrial R$/60kg

O recuo no esmagamento doméstico e a menor pressão de demanda nos últimos meses do ano, com previsão de abastecimento normal do mercado, impedem o avanço das cotações domésticas da soja grão.

Mercado interno

Produtos	Out. 1999	Set. 2.000	02-20 Outubro	16-20 Outubro	Tendências
Algodão (6) Sul do Brasil – R$/15kg disp.	34,43	28,63	28,26	27,91	Estável
Arroz agulhinha – R$/sc. 60kg	35,92	28,00	28,00	28,00	Estável
Boi gordo – R$/arroba	45,82	41,24	42,41	42,54	Estável
Café tipo 6 – R$/sc. 60kg	230,81	160,37	169,18	179,56	Estável
Feijão carioquinha especial – R$/sc.60kg	60,62	50,21	48,71	46,60	Estável
Frango vivo – R$/kg	0,89	1,10	1,10	1,10	Estável
Milho amarelo semiduro – R$/60kg	15,40	15,25	15,09	14,96	Estável
Soja grão industrial – R$/60kg	23,42	18,59	18,75	18,75	Estável

Mercado externo

Açúcar US¢/lb. peso mundial branco

A queda de 6,5 milhões de toneladas na produção mundial 2000/2001 e a previsão de um déficit de 1,18 milhão de toneladas na relação oferta e demanda mundial de açúcar mantêm os preços futuros com tendência de alta.

Algodão 1-1/16" US¢/lb. peso

A previsão de uma produção de 18,9 milhões de toneladas para fazer frente a um consumo de 20 milhões de toneladas na temporada 2000/2001 e a alta dos preços das fibras químicas mantêm a tendência de alta nas cotações futuras.

Cacau Bahia US$/t

Mesmo com a redução dos níveis de estoques das empresas consumidoras dos EUA, o mercado continua indicando tendência de baixa, pois houve queda na damanda.

Café contrato com Nova York US¢/lb. peso

A normalização das chuvas nas regiões produtoras brasileiras praticamente eliminou o déficit hídrico. Os estoques em mãos dos países consumidores, embora em queda, permanecem elevados. Os operadores têm registrado vendas elevadas de algumas origens, principalmente da Ásia. O mercado vem trabalhando sem suporte efetivo.

Milho two yellow US¢/bushel

A última projeção de novembro do Usda não trouxe surpresa e as cotações orbitaram ao redor de 213,75 centavos de dólar por bushell. O impacto da queda na safra já tinha sido absorvido no relatótrio divulgado no mês anterior. A safra norte-americana está estimada em 225,38 milhões de toneladas, com redução de 1,2% e a produção mundial deverá ficar em 588,38 milhões, superior em 0,7%. Os estoques finais estão previstos em 42,65 milhões de toneladas nos Estados Unidos e 101,89 milhões no resto do mundo, uma queda de respectivamente, 2,1% e 18% sobre 1999.

Soja-grão one yellow US$/bushel

A reavaliação, pelo Usda, da safra norte-americana de 2000/2001 em 78,9 milhões de toneladas e a expectativa do mercado de uma safra ainda menor, associada ao aumento das importações asiáticas, levam a ligeira recuperação das cotações futuras.

Soja, farelo de US$/t

O cenário mais favorável de demanda de proteínas animais e de farelo de soja na temporada 2000/2001, associado às altas nas cotações futuras do grão, favorece a alta nas cotações futuras do farelo em Chicago.

Trigo Soft Red US¢/bushel

A queda de 3 milhões de toneladas em relação à safra anterior, que fixa a produção mundial 2000/2001 em 583 milhões de toneladas, mantém as cotações futuras estáveis e firmes, para fazer frente a um consumo de 595 milhões de toneladas.

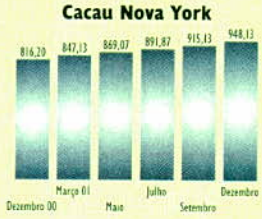
Mercado externo – médias dos primeiros futuros

	Açúcar US¢/Lb. peso mundial	Algodão 1-1/16" US¢/Lb. peso	Cacau Bahia US$/t	Café contrato com Nova York US¢/Lb. peso	Milho two yellow US¢/bushel	Soja em grão one yellow US$/bushel	Farelo de soja US$/t	Trigo soft red US¢/bushel
Outubro 99	6,83	53,08	928,57	94,63	201,25	484,86	151,43	259,08
Setembro 2000	10,06	63,42	806,00	81,07	188,94	495,59	169,65	258,34
02-20 de outubro	10,60	63,49	816,20	82,39	200,83	477,53	167,63	268,18
16-20 outubro	11,07	62,50	809,20	86,69	202,50	468,25	167,74	264,90

Futuros



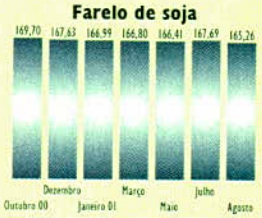


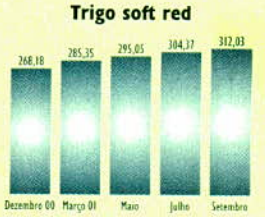












*Cogo é consultor da Agromercados Consultoria Agroeconômica Ltda.

PASSANDO A LIMPO

A participação do agribusiness brasileiro no PIB está 12 pontos abaixo do resultado de estudo divulgado em 1990

EDUARDO PEREIRA NUNES
ELISIO CONTINI



Conhecer melhor o agronegócio é essencial para entender as profundas transformações verificadas na agricultura brasileira nas últimas décadas, quando o setor primário deixou de ser mero provedor de alimentos *in natura* e consumidor de seus próprios produtos e se tornou uma atividade integrada aos setores industriais e de serviços.

Uma nova realidade

Os principais insumos da agropecuária – fertilizantes, defensivos, rações, combustíveis – e a maquinaria utilizada, como tratores e colheitadeiras, provêm hoje predominantemente de setores industriais especializados em produtos para a agropecuária. Da mesma forma, os produtos de origem agropecuária destinam-se cada vez mais a agroindústrias especializadas no processamento de matérias-primas e de alimentos industrializados, consumidos no mercado interno urbano e exportados.

Este artigo é uma síntese do trabalho intitulado "Caracterização e Dimensionamento do Complexo Agroindustrial Brasileiro", realizado por solicitação da ABAG e com apoio da Embrapa e IBGE. A íntegra do estudo está disponível na home page da ABAG <http://www.abagbrasil.com.br/>

Informações atualizadas e fidedignas

A nova realidade da agricultura brasileira ficou bem explicitada na obra *Complexo agroindustrial – o agribusiness brasileiro*, de Ney Bittencourt de Araújo e outros, em 1990. Outros estudos importantes sobre o tema surgiram em universidades e institutos de pesquisa.

Apesar da disseminação de estudos sobre o complexo agroindustrial (CAI), o meio acadêmico e os formuladores de política econômica, tomadores de decisão na esfera governamental e privada e institutos de pesquisa, ainda não dispõem de informações atualizadas sobre seu funcionamento, sua contribuição para a formação do produto interno bruto (PIB) e seus impactos sobre outros setores da economia.

A preocupação com a necessidade de se produzirem informações atualizadas e fidedignas sobre a estrutura produtiva do complexo agroindustrial levou os autores desta pesquisa a procurar estabelecer com rigor técnico os limites do complexo agroindustrial brasileiro e dimensionar o seu PIB real, para que servisse de referência sobre o assunto.

Balanço dos espaços

Atividades e produtos do CAI estão classificados em três grandes componentes:

- núcleo do CAI – a agropecuária;
- antes da porteira: insumos para a agropecuária;
- depois da porteira: agroindústria e serviços.

Para o componente agroindústria e serviços, separaram-se as atividades entre exclusivas do CAI e pertencentes parcialmente ao CAI.

As atividades exclusivas dizem respeito aos produtos pertencentes integralmente ao complexo agroindustrial: celulose, papel e gráfica; indústria do café; beneficiamento de produtos vegetais; abate de animais; indústria de laticínios; indústria do açúcar; fabricação de óleos vegetais; outros produtos alimentares.

Assim, o valor de produção (VP), o consumo intermediário e o valor adicionado (VA) dessas atividades constantes na matriz de insumo-produto serão totalmente incluídos na quantificação do CAI.

As atividades parcialmente pertencentes ao CAI contêm alguns produtos pertencentes e outros não l: siderurgia; indústria da borracha; madeira e mobiliário; elementos químicos; indústria têxtil; artigos do vestuário; fabricação de calçados.

Em geral, para as atividades com predominância não CAI, serão considerados apenas os produtos provenientes do CAI (na tabela de consumo intermediário) e a mesma proporção será adotada para o respectivo VP – o que significa que se um deter-

> Os principais insumos da agropecuária – fertilizantes, defensivos, rações, combustíveis – e a maquinaria utilizada, como tratores e colheitadeiras, provêm hoje predominantemente de setores industriais especializados em produtos para a agropecuária.

1. Brasil, 1996: atividades exclusivas do CAI – R$ milhões

Atividades	Valor da produção	Consumo intermediário	Valor adicionado	P O (mil pessoas)
Papel e gráfica	21.830	15.015	6.815	423
Indústria do café	6.591	5.124	1.467	75
Beneficiamento de produtos vegetais	21.695	16.541	5.154	313
Abate de animais	18.732	14.672	4.060	245
Indústria de Laticínios	8.964	6.922	2.042	65
Indústria do açúcar	6.014	4.937	1.077	93
Indústria de óleos vegetais	13.928	11.903	2.025	47
Indústria de outros produtos alimentares	28.816	20.526	8.290	647
Total	126.570	95.640	30.930	1.908

Fonte: dados brutos - IBGE. Elaboração: autores.

2. Brasil, 1996: atividades produtivas parcialmente integrantes do CAI – R$ milhões

Atividades	Valor da produção	Consumo intermediário	Valor adicionado	P O (mil pessoas)
Siderurgia	1.322	1.022	300	5
Indústria da borracha	793	533	260	6
Madeira e mobiliário	13.577	8.030	5.547	854
Elementos químicos	7.008	5.962	1.046	41
Indústria textil	14.372	9.368	5.004	195
Artigos do vestuário	6.363	3.938	2.425	1.586
Fabricação de calçados	5.911	3.833	2.078	343
Total	49.346	32.686	16.660	3.030

Fonte: dados brutos – IBGE (1999a). Elaboração: autores.

3. Brasil, 1996: serviços do CAI – R$ milhões

Atividade	Valor da produção	Consumo intermediário	Valor adicionado	P O (mil pessoas)
Transporte	6.531	3.508	3.023	328
Comércio	34.854	14.831	20.023	3.233
Adm. Pública	3.355	981	2.374	115
Total	41.385	18.339	23.046	3.676

Fonte: dados brutos: IBGE. Elaboração: autores.

minado setor tiver 10% de insumos provenientes do agronegócio, essa proporção será utilizada para o consumo intermediário do setor, bem como em relação ao VP do setor.

Para as atividades com predominância de produtos do CAI, subtraem-se as não pertencentes ao complexo, adotando-se o mesmo procedimento de proporcionalidade.

Uma vez caracterizado o CAI de acordo com esses três componentes, foram utilizados os conceitos fundamentais das contas nacionais e da matriz de insumo-produto para estimar a magnitude desse complexo e avaliar seu peso em relação ao total da economia brasileira.

Produtos do núcleo do CAI

A atividade agropecuária compreende produtos de origem vegetal, animal, florestal, agroindústria rural e pesca.

Segundo as contas nacionais, o VP da atividade agropecuária em 1996 foi de R$96.140 milhões. Esse valor representa 7,3% do VP total do país (recursos de bens e serviços), que foi de R$1.323.411 milhões a preços básicos.

Os produtos de maior valor foram "outros produtos agropecuários", com R$45.998 milhões, incluindo alguns grãos, como trigo, feijão, sorgo, outros cereais de inverno, hortaliças e frutas.

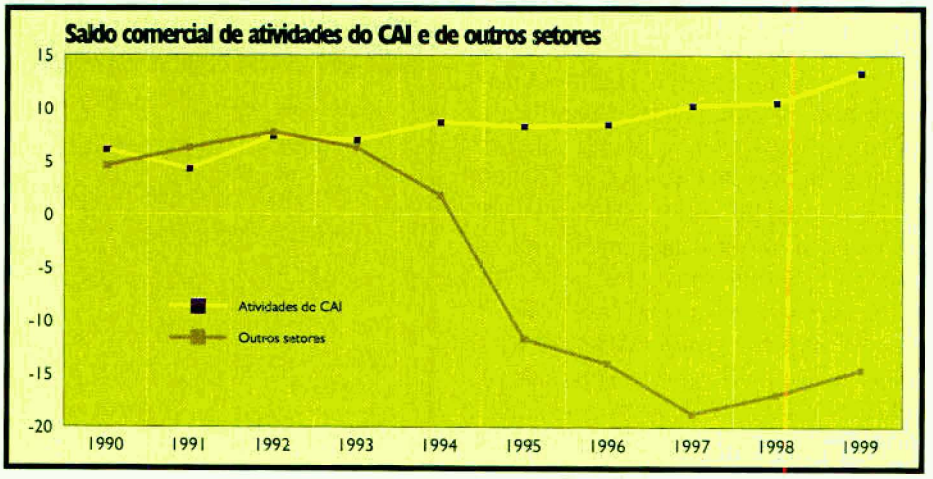
Com alto VP destacam-se ainda bovinos e suínos – R$10.381 milhões; leite natural: R$6.036 milhões; cana-de-açúcar, com R$ 5.375 milhões; soja em grão – R$5.036 milhões; milho em grão, com R$4.657 milhões; aves vivas: R$4.177 milhões e café em coco: R$4.143 milhões.

Há ainda alguns produtos da agroindústria rural, como produtos do café – café em coco que se torna café em grão –, carne bovina e aves abatidas, açúcar e bebidas, incluindo vinhos coloniais.

O consumo intermediário da agropecuária, isto é, os insumos utilizados para a produção do setor, somou R$38.329 milhões, representando 39,9% do VP setorial.

Além de "outros produtos agropecuários" não discriminados na matriz, destacam-se como insumos para a agropecuária "adubos", com R$4.987 milhões – 13% –, outros produtos alimentares, inclusive rações, com R$4.283 milhões ou 11,2% e defensivos, com R$3.447 milhões ou 9%.

Como insumos da própria agropecuária, têm importância o milho –



Como se fez a pesquisa

Para definir o conceito de complexo agroindustrial (CAI) adotado na pesquisa e efetuar o cálculo de sua magnitude e respectiva participação no PIB brasileiro, optou-se por utilizar os conceitos macroeconômicos adotados no Sistema de Contas Nacionais – um conjunto das contas que retratam as diversas etapas e transações realizadas pelos agentes econômicos.

As contas nacionais fornecem uma visão sistemática das inter-relações entre os agentes, a partir da construção de um conjunto detalhado e coerente de contas, balanços e quadros baseados em conceitos, definições, classificações e regras de contabilidade.

Essas características do Sistema de Contas Nacionais foram consideradas pelos autores essenciais para a montagem do modelo de representação do funcionamento do complexo agroindustrial brasileiro. A pesquisa utilizou como fonte básica de informação a matriz de insumo-produto do Brasil do ano de 1996, publicada recentemente pelo IBGE.

Na literatura, o CAI, agribusiness ou agronegócio é entendido como "a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles" (Davis &Goldberg, 1957).

Além do conceito do CAI, foram acoplados outros dois instrumentos conceituais e analíticos: as contas nacionais e a matriz de insumo-produto. Retratando as diversas etapas e transações realizadas pelos agentes econômicos, as contas nacionais possibilitam a integração de dados estatísticos com os conceitos macroeconômicos de renda nacional. Concebidas a partir de conceitos de Keynes, essas contas foram estruturadas a partir dos agentes institucionais – empresas, famílias, governo e resto do mundo.

Derivada das próprias contas nacionais, a matriz de insumo-produto, desenvolvida por Leontief, enfoca a estrutura produtiva e a interdependência dos setores, permitindo a construção da identidade contábil entre produto, renda e despesa. O modelo foi recentemente incorporado ao Sistema de Contas Nacionais.

Na formação da renda nacional, extrai-se o conceito de valor adicionado (VA), que compreende o valor da renda paga aos fatores – que por sua vez corresponde ao valor da demanda final. O VA representa o pagamento efetuado pelos setores produtivos aos setores exógenos, em forma de salários, juros, lucro, renda da propriedade e impostos pagos ao governo.

A noção de valor adicionado parte do princípio de que, num determinado período de tempo, uma mercadoria pode participar de vários processo produtivos, até chegar ao consumo final. Tal procedimento foi considerado fundamental para evitar a dupla contagem naquela avaliação. Para se chegar à quantificação do PIB do CAI, somaram-se os impostos ao VA e subtraíram-se os subsídios à produção. Esse conceito será básico

APESAR DA LITERATURA DISPONÍVEL,

o meio acadêmico e os formuladores de política econômica ainda não dispõem de informações atualizadas sobre o funcionamento do CAI, sua contribuição para a formação do PIB e seu impacto sobre outros setores da economia.

R$2.750 milhões –, utilizado na fabricação de rações caseiras para animais e de farinha de fubá; o leite natural – R$1.572 milhões –, para a fabricação de laticínios na agroindústria rural, e o café em coco – R$1.487 milhões –, transformado em café em grão nas pequenas indústrias rurais. O valor dos demais insumos da agropecuária representa a utilização de sementes ou animais de reprodução para a produção do segmento.

SERVIÇOS À AGROPECUÁRIA

Em serviços, destacam-se serviços prestados às empresas, na forma de assistência técnica, serviços de colheita e margem de transporte.

O VA para a agropecuária atingiu, em 1996, R$57.811 milhões, o que representa 60,1% do VP setorial. Desse total, 87,7% provêm do excedente operacional bruto, incluindo rendimento de autônomos – o que indica que a maior parte da renda gerada na agricultura é de produtores autônomos. A participação da mão-de-obra assalariada é pequena.

O pessoal ocupado em atividades da agropecuária somava, em 1996, 13.906 mil pessoas, representando 61,4% de toda a mão-de-obra ocupada no CAI e 23,3% de todo o pessoal ocupado na economia, que são 59.765 mil pessoas. Cada pessoa ocupada na agricultura gera um VP de R$8.914 por ano – um dos mais baixos de todos os setores da economia.

Esses dados recentes explicam a continuação do êxodo rural, principalmente para o cálculo do PIB do agronegócio.

Para caracterizar cada atividade componente do CAI, recorreu-se à matriz de insumo-produto do Brasil de 1996, que fornece informações em valor detalhadas sobre a origem e o destino dos produtos pertencentes ao CAI.

Mensurou-se o PIB do CAI em seu impacto direto sobre a economia – o primeiro elo produtivo. As atividades não constitutivas desse complexo, mesmo quando estavam agregadas a alguma de suas atividades. Assim se obteve um resultado que isola o CAI dos demais setores da economia, não havendo o perigo de se computarem essas atividades também para outros setores.

Resumo da pesquisa em números

- O PIB do CAI somou, em 1966, R$160.766 milhões, sendo R$136.696 milhões de VA e R$24.070 milhões de impostos; a participação do CAI no PIB do Brasil é de 20,6%;
- o VP do CAI atingiu R$330.568 milhões, representando 25% do VP total do país, que é de R$1.323.411 milhões;
- a agropecuária, núcleo do CAI, teve um VP de R$96.140 milhões, representando 6,9% do VP total do país; seu VA representa R$57.811 milhões, 8,3% do VA total da economia brasileira, e 42,3% do VA do CAI;
- em relação a antes da porteira, o VP foi estimado em R$15.500 milhões, sendo R$6.252 milhões de VA – o que representa 4,7% sobre o valor total de produção do CAI e 4,6% do VA do CAI;
- o VP das atividades depois da porteira somou R$219.995 milhões, ou seja, 66,6% do VP do CAI e 16,6% em relação à economia como um todo; o VA montou a R$72.633 milhões, ou seja, 53,1% do VA do CAI como um todo;
- somando os três componentes – dentro, antes e depois da porteira –, o VP do CAI atingiu R$330.568 milhões, representando 25% da economia; o consumo intermediário foi de R$194.672 milhões e o VA, de R$136.696 milhões, ou seja, 19,7% do total do VA da economia;
- em relação à ocupação de mão-de-obra, o CAI é altamente importante, sendo responsável por 37,1% do pessoal ocupado; observando apenas os três grandes grupos – dentro, antes e depois da porteira –, 62,7%, ou seja, mais da metade das pessoas do CAI estão ocupadas na agropecuária (13.906 mil), 36,2% nos setores de agroindústria e serviços para a agropecuária (8.043 mil) e o restante, pouco superior a 1,1%, em insumos industriais (236 mil);
- adicionalmente, produtos do CAI contribuem com 40% do valor das exportações brasileiras, tendo gerado um superávit comercial de US$13,7 bilhões somente em 1999.

Valor adicionado do CAI brasileiro, 1996

Refino do petróleo: 0,66%
Adubos e corretivos: 1,94%
Serviços de apoio: 0,56%
Energia elétrica: 0,17%
Outros: 1,24%

Núcleo do CAI
Agropecuária
42,29%

Agroindústria e serviços 53,45%
Papél e gráfica: 4,98%
Indústria do café: 1,07%
Ben. produtos vegetais: 3,77%
Abate de animais: 2,97%
Indústria de laticínios: 1,49%
Indústria do açúcar: 0,79%
Fabricação de óleos vegetais: 1,48%
Outros produtos alimentares: 6,06%
Madeira e mobiliário: 4,06%
Indústria têxtil: 3,66%
Vestuário: 1,77%
Calçados: 2,20%
Transporte: 2,19%
Comércio: 14,38%
Outros: 2,94%

4. Brasil, 1996: produção dos agregados do complexo agroindustrial brasileiro

(R$ milhões)

Atividades do CAI	Valor da produção	Consumo intermediário	Valor adicionado
Núcleo do CAI	96.140	38.329	57.811
Indústria insumos e máquinas para agropecuária	14.433	8.981	6.252
Agroindústria e serviços	219.995	147.362	72.633
Total da produção do CAI	330.568	194.672	136.696

Fonte: dados brutos: – IBGE. Elaboração: autores.

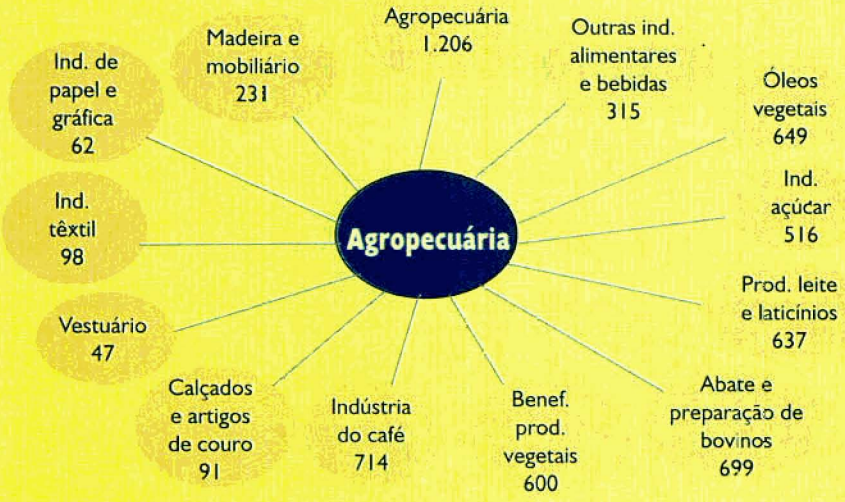
5. Brasil, 1996: participação do complexo agroindustrial no PIB brasileiro

(R$ milhões)

Produto interno bruto do CAI	Valor
Valor adicionado	136.696
Impostos sobre produtos do CAI	24.070
PIB do CAI	160.766
PIB do Brasil	778.886
Participação do CAI no PIB do Brasil	20,6%

Fonte: dados brutos: – IBGE. Elaboração: autores.

Impactos de atividades do CAI sobre a agricultura



Fonte: dados brutos: IBGE. Elaboração: autores.

onde há grande estoque de mão-de-obra, como no Nordeste. O baixo VP por pessoa ocupada é um indicador da pobreza no setor.

Antes da porteira: insumos e máquinas

O VP de insumos industriais e máquinas, no que se relaciona ao CAI, atingiu R$15.015 milhões em 1996. Os principais insumos de origem industrial para a produção agropecuária provêm da indústria química – adubos e defensivos, com 56,2% – e do refino de petróleo – óleo diesel, com 17,4%.

O consumo intermediário total dessas atividades antes da porteira atingiu R$9.155 milhões, 61% do VP. Esse alto percentual é explicado, em grande parte, pelo elevado consumo intermediário dos produtos químicos: matérias-primas para fertilizantes e defensivos e para o refino do petróleo (óleo bruto).

O VA dos setores de insumos antes da porteira para a produção agropecuária atingiu R$5.860 milhões, com participação expressiva de elementos químicos e refino de petróleo. Com base nas informações da *Pesquisa Industrial Anual do IBGE* para 1996, estimou-se o valor adicionado da indústria produtora de máquinas e equipamentos para a agropecuária em R$800 milhões. Assim, o valor adicionado antes da porteira chegou a R$6.252 milhões.

Os setores de insumos industriais e serviços antes da porteira são pouco intensivos em mão-de-obra. Estima-se que empreguem 242 mil pessoas em atividades relacionadas com o CAI. Isso representa pouco mais de 1% sobre o total do pessoal ocupado no CAI. O VP por trabalhador atinge R$62.045, refletindo a intensidade de capital e a produtividade do trabalho.

CAI depois da porteira: agroindústria e serviços

Para fins analíticos, separaram-se as atividades agroindustrais e de serviços em duas categorias: atividades exclusivas do CAI; atividades pertencentes parcialmente ao CAI.

O VP das oito atividades exclusivas do CAI soma R$126.570 milhões, conforme a tabela 1, com um consumo intermediário de R$95.640 milhões ou 75,6%, e um valor adicionado de R$30.901 milhões ou 24,4%. Emprega 1.908 mil pessoas (18,4% do total do CAI).

Comparativamente ao setor agropecuário, cujo valor adicionado representa 60,1% do VP, essas atividades agroindustriais dependem de outros setores em sua estrutura de insumos; têm portanto maior valor para o consumo intermediário.

Atividades pertencentes parcialmente ao CAI

Algumas dessas atividades são predominantemente relacionadas com o complexo, como madeira e mobiliário, com 99,8%; indústria têxtil, com 98,2%; fabricação de calçados com 98% e artigos de vestuário, com 62,9%.

A participação de outras atividades no CAI é bem menor, como elementos químicos, com 20,2%, indústria da borracha, 11,4%, e siderurgia, 5,4%.

Atividades produtivas

O VP das atividades parcialmente per-

tencentes ao CAI somou R$49.346 milhões, sendo R$32.686 milhões (66,2%) de consumo intermediário e R$16.660 milhões de VA (tabela 2).

Essas atividades ocupam 3,03 milhões de pessoas. Os setores produtivos que mais ocupam mão-de-obra são a indústria do vestuário – 1.586 mil pessoas – e madeira e mobiliário – 854 mil pessoas.

Os setores produtivos com maior VP por pessoa ocupada são a siderurgia e a indústria da borracha; o de mais baixo valor é a indústria do vestuário (R$ 4.012).

Serviços para além da porteira

CAI depois da porteira: o VA do transporte atingiu R$3.023 milhões ou 46,3%, e o do comércio, R$20.023 milhões ou 57,4%.

O somatório do VA dos serviços transporte e comércio de produtos do CAI foi de R$18.054 milhões, com um VP de R$40.719 milhões e um consumo intermediário de R$32.686 milhões. Nesses serviços, estão ocupadas 3.561 mil pessoas, ou seja, quase 15,7% do total do CAI.

Uma das atividades mais complexas para a estimativa do PIB do CAI é a administração pública. Pela matriz de insumo-produto do IBGE, não é possível identificar qual o destino desses serviços para os diferentes setores produtivos – quanto da administração pública é destinado à agricultura, à educação ou à saúde por exemplo.

Para quantificar o quanto a administração pública contribui para o CAI, recorreu-se a trabalho técnico de Gasques, que avalia o peso dos gastos do governo federal com a função agricultura em 2,14% – média do período 1995/99. A hipótese é de que esse percentual se aplique também aos gastos dos governos estaduais e municipais.

Estão incluídas nessa definição as despesas do governo com defesa sanitária vegetal e animal, ações públicas de pesquisa e extensão rural, projetos de apoio ao desenvolvimento rural e reforma agrária, apoio à agricultura familiar, administração financeira (crédito rural e seguro agrícola) e abastecimento (política de formação de estoques reguladores e política de preços mínimos).

Partindo do percentual de 2,14%, como fez Gasques, e aplicando-o ao VA total da atividade administração pública, calculado pelas contas nacionais de 1996 em R$110.920 mil, a contribuição desse setor para a formação do VA do CAI corresponde a R$2.374 mil.

> **Em 1996 a agropecuária**
>
> ocupava 13.906 mil pessoas, 61,4% de toda a mão-de-obra ocupada no CAI e 23,3% de todo o pessoal na economia, 59.765 mil pessoas. Cada pessoa na agricultura gera um VP de R$8.914 por ano – um dos mais baixos de todos os setores da economia.

Uma vez concluída a estimativa da contribuição de todas as atividades econômicas para a constituição do VA do complexo agroindustrial brasileiro, pode-se partir para o cálculo do produto interno bruto do CAI.

Conceito de produto interno bruto

De acordo com o conceito das contas nacionais, o VP de uma atividade econômica qualquer é igual ao seu consumo intermediário, mais o VA, avaliado a preços básicos, isto é, medido por um nível de preço correspondente à porta da fazenda ou da fábrica, de acordo com o produto.

Para estimar o PIB, utiliza-se como unidade de medida o conceito de preço de mercado, que é calculado através do VA, avaliado a preço básico, acrescido dos impostos sobre produtos depois de deduzidos os respectivos subsídios.

Até o momento, procedeu-se ao cálculo do VA de cada atividade do CAI. Resta, portanto, estimar o valor daqueles impostos e subsídios que incidem sobre os produtos do CAI.

Cálculo dos impostos e subsídios que incidem sobre os produtos do CAI

De acordo com a matriz de insumo-produto de 1996, os impostos que incidem sobre os produtos nacionais correspondem às seguintes categorias: impostos sobre circulação de mercadorias e serviços, impostos sobre produtos industrializado, impostos sobre serviços e outros.

O procedimento adotado para o cálculo dos impostos e subsídios incidentes sobre os produtos do CAI obedeceu às mesmas regras adotadas no cálculo das margens de transporte e de comércio dos respectivos produtos. Verificou-se nas tabelas da matriz de 1996 do IBGE, referentes àqueles impostos, o valor correspondente aos impostos que recaem sobre os produtos produzidos pelas atividades do CAI.

Aqui se calculou apenas o valor dos impostos sobre os produtos do núcleo do CAI (agropecuária) e da agroindústria e serviços (depois da porteira), uma vez que os impostos incidentes sobre os insumos da agropecuária (antes da porteira) já foram computados no cálculo da contribuição deste último segmento para o PIB do CAI.

Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS

A partir da tabela 6 da matriz de insumo-produto do IBGE de 1996, foram selecionados os produtos pertencentes ao CAI. Para cada produto, foi feita a avaliação do valor do ICMS incidente sobre os produtos da agropecuária, da agroindústria e serviços.

O ICMS relativo aos produtos da agropecuária e da agroindústria somou, em 1996, R$19.335 milhões, com destaque para outros produtos alimentares – R$2.586 milhões; bebidas, R$2.377 milhões; artigos de vestuário, R$1.903 milhões e carne bovina – R$1.847 milhões.

IPI, ISS e outros impostos

O imposto sobre produtos industrializados incidiu de forma significativa sobre dois grupos de produtos: outros produtos vegetais – R$2.650 milhões e bebidas, com R$1.764 milhões.

Para os demais impostos, os valores são relativamente reduzidos.

Estimativa do PIB do complexo agroindustrial brasileiro

O PIB é um conceito de mercado que compreende o VA de cada segmento do CAI, acrescido do valor dos impostos líquidos de subsídios que incidem sobre os bens e serviços produzidos pelas respectivas atividades. A seguir será apresentado o cálculo final do PIB do CAI.

A estimativa do PIB é uma mensuração

agregada dos valores dos bens e serviços finais produzidos pela economia de um país, região ou setor. Portanto, não faz sentido calcular o PIB para cada atividade individual do CAI.

Para se ter uma visão geral dos valores obtidos no dimensionamento das atividades do CAI, apresenta-se na tabela 4 uma síntese do VP, consumo intermediário e VA de cada atividade considerada no CAI. Para o complexo agroindustrial como um todo, o VA somou, em 1996, R$141.219 milhões, o que representa 20,3% do VA da economia brasileira.

As tabelas 4 e 5 mostram os resultados dos três componentes básicos do CAI. O valor adicionado da agropecuária foi de R$57.811 milhões, ou seja, 42,3% em relação ao VA do CAI; a participação dos fornecedores de insumos e máquinas para a agropecuária foi de R$6.252 milhões ou 4,6% do VA do CAI e o VA da agroindústria e serviços relacionados ao CAI atingiu em 1996 R$72.633 milhões, ou 53,1% do CAI.

Por fim, uma vez estimado o VA do CAI, procedeu-se à agregação dos valores dos impostos sobre produtos da agropecuária, da agroindústria e serviços, para estimar o PIB do CAI.

De acordo com as contas nacionais do Brasil, em 1996, o PIB do CAI somou R$160.766 milhões, constituído por R$136.696 milhões de valor adicionado e R$24.070 milhões de impostos sobre produtos do CAI.

Em relação ao PIB total do Brasil, de R$778.886 milhões em 1996, a participação do CAI no PIB total brasileiro representa 20,6% (tabela 5).

Para visualizar o mecanismo de interdependência dos três principais componentes do agronegócio (antes da porteira ⇒ agropecuária ⇒ depois da porteira), o gráfico 1 mostra os diversos elos das cadeias produtivas do CAI.

Contribuição do CAI para a balança comercial

Outro argumento a favor da importância do complexo agroindustrial é sua contribuição para a geração de divisas para o país. São famosos os ciclos de cana-de-açúcar, borracha e café. Mais recentemente, o complexo se diversificou e, além dos tradicionais produtos de exportação, agregou novos, como soja e carnes. O agronegócio continua o carro-chefe das exportações.

Alguns produtos, incluindo

grãos como trigo, feijão, sorgo, outros cereais de inverno, hortaliças e frutas, tiveram um VP de R$45.998 milhões. Destacam-se ainda bovinos e suínos – R$10.381 milhões; leite natural: R$6.036 milhões; cana-de-açúcar, com R$ 5.375 milhões.

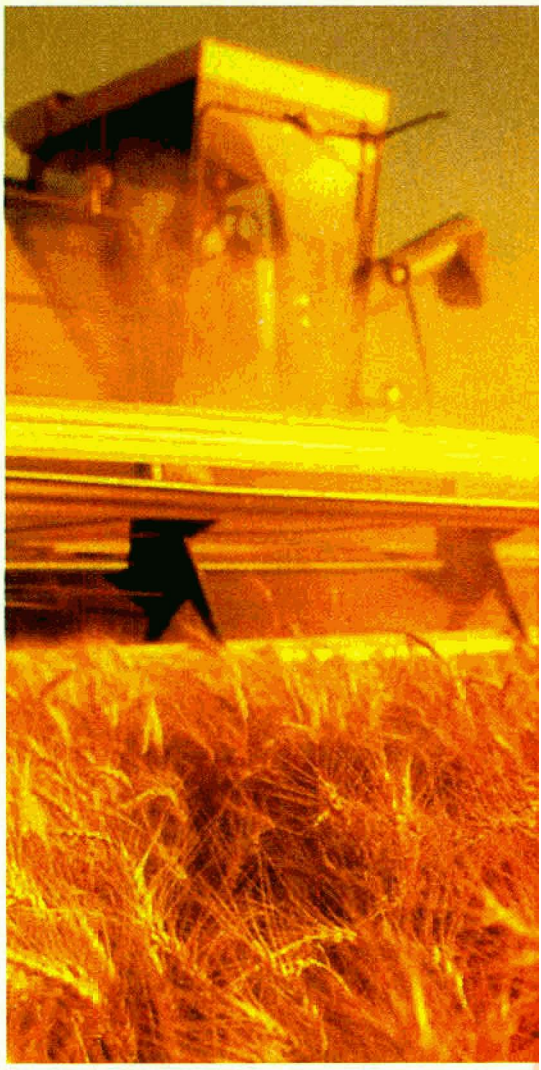
Após o último programa de estabilização econômica, a partir de 1994, o agronegócio contribuiu decisivamente para minorar o déficit na balança comercial, com elevados saldos líquidos, enquanto os demais setores da economia acumulavam déficits crescentes. Isso pode ser visualizado com maior clareza no gráfico 2.

Pressentindo uma crise cambial, o governo elaborou em 1998 um plano de exportação, com a grande meta de atingir a US$100 bilhões de exportações totais, em 2002. Ao complexo agroindustrial caberia passar dos atuais US$20 bilhões para US$45 bilhões, o que representaria mais do que dobrar o valor das exportações no período. Mesmo que essa meta não seja efetivamente atingida, mostra o quanto o governo prioriza a exportação.

Em 1999, o complexo soja – grãos, farelo e óleos – apresenta o maior saldo comercial, com US$3.616 milhões ou 24,9% do saldo total do setor; seguem-se madeira, manufatura e pasta, com US$2.460 milhões ou 17% e café, com US$2.458 milhões – também 17%. Com valores entre US$1.500 milhões e US$2.000 milhões, vieram o açúcar, com US$1.911 milhões; carnes, com US$1.824 milhões, e couro/calçados, com US$1.580 milhões.

Os maiores saldos negativos da balança comercial do CAI provêm de trigo (US$869 milhões), fertilizantes (US$826 milhões) e leite e laticínios (US$432 milhões). Alguns produtos apresentam valores consideráveis, tanto para exportação como para importação, como o cacau, frutas exceto laranja e papel e celulose.

Numa economia aberta e em processo de globalização, o objetivo não é a auto-suficiência em todos os produtos, mas a concentração naqueles em que o país possui ou pode adquirir vantagens competitivas. O CAI é, sem dúvida, um setor com grande potencial para ampliar as exportações, destacando-se o complexo soja, laranja, carnes, madeiras, café, açúcar e frutas.



Impactos intersetoriais do CAI

A importância do complexo reside também em sua capacidade de impulsionar outros setores. A produção agrícola se realiza exercendo influência sobre os setores que estão antes da fazenda – máquinas, adubos, defensivos. Também tem efeitos sobre os setores produtivos que se situam depois da porteira da fazenda, como a agroindústria, o transporte, armazenagem e a comercialização das safras.

No gráfico 3 observa-se a variedade de atividades econômicas que dependem de



insumos da agropecuária para realizarem sua própria produção. Para cada mil unidades de demanda final dos setores agroindustriais – como indústria do café ou têxtil por exemplo – requerem-se da agropecuária x unidades para atender àquela demanda.

Em exemplos numéricos: a indústria do café necessita de 714 unidades da atividade agropecuária para produzir mil unidades; são necessárias 699 unidades da agropecuária para mil unidades de demanda final da atividade de abate e preparação de bovinos, e assim por diante.

A partir da compreensão dessa cadeia de relações econômicas e de sua quantificação, pode perceber-se a importância que o CAI exerce sobre a economia brasileira.

Extensão e detalhes

Duas são as questões fundamentais sobre o complexo agroindustrial brasileiro: como se caracteriza esse complexo e qual a sua real dimensão na economia brasileira.

O VA para a agropecuária

atingiu, em 1996, R$57.811 milhões, dos quais 87,7% vêm do excedente operacional bruto, incluindo rendimento de autônomos. A maior parte da renda gerada na agricultura é de produtores autônomos. A participação da mão-de-obra assalariada é pequena.

Do ponto de vista geográfico, e tendo em vista as dimensões continentais do Brasil, seriam recomendáveis análises regionais do CAI, para identificar as especificidades da produção do complexo agroindustrial em cada região do país.

Para uma visão mais completa da contribuição do setor na construção de futuras matrizes, a agropecuária deve ser desagregada em outras atividades. Seria interessante, para conhecer melhor o complexo, analisar separadamente as principais cadeias, verificando seu inter-relacionamento com as outras.

O estudo dos impactos intersetoriais elucidaria a própria dinâmica do CAI, facilitando cálculos efetivamente representativos da realidade econômica do setor.

Eduardo Pereira Nunes é PhD, economista do IBGE e professor da Universidade Cândido Mendes/Ipanema, Rio de Janeiro. E-mail: enunes@openlink.com.br

Elísio Contini é Dr. Rer. Pol. em economia pública, pesquisador científico da Embrapa. E-mail: elisio@embrapa.sede.br

Referências bibliográficas

ALVES, E. R. DE A. LOPES, M. & CONTINI, E. O empobrecimento da agricultura brasileira. *Revista de Política Agrícola*, ano VIII, n.3, p.5-19, 1999.

ARAUJO, N.B; WEDEKIN, I. & PINAZZA, L. A. *Complexo agroindustrial – o agribusiness brasileiro*. São Paulo: Agroceres, 1990, 238 p.

CALDAS, R de A. e outros (eds.). *Agronegócio brasileiro: ciência, tecnologia e competitividade*. Brasília, CNPq, 1998, p 275.

CASTRO GOMES e outros (eds.). Cadeias produtivas e sistemas naturais: prospecção tecnológica. Embrapa, 1998, p 564.

DAVIS, J. H. & GOLDBERG, R. A. *A concept of Agribusiness*. Harvard University, 1957.

FURTUOSO, M.C.O *O produto interno bruto do complexo agroindustrial brasileiro*. Tese de Doutorado. Piracicaba: Esalq, 1998.

GASQUEZ, J. G. Gastos públicos na agricultura. IPEA, 2000, 26 p. (artigo a ser publicado na *Revista de Política Agrícola*).

HADDAD, P. R. A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil. Estudos de Clusters. Brasília: CNPq/Embrapa, 1999.

IBGE. *Matriz de insumo-produto de 1996*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999a.

_____. *Novo Sistema de Contas Nacionais do Brasil* - Metodologia e resultados provisórios, ano-base 1980. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 1988. (Série Textos para Discussão, n. 10, v. I e II.)

_____ . *Sistema de Contas Nacionais do Brasil:* 1990-1996. 2 vol. Rio de Janeiro: IBGE, 1997a.

_____ . *Sistema de Contas Nacionais*: tabelas de recursos e usos – metodologia. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 1997b. (Série Textos para Discussão, n. 88.)

Sistema de Contas Nacionais do Brasil: 1997 – versão preliminar. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

_____ . *Sistema de Contas Nacionais do Brasil*: 1998 – versão preliminar. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas.)

LEONTIEF, W. *A economia do insumo-produto*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas.)

NUNES, E. P. *Sistemas de Contas Nacionais: a gênese das contas nacionais modernas e a evolução das contas nacionais no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998.

PINAZZA, L. A & ALIMANDRO, R. *Reestruturação do agribusiness brasileiro* – Agronegócio no III milênio. São Paulo: Abag/FGV, 1999, 266 p.

Sober. Agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas. *Anais do XXXVI Congressso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Poços de Caldas: 1998. 2 v.

_____. *Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Foz do Iguaçu, 1999, CDROM.

Nicho à espera

Longe de ter esgotado suas potencialidades, o mercado de orgânicos abre bons espaços para a produção

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

Uma série de explorações, consideradas alternativas em relação às tradicionais, se inscreveu no atual mundo rural e conquista seu espaço na carteira dos agronegócios. Entre seus produtos mais evidentes estão os orgânicos, caracterizados por dispensar o uso de insumos químicos, que rapidamente ganharam um lugar especial em supermercados, feiras e mercearias.

Vantagens reais

Os orgânicos se beneficiaram de três movimentos simultâneos do mercado. O primeiro deriva da necessidade que têm sempre os produtores de minimizar seus custos, seja por plantio direto, rotação de culturas ou controle biológico de pragas e doenças.

O segundo vem da simpatia demonstrada pelos consumidores por conceitos como conservação do solo e preservação de mananciais, além de sua preocupação com a qualidade dos alimentos no que se refere à ausência de aditivos artificiais.

O terceiro se explica pela vantagem de ordem prática que significa comprar frutas, legumes e verduras já limpos e embalados, frescos ou processados, como os produzidos em sistemas hidropônicos por exemplo.

Longe de ser considerada marginal, desenvolvida para satisfazer idiossincrasias pessoais e adeptos de ideologias ambientalistas, hoje a agricultura orgânica é vista por empresários e segmentos de porte como uma promissora fonte de lucro.

Incorre em ledo engano quem acredita estar essa técnica de produção fadada a ficar confinada a chácaras, sítios e quintais pequenos. No Brasil, assim como em outros lugares do mundo, cresce o número de *cases* ilustrativos da rapidez com que o processo se dissemina e profissionaliza.

No Brasil e no mundo

O número de agricultores brasileiros envolvidos com a agricultura orgânica, individualmente ou organizados em cooperativas e associações, duplicou entre 1998 e 1999: eram 700 e agora somam 1,5 mil.

A área cultivada está em torno de 100 mil hectares e a movimentação de recursos já passa de US$50 milhões, segundo

Fazendas orgânicas do Brasil

- Usina São Francisco, de Sertãozinho, São Paulo, produz, exporta e comercializa açúcar orgânico Native, com exclusividade no mercado suíço.
- Univalen, de Valparaíso, São Paulo, também produz açúcar orgânico.
- A Souza Cruz, compradora de 220t de fumo de quase 60 mil produtores, desenvolveu o sistema *float* de produção de mudas sem utilizar brometo de metila. Também introduziu o controle biológico de organismos nocivos à lavoura através o fungo *Trrichoderma*.
- Em 1998, Barretos criou o Agropólo para Agricultura Orgânica, com projetos para piscicultura, olericultura e fruticultura.
- Empresa Agropalma, agroindústria de dendê, exporta óleo orgânico para a produção de margarinas e biscoitos.
- O produtor mineiro Carlos Fernandes Franco exporta café para a empresa torrefadora japonesa, a Organic Coffe, que atende o segmento de mercado exigente de produtos naturais.
- Monte Citrus Agroindustrial, de Monte Azul Paulista, fornece laranja para o Pão de Açúcar.
- Cooperativa Agroindustrial do Vale da Lagoa (Coopervale), no Tocantins, adota variedades de arroz resistente ao brusone e reduz a aplicação de defensivos de 40% a 50%.
- A Embrapa desenvolve o *Baculovirus* como novo método de controle da lagarta do cartucho, responsável pela destruição de 20% da área de milho.
- Daterra, indústria de alimentos de Schroeder, Santa Catarina, lança balas e geléias de banana com açúcar orgânico.

estimativas de profissionais do setor.

São números ainda modestos ante a magnitude da agricultura nacional. A Associação de Agricultura Orgânica (AAO) informa que 70% dos projetos estão localizados em São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Mas não há dúvidas de que a agricultura orgânica é uma das principais tendências do agronegócio mundial. As projeções preliminares apontam para até 2005 uma participação crescente no faturamento de vendas da ordem de 1% para 10%.

Esse crescimento se fortalece pela reação dos consumidores dos países desenvolvidos ante a doença da vaca louca, a peste suína, a contaminação de rações e pelo embate em torno dos organismos geneticamente modificados.

As estimativas de renda variam substancialmente: a FAO projeta um mercado global de US$8,7 bilhões, enquanto o Centro de Comércio Internacional cita uma cifra correspondente ao dobro de três anos atrás.

LONGE DE SER CONSIDERADA

marginal, desenvolvida para satisfazer idiossincrasias pessoais e adeptos de ideologias ambientalistas, hoje a agricultura orgânica é vista por empresários e segmentos de porte como uma promissora fonte de lucro.

FRONTEIRAS POUCO NÍTIDAS

No começo a atividade era vista como mera oportunidade de negócio para ocupar um nicho aberto do mercado. Na prática, seu desempenho vem mostrando a potencialidade típica de um segmento de consumo. Mesmo assim no entanto ainda não houve tempo suficiente para apurar a movimentação real dessa onda sem a espuma que a envolve.

Detentora do maior mercado mundial para produtos orgânicos, a União Européia amplia sua produção interna, mas prossegue igualmente aumentando as importações.

A atividade produtiva doméstica de curto e médio prazo não conseguirá dar conta da crescente demanda européia – o que faz entrever possibilidades espetaculares para países como o Brasil de estenderem negócios em produtos da estação (cana-de-açúcar, cereais, oleaginosas) ou de fora da estação (frutas e legumes).

NÚMEROS PREVISÍVEIS

No atual exercício, a comercialização de orgânicos em âmbito mundial deverá passar da marca de US$23 bilhões.

Nos Estados Unidos, sobre dados do Departamento de Agricultura, especula-se que o faturamento subiu 20% em 1998 e quase dobrou em 1999. Tanto os EUA

Argentina – canal exportador

Alavancada basicamente pelas exportações, a produção de alimentos orgânicos na Argentina quintuplicou entre 1995 e 1999: de 5 mil toneladas, foi atingir 25,8 mil. Mais de 90% da mercadoria produzida vai para os consumidores externos. O país já aprovou a lei de produção orgânica e os esforços se concentram no fortalecimento da capacidade exportadora.

Empresários do setor reivindicam maior participação do governo com dotação de recursos para a atividade. Entre os principais consumidores dos produtos portenhos figuram a União Européia e os Estados Unidos, respectivamente, com 85% e 10,7%. Japão e Cingapura também fazem parte da lista, assim como o Brasil, que importa sementes de girassol.

O fraco desempenho econômico do país, no que diz respeito ao desempenho do PIB, não gera aumento na renda *per capita* e mantém fraca a demanda interna. Com preços mais altos, os produtos orgânicos, mesmo gozando da preferência dos consumidores, sofrem com essa situação adversa. A grande maioria da demanda doméstica está concentrada na região de Buenos Aires.

Argentina: área de agricultura orgânica
Milhares de hectares

Ano	Produção pecuária	Produção agrícola	Total
1997	207,6	21,6	229,2
1998	269,8	21,7	291,6
1999	987,2	23,7	1.010,90

Fonte: Senasa.

Argentina: destino da produção orgânica
1999

Produto	Mercado interno - t	Mercado externo – mil t
	1. Origem vegetal	
Cereais e oleaginosas	2.576	13,3
Frutas	181	7,9
Legumes e hortaliças	620	2,6
Aromáticos	47	1,2
Industrializados	182	0,2
Outros	4	-
Total	3.612	25,2
	2.Origem animal	
Carne bovina	92	0,45
Carne avícola	143	-
Mel	1	0,1
Queijos	1	-
Total	237	0,56

Fonte: Senasa.

Números do mercado de produtos orgânicos
Alimentos e bebidas - 1997

País	Faturamento	Participação %	Projeção %
1. Europa	(US$ milhões)	nas vendas	do crescimento
Alemanha	1.800	1,2	5 a 10
França	700	0,5	20
Reino Unido	450	0,4	25 a 35
Países Baixos	350	1	10 a 15
Suíça	350	2	20 a 30
Dinamarca	300	2,5	30 a 40
Suécia	110	0,6	30 a 40
Itália	750	0,6	20
Áustria	225	2	10 a 15
Outros países	200		
Total	5.255		
2. EUA	4.200	1,25	20 a 30
3. Japão	1.000		
Total geral	10.455		

Fonte: International Trader Center (CCI). Organic Food and Beverages: World Supply and Major European Market.

* A CCI é uma agência de cooperação técnica da Organização Mundial do Comércio e Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Untact).

O NÚMERO DE AGRICULTORES

brasileiros envolvidos com a agricultura orgânica, individualmente ou organizados em cooperativas e associações, duplicou entre 1998 e 1999: de 700 a 1,5 mil. A área cultivada está em torno de 100 mil hectares, movimentando mais de US$50 milhões.

como a Europa participam com US$10 bilhões cada um, estando o Japão com US$1 bilhão e o resto do mundo com US$1 bilhão.

Mesmo para o consumidor norte-americano, familiarizado com a agricultura orgânica desde os anos 50 e tendo a sua disposição o Organic Foods Production Act aprovado em 1990 , o assunto evoluiu muito lentamente no país.

Mudanças efetivas

Só recentemente houve uma mudança significativa, com a nova dinâmica imprimida pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos e o Organic National Program, implementado pela Food and Drug Administration. Funcionários do governo e da iniciativa privada são treinados e credenciados para conceder diplomas a produtores e agroindústrias de alimentos e bebidas que não utilizem produtos químicos.

O programa abrange a fixação de normas e padrões – selos de garantia, autorização de importações e equivalência com as regras de países estrangeiros. Várias substâncias sintéticas são analisadas para a aprovação de seu emprego na produção e processamento de bens orgânicos.

Para atender o interesse de 4 mil agricultores e 600 processadores, com a constituição de 44 agentes de certificação, a iniciativa foi orçada em US$1 bilhão.

O programa norte-americano traz dois benefícios indiscutíveis aos consumidores: disponibiliza maior quantidade de alimentos orgânicos diversificados, provenientes de carnes bovinas e avícolas, ou processados, como as sopas. Além disso, cria mecanismos de proteção contra rótulos e informações falsos.

Certificados de garantia

Para chegar à maturidade, os produtos orgânicos se deparam pelo menos com três barreiras: o processo de certificação, o conhecimento técnico e o entendimento do mercado.

Para pagar mais caro na aquisição de um produto orgânico, importadores, indústrias de alimentos, distribuidores e consumidores exigem cada vez mais quanto a certificados de garantia da origem da mercadoria.

Por sua vez, os compradores querem estar seguros do conhecimento aplicado para a melhoria da estrutura e fertilidade do solo, sem o emprego de produtos químicos, e das sementes e mudas, temendo o uso de organismos geneticamente modificados.

O entendimento de mercado torna possível avaliar melhor a credibilidade do fornecedor quanto à seleção de canais de distribuição e de *marketing* da mercadoria.

Certificadores nacionais

Ainda longe de esgotar as potencialidades nacionais, só no Instituto de Biodinâmica e Desenvolvimento (IBD) – localizado em Botucatu, São Paulo, e detentor do aval da Federação Internacional de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (Ifom), com 17 entidades associadas no mundo – já se certificaram 250 projetos de culturas orgânicas no Brasil.

A AAO é outro organismo certificador de gabarito internacional operando no país. O processo de qualificação é exigente e principia na adoção de sistemas de produção de organismos, para a seguir passar por testes envolvendo leis trabalhistas e ambientais.

Assim como ocorreu nas práticas de gestão das empresas, a certificação é crucial para o desenvolvimento mundial da agricultura orgânica. É o caminho para a definição e aprimoramento de normas e padrões globais mais uniformes.

O reconhecimento internacional é realizado pela Ifom e a International Organic Acreditation Services Inc. (Ioas).

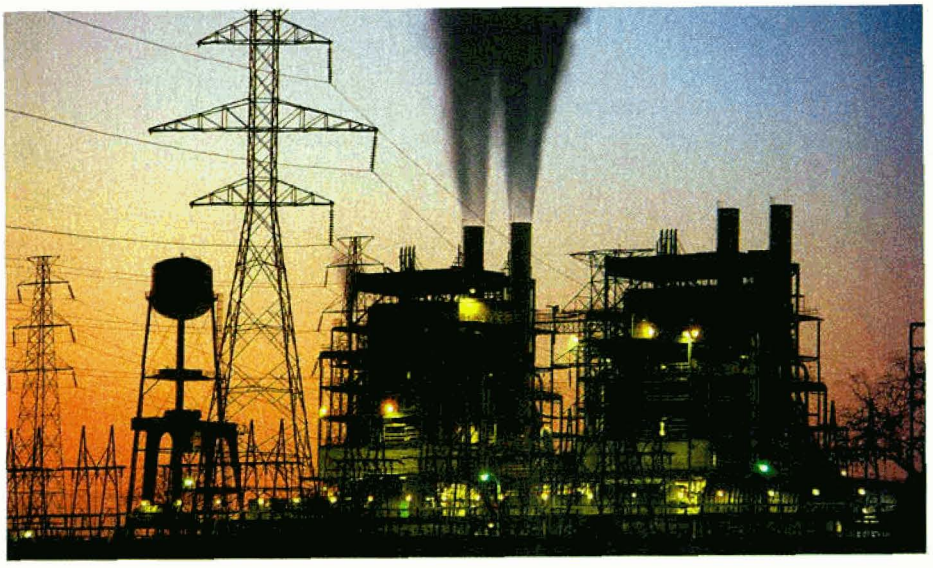
A maioria dos países latinos carece de leis ou regulamentos sobre essa matéria. A Argentina disciplinou o assunto em 1994, na esteira do modelo da União Européia. Enquanto isso, o Brasil baixou a instrução normativa número 7, em 17 de maio de 1999, dispondo sobre normas para a produção de orgânicos, à qual falta ainda seguir os trâmites burocráticos.

Quem paga a conta

O motivo do aumento interno dos combustíveis não é político: é econômico, e chama-se conta-petróleo

ARGEMIRO LUÍS BRUM

Causa estranheza que grande parte da população brasileira demonstre surpresa diante dos novos aumentos de preço dos combustíveis no Brasil. Causa ainda mais estranheza que parte da mídia alimente essa surpresa, indagando o porquê de tais aumentos. Faltam informações a alguns. E talvez a outros sobrem intenções políticas na condução das informações. Mas não foram questões políticas, e sim fatos econômicos que fizeram os preços subir.



Dependência da matéria-prima

Em primeiro lugar, é claro que um reajuste dos combustíveis é sempre desagradável e assusta os consumidores em geral, sobretudo quando chega a 15% para a gasolina e o óleo diesel e 18% para o gás, enquanto a inflação, medida pelo IPCA (índice adotado pelo governo) chega a 6,51% no ano.

Acontece que somos dependentes da matéria-prima importada, o petróleo. Esse produto, que custava em janeiro de 1999 cerca de US$10,00/barril, teve seu preço aumentado acima de US$32,00/barril em meados deste ano 2000. Um aumento relativamente muito parecido com o ocorrido no segundo choque do petróleo, em 1979, e que acabou nos anais da recente história econômica mundial.

Nosso país, que chegou em março a uma produção de 1,25 milhão de barris por dia, espera chegar a 1,5 milhão de barris diários no fim do ano – o que significa uma dependência de 40% de petróleo importado para suprir suas necessidades diárias. Essa matéria-prima passou a ser importada a preços em torno de US$30,00/barril desde março passado.

Faltam recursos

Em segundo lugar, nossa produção petrolífera, apesar de todos os esforços, necessita de muitos investimentos e tecnologia. O desafio de tornar o Brasil auto-suficiente em petróleo esbarra na impossibilidade nacional de se conseguirem esses recursos.

Como não há como fugir dessa realidade, parte-se para a privatização e para a exploração privada em zonas de risco. A questão é construir um processo inteligente de privatização em torno da Petrobras e de nossas possíveis reservas petrolíferas.

Além disso, o crescimento econômico do Brasil, agora projetado para 4%, requer mais energia disponível. Sem energia não se pode crescer economicamente e sem crescimento não se podem gerar empregos e muito menos estruturar uma nova política de distribuição de renda, segundo a premissa socioeconômica de que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento.

As projeções mais otimistas indicam que o país espera chegar à auto-suficiência em energia petrolífera (ou equivalente) por volta do ano 2005. Isso limita o crescimento nacional a 3% a 4% ao ano até essa data.

As privatizações têm que gerar resultados melhores do que os obtidos até aqui com a atividade estatal, e a utilização do gás como fonte de energia, graças aos projetos com a Bolívia e a Argentina em torno dos gasodutos recentemente inaugurados, deve se tornar acessível às nossas empresas.

Ainda assim, algumas projeções dão conta de que o Brasil chegaria ao ano 2005 com uma produção diária ao redor de 1,8 milhão de barris para um consumo em torno de 2,2 milhões – um déficit ainda de 22%.

Calcanhar-de-aquiles

Mesmo que o preço do petróleo recue no mercado mundial, no curto prazo não há indícios de níveis em torno de US$20,00/barril – meta que o Brasil teria se colocado para equacionar suas contas energéticas, em especial a chamada conta-petróleo.

O ano 2000 tende a ser um ano difícil. Mesmo que as exportações brasileiras de derivados de petróleo – em especial a gasolina – ajudem a pagar parte dos custos com a importação da matéria-prima, o volume obtido não será suficiente para fechar a conta.

A conta-petróleo é o calcanhar-de-aquiles da economia interna nacional nessa rubrica. É um mecanismo de subsídio que o governo criou para não onerar em demasia os custos internos, gerando inflação.

A conta funciona como uma relação entre a Petrobras (única importadora autorizada) e o Tesouro Nacional, sendo usada para subsidiar a diferença entre o preço interno e o preço externo do petróleo. Quando gera superávit, o Tesouro encaixa o montante. Se gerar déficit, o Tesouro paga à Petrobras.

Até 1998 a Petrobras teve prejuízo com as importações de petróleo, porque o governo evitava repassar os custos dessa importação aos preços internos. Assim os combustíveis se mantiveram artificialmente mais baratos para os brasileiros.

Como toda ação que tem como fato gerador um subsídio, essa acabou ocasionando uma dívida do Tesouro, no caso com a Petrobras, da ordem de R$5,8 bilhões.

Meta frustrada

Na prática, pressionado pelos ajustes estruturais que deve fazer na economia interna – e mais especificamente no aparelho estatal – somados aos efeitos da desvalorização cambial que encareceu os produtos de importação, o governo decidiu elevar os preços internos dos combustíveis além do custo de importação, visando zerar a conta-petróleo.

O forte aumento dos preços internacionais do produto atrapalhou a operação, obrigando o governo a aumentar os preços dos combustíveis acima do previsto em julho. Mesmo assim não conseguirá alcançar a meta de R$3,5 bilhões a que tinha se proposto neste ano para cobrir a conta-petróleo. Para chegar a tanto, o aumento dos combustíveis deveria ter sido de 20%.

Ficam algumas lições. Primeiro, que a conta de uma política de subsídios acaba sempre chegando e, mais dia menos dia, teremos que pagá-la.

Segundo, se não houver redução dos preços internacionais do petróleo no resto do ano, um novo aumento dos combustíveis deverá ocorrer nos próximos meses.

Terceiro, esses aumentos são possíveis, neste ano, porque a inflação está sob controle e, dentro da política desindexada que o país vem adotando, não deverão ferir a meta preestabelecida de uma inflação entre 4% e 8% para 2000.

Argemiro Luís Brum é professor do DECon/Unijuí, doutor pela EHESS de Paris-França, analista e pesquisador da Central Internacional de Análises Econômicas e de Estudos de Mercado Agropecuário (Ceema).

CAFÉ

Floradas desiguais

Esta pode ser a segunda menor safra de café da década, conseqüência de uma drástica redução da produção

ARMANDO MATIELLI
ANDRÉ L. MATIELLI

Esta é a época das floradas de café, uma das fases mais bonitas de seu desenvolvimento e extremamente dependente do clima. Uma florada uniforme e abundante requer condições climáticas ideais, basicamente com relação à umidade no solo.

Prejuízo à vista

A produção de café tem encontrado condições bem inadequadas, que afetam o *vingamento* da florada e o início de desenvolvimento dos frutos. A conseqüência pode ser uma drástica redução da produção das lavouras.

Passou setembro, principal mês de florada de café. Outubro inaugurou o tempo de vegetação para as principais regiões produtoras de café.

De maio a dezembro de 1999 tivemos oito meses de déficit hídrico, que chegou em algumas regiões a 380mm. Houve recuperação de janeiro a março de 2000, mas voltou a ocorrer déficit durante os meses de abril a agosto. Foram quase 13 meses *de sede* para as lavouras.

Ao prejuízo previsto para a próxima safra, acrescentem-se as queimadas,

chamuscadas e até a perda de lavouras sob os efeitos da geada. Não há lavoura que agüente nem produtor contente com essa florada minguada e desigual.

Florada que dá café

Nas principais regiões cafeeiras, entre os dias 13 e 16 de setembro último, o que se via no cerrado mineiro e no Sul de Minas era uma florada totalmente heterogênea.

Pelo que se sabe, temos mais vegetação do que indícios de novas floradas. Até 31 de agosto de 2000, os dados do Mara/Procafe de Varginha quantificavam 6,2 nós por ramo contra 10,1 em 1999, num cenário de déficit hídrico de 186,3mm, contra 171,1mm de agosto de 1999 – cerca de 40% menos nós/ramo, prejuízos diretos na produção.

Choveu bem em setembro último. Vegetará – aumentarão os ramos e os nós –, o que será muito importante para a florada de agosto/setembro de 2001 e a produção de 2002/03.

Mas, por enquanto, a florada parece preguiçosa, de desenvolvimento imprevisível. Pode ser que outras venham a ocorrer, mas se isso acontecer elas terão certamente menor intensidade. A florada que garante o café acontece em setembro.

Segunda menor safra

No Paraná o prejuízo confirmado é de 80 a 90% para a próxima safra. A florada de São Paulo foi ruim e a vegetação está intensa, sinal de poucas chances de boas floradas por enquanto, assim como no Sul de Minas.

Ainda em Minas, a Zona da Mata está soberana e é talvez a melhor; em seguida vêm o Triângulo Mineiro e o Espírito Santo, onde a florada foi boa nas áreas irrigadas e nas lavouras que não sofreram geadas e produziram pouco na última safra.

Somados Paraná, São Paulo e grande parte de Minas, estamos falando de mais ou menos 70% de nosso parque cafeeiro.

Com perspectivas pouco favoráveis de floradas vindouras, teremos uma safra de 2001/02 possivelmente maior apenas que a safra 1995/96 – ou seja, a segunda menor safra da década.

Aptidão da terra segundo o regime hídrico

Deficiências (mm anuais)	Aptidão
100	Apta sem irrigação
150	Apta com irrigação em anos ocasionais
150 a 200	Marginal apta, com irrigação obrigatória
Mais de 200	Inapta

Fonte: *Balanço hídrico de Thornthwaite*. 1948.

Extraído de *Irrigação do café – recomendações gerais*. Cooxupé, 1996.

Perspectiva para a próxima florada

Seca	Produção no ano seguinte (milhões de sacas)
1962/1963	8,3
1968/1969	11
1984/1985	13,9
1999/2000	?

Fonte: Coffeebusiness.

Números do café: posição atual

Ano	Produção	Consumo	Exportação (verde+solúvel)	Estoque final
1985/86	32,6	3,4	18,05	25,41
1986/87	13	3,5	9,67	20,64
1987/88	42,9	3,6	19,55	33,69
1988/89	20,6	3,8	17,39	30,3
1989/90	22,9	3,9	18,1	27,71
1990/91	31	3,2	17,75	29,95
1991/92	28,5	3,5	21,82	27,64
1992/93	24	3,9	16,76	25,88
1993/94	28,5	9,1	18,78	24,6
1994/95	26	9,3	15,93	26,64
1995/96	16,8	10,1	13,69	19,45
1996/97	27,5	11	17,29	18,79
1997/98	18,9	11,5	15,07	17,97
1998/99*	36	12,5	18	23,47
1999/00*	27,2	12,8	23	14,87
2000/01*	28,9	13	20	10,77

* Os dados para a produção são originários da Embrapa; para o consumo, previsão da Abic.

Fonte: *Agrianual 2000*, p. 238 (IBC/Febec/Embrapa).

Corrosão dos estoques

Depois dos incidentes climáticos que acabamos de atravessar, ninguém irá se aventurar a fazer previsões antes dos próximos pronunciamentos oficiais.

Além de tudo, ocorreu uma corrosão dos estoques principalmente pela baixa produção nos últimos anos que mostra claramente que a média nacional de produção anual não tem passado dos 26 milhões de sacas. Atualmente precisamos de pelo menos 33 milhões de sacas por ano para suprir o consumo interno de 13 milhões e a exportação, por volta de 20 milhões. A tabela 3 representa esse posicionamento.

Portanto, o ano se fecha com um estoque perigoso, principalmente na iminência de uma safra reduzida. Resta torcer para que o clima se normalize e haja café em quantidades suficientes e de bom tamanho na safra 2002/03.

Armando Matielli é engenheiro agrônomo. André L. Matielli é aluno de graduação do quinto ano da Esalq/USP.

Mudança de hábito



Os dados sobre consumo de café permitem algum otimismo e muito trabalho para o médio prazo

CELSIUS A. LODDER

Os dados sobre o consumo de café são tão ou mais importantes para identificar as tendências do setor quanto os da produção. Revendo os últimos 30 anos, pode-se prever o crescimento de médio prazo do volume e do valor dessa *commodity*.

A OIC está produzindo um modelo econométrico para a economia cafeeira mundial capaz de oferecer uma visão mais aprofundada do consumo e de suas tendências. Na falta desse modelo no entanto, podemos esboçar uma descrição do consumo e dar algumas indicações sobre seus rumos.

Dados e estimativas

O consumo total – incluindo o dos países produtores – aumentou de uma média de 74 milhões de sacas nos primeiros anos da década de 70 para uma média de mais de 100 milhões de sacas na segunda metade da década de 90. Houve um crescimento anual médio de 1,34% durante 30 anos.

As taxas de crescimento intermediário foram bem outras. O crescimento anual foi só de 0,5% durante os anos 70 – quando os preços de varejo estavam relativamente altos – mas melhorou durante os anos 80, quando em muitos países desenvolvidos as rendas aumentaram. Durante os anos 90, muitos consumidores tradicionais chegaram à saciedade, e o crescimento caiu para cerca de 1,2% ao ano.

As estimativas do volume médio do consumo nos períodos de cinco anos que começam com o de 1970-74 e terminam com o de 1995-99 (grande parte dos dados referentes aos não membros da OIC em 1998 e 1999 são estimativas), além das taxas de crescimento durante todo esse tempo e por períodos de 10 anos, estão sintetizadas na tabela 1.

Teoria do consumo

Teoricamente, o aumento do consumo depende em larga escala de quatro fatores:

- *Preços de varejo*: quando os preços aumentam, o consumo cai e vice-versa. O efeito desses preços pode contudo ser abrandado quando o consumidor acha o café tão atraente, em termos de gosto e prazer, que não faz caso de uma elevação moderada dos preços e, individualmente, reduz o que gasta com outros produtos. Infelizmente essa reação não vai além de cada indivíduo e, em conjunto, os consumidores passam a consumir menos em conseqüência das altas de preço. A lição é clara: comercializar um café que os consumidores achem cada vez mais atraente significa alguma proteção contra as altas de preços.

- *Rendas*: as rendas reais, ajustadas para levar em conta a inflação, reforçaram o consumo nos países membros importadores da OIC durante os anos 80. De modo semelhante, melhores rendas em muitos países exportadores e não membros levaram a aumentos substanciais do consumo durante os anos 90. O café no entanto – assim como a maioria dos outros alimentos e bebidas – reage menos às elevações de renda. É por isso que, no futuro, os principais aumentos de volume serão conseqüência da elevação da renda de pessoas mais pobres e de melhores rendas de pessoas que vivem nos países pobres. As maiores taxas de expansão do consumo registradas tanto em países membros exportadores quanto em países não membros na década de 90 o comprovam.

- *Comercialização*: progresso substancial foi conseguido na comercialização de café *gourmet*, em particular nos Esta-

dos Unidos, e na expansão do uso de café por novos consumidores, incluindo-se os resultados positivos das atividades promocionais da OIC na Rússia e na China. A vida vai ficar mais difícil para os gerentes de comercialização e de marcas, mas existem evidentes oportunidades tanto para a comercialização de nichos nos países consumidores tradicionais como para o desenvolvimento de novos mercados visados.

- *Tendências*: as tendências negativas têm a ver, em grande medida, com as causas da redução do consumo entre os mais jovens. Contudo, tem havido certa inversão dessa tendência nos Estados Unidos e agora na Europa, em especial no Reino Unido. O comportamento social continuará a mudar. O importante, para nós, é reconhecer as mudanças e saber reagir rapidamente.

Crescimento agregado

Utilizando taxas médias anuais de crescimento do consumo entre 1990 e 1999 como base para examinar o futuro no médio prazo, as taxas do crescimento agregado percentual nesse período foram as seguintes:

Total	1,18
Membros importadores	0,09
Membros exportadores	2,80
Não membros	3,24

Esses dados agregados ocultam variações de comportamento peculiares a cada país. Para superar esse obstáculo e facilitar uma análise mais pormenorizada, calculamos as taxas de crescimento do consumo de café em mais de 100 países.

Mesmo sem expor todos os resultados, destacamos alguns países de acordo com o grupo a que pertencem – países importadores, países exportadores, países não membros. Os resultados estão nas tabelas 2, 3 e 4.

1. Consumo

Média (000 de sacas)	Total	Membros importadores	Membros exportadores	Não-membros
1970-74	73.735	48.535	17.566	7.634
1975-79	75.420	49.199	17.569	8.652
1980-84	82.995	53.252	19.298	10.445
1985-89	88.125	56.769	19.519	11.837
1990-94	95.709	60.604	20.783	14.322
1995-99	100.396	60.214	23.887	16.295
Taxas de crescimento (% anual)				
1970-99	1,34	1,03	1,18	3,17
1970-79	0,54	0,35	0,11	2,59
1980-89	1,39	1,46	0,26	2,94
1990-99	1,18	0,09	2,8	3,24

2. Consumo nos países importadores

Crescimento anual médio (%)

	1970-99	1990-99
Total	1,03	0,09
EUA	-0,4	zero
CE	1,5	zero
França	0,8	zero
Alemanha	2,2	-0,1
Itália	1,9	1,2
Espanha	4	2
Japão	6	1,6

3. Consumo nos membros exportadores

Crescimento anual médio (%)

	1970-99	1990-99
Total	1,18	2,8
Colômbia	0,13	3,08
Nicarágua	0,75	7,38
Brasil	1,4	5,1
Indonésia	1,71	4,66
Uganda	5,96	3,92

4. Consumo nos países não-membros

Crescimento anual médio (%)

	1970-99	1990-99
Total	3,17	3,24
Hungria	0,06	3,06
Polônia	5,18	23,14
Egito	2,7	6
Síria	8,1	16,8

Países importadores de café

O crescimento anual do consumo nesses países diminuiu – excetuando-se os Estados Unidos, onde a tendência à redução do consumo (crescimento negativo) dos primeiros anos foi pelo menos substituída por certa medida de estabilidade ou não crescimento nos anos 90.

Preocupa o consumo estacionário no conjunto da Comunidade Européia e negativo na Alemanha, terceiro maior mercado mundial de café. Embora as estatísticas de crescimento possam ser afetadas por fenômenos excepcionais, os sinais sugerem que não podemos prever crescimento do volume em muitos dos países importadores.

Felizmente podemos prever um crescimento continuado na Itália, na Espanha e no Japão – talvez mais de 2% ao ano no próximo decênio. Além disso, existem oportunidades promissoras na Grécia, onde a expansão recente excedeu o marco de 8% por ano, e em Portugal, onde se aproxima de 4%.

Como esse grupo de países representa, na

média dos últimos 30 anos, 60% do consumo mundial, não se pode esperar um crescimento muito relevante da demanda e, a menos que se trabalhe arduamente em sua promoção, a tendência é a estagnação da quantidade total consumida nesses países.

O crescimento deve continuar nos países das orlas do Mediterrâneo e do Pacífico. Mais seguro no entanto é que esse crescimento apenas contrabalance as previsíveis quedas de consumo – caso as tendências recentes perdurem –, em outros países membros importadores da OIC. Assim, temos de procurar em outros lugares alguma confirmação de que o volume do consumo irá aumentar.

Países exportadores de café

Talvez nesse grupo de países encontremos a certeza procurada.

De fato o consumo nos países produtores, membros exportadores da OIC, aumentou rapidamente durante a última década. Alguns destaques podem ser encontrados na tabela 3.

No mercado total o consumo desses países representa aproximadamente 24%, com grande destaque para o Brasil, responsável por mais de 50% do consumo da categoria.

O Brasil é hoje o segundo maior mercado mundial consumidor de café, com 12% do total – os EUA são o primeiro, com 17%. Isso ajuda a explicar o súbito interesse de algumas firmas multinacionais em investir em nosso dinâmico mercado.

A despeito das taxas satisfatórias de crescimento do consumo nos exportadores, no total – e de modo destacado para alguns países específicos –, existem dois problemas que limitam o interesse das autoridades desses países em promover e incentivar o consumo doméstico de café.

Primeiro, muitos países produtores de café consomem pouco devido a sua baixa renda *per capita*, seu clima e seus hábitos alimentares. Segundo, o café destinado ao consumo interno não produz divisas, não gera dólares a serem gastos na importação de produtos considerados essenciais.

Pode-se argüir que o café bebido internamente substitui as bebidas importadas – um ganho líquido portanto para as economias nacionais. De qualquer forma, e apesar dessas restrições, pode-se prever que o consumo de café nos países produtores continuará a aumentar no futuro.

Países não membros importadores de café

Essa categoria permite encarar o futuro com um pouco mais de otimismo. Mesmo que em termos relativos representem apenas 16% do mercado mundial, os países que atualmente não pertencem à OIC têm aumentado seu consumo de modo constante e exemplarmente explosivo (tabela 4).

Quatro países arbitrariamente destacados apresentam taxas de crescimento bem altas para o período mais recente. No caso dos países da Europa centro-oriental, isso parece um resultado direto do processo de abertura econômica, que dá aos consumidores desses países a possibilidade de escolher.

Por outro lado, o progresso econômico permite a expansão do mercado e a inclusão de muitos novos consumidores da orla mediterrânea.

Os padrões de vida devem continuar a se elevar em muitos desses países – talvez na maioria deles – e o consumo de café poderá conseqüentemente aumentar, em média, numa taxa de pelo menos 3% ao ano durante os próximos 10 anos.

Daqui a dez anos

Em um pequeno exercício de futurologia, podemos imaginar que o consumo no grupo países importadores como um todo será fortalecido por aumentos no Japão e nos países da orla mediterrânea.

Algumas reduções podem ser previstas nos mercados tradicionais, a menos que nichos do café – *gourmet*, orgânico, gelado, em lata e outros ainda não descobertos – possam ser explorados amplamente e com sucesso. Em termos otimistas, no ano de 2010 o consumo desse grupo poderá estar próximo dos 65 milhões de sacas.

No grupo dos países exportadores, o consumo continuará a florescer, e talvez possa ultrapassar facilmente 30 milhões de sacas em 2010. Nesse mesmo ano, os países não membros importadores – que esperamos possam breve tornar-se membros –, devem estar consumindo mais de 20 milhões de sacas.

O total de café consumido em 2010 deverá chegar a 115 milhões de sacas, das quais 85 milhões de sacas comercializadas internacionalmente. Mas esse volume não será suficiente para resolver os problemas atuais, que tenderão a se agravar.

A OIC continuará com certeza a produzir estatísticas abrangentes e transparentes que, esperamos, possam facilitar aos interessados as tomadas de decisão quanto à comercialização de seu produto, inclusive no que se refere ao desenvolvimento de novos mercados e a descobertas sobre o melhor modo de explorar seus nichos.

Quem manda é o consumidor

Assistência mais ampla poderá ser proporcionada pelo desenvolvimento de projetos, tais como o que acaba de ser completado sobre o café *gourmet*, ao mesmo tempo em que estão em marcha projetos destinados a minimizar as perdas decorrentes de doenças, melhorar os lucros dos cafeicultores e elevar a qualidade do café produzido.

A Junta Consultiva do Setor Privado está em pleno funcionamento. Isso torna possível elucidar as questões pendentes que preocupam os interessados no setor café e permite explicações satisfatórias a seus interlocutores, além de permitir também que seus interesses e necessidades possam ser comunicados com clareza aos respectivos governos. Tais desdobramentos demonstram inequivocamente as virtudes da cooperação entre os membros da família cafeeira.

O mais importante a fazer é devolver ao consumidor seu poder de escolha. Essa escolha pode incluir a melhoria geral da qualidade; o fornecimento de cafés do tipo especial a preços e prêmios apropriados; a provisão de café a preços econômicos e acessíveis a muitos consumidores, principalmente os de baixa renda; e, finalmente, o respeito ao gosto individual do consumidor.

Podemos fortalecer o mercado oferecendo um café que realmente proporcione prazer, criando um elo estreito e duradouro entre os consumidores e nosso produto.

Como último elo de uma cadeia de conseqüências que se inter-relacionam, é preciso promover o consumo do nosso produto de maneira efetiva e constante. Como disse, em 1993, um sábio gerente do Banco do Brasil, ao ouvir nossa reclamação pelos resultados insatisfatórios de sua agência no total de empréstimos do Funcafé: "Moço, o café vem depois da sobremesa."

Celsius A. Lodder é diretor executivo da Organização Internacional do Café.

Muitos sabores

O Brasil consolida no exterior a imagem de produtor de cafés de qualidade e conquista parcerias na promoção do produto

CARLOS BRANDO

Embora o agronegócio café nunca se tenha descuidado do *marketing* e da promoção internacional de seus produtos, faltou nos anos recentes *marketing* institucional para amparar os esforços individuais no competitivo mercado mundial.

Para preencher essa lacuna e promover mais agressivamente o produto, foi criado no ano passado, com recursos do Funcafé repassados pelo Ministério da Agricultura, o programa Cafés do Brasil.

Antes de completar um ano, o programa dedicou grande parte de seus esforços à criação dos fundamentos que permitirão atividades promocionais mais agressivas em anos futuros.

Marketing o ano todo

Foi necessário verificar e validar a proposta e testar as estratégias a utilizar. Paralelamente, foram também efetuadas atividades promocionais, buscando não perder oportunidades de *marketing* durante o ano.

A preocupação inicial foi com a criação e validação da mensagem e a revitalização do logo para adequá-lo à mensagem. A linha de comunicação do Cafés do Brasil é pautada pelos seguintes conceitos:

- um país, muitos sabores;
- qualidade, sustentabilidade e responsabilidade social;
- modernidade com tradição;
- agronegócio sofisticado e eficiente.

O próprio acréscimo da letra *s* em vermelho na palavra "café" do logotipo já representou uma nova postura, assim como a sinergia expressa no *slogan* "Cafés do Brasil: um país, muitos sabores", criado para representar a habilidade única do Brasil de oferecer literalmente um café para cada gosto.

Imagem favorável

O Brasil produz café em muitas latitudes e climas diversos, planta variedades diferentes e processa seu produto pelo sistema mais adequado à necessidade do consumidor. Cafés do Brasil são hoje ingrediente básico de muitas marcas e de expressos de qualidade. O *espresso* é a forma de preparação que mais cresce no mundo.

Para difundir a nova mensagem e essa imagem foram criados folhetos e outros materiais promocionais; organizaram-se palestras e abriu-se o *site* <www.cafesdobrasil.com.br>, em fase de aperfeiçoamento e sistematização do enorme volume de informações disponíveis. Em final de preparação para impressão, deverá ser distribuído em 2001o livro *Cafés do Brasil*.

A mensagem e a imagem foram lançadas em oito feiras internacionais e 15 eventos nacionais, onde foram servidas mais de 200 mil xícaras de café.

Os cafés do Brasil estiveram presentes na Feira de Cafés Especiais de São Francisco, EUA, onde o Brasil foi país tema e promoveu provas de nossos cafés para 120 líderes da indústria; nos Jogos Olímpicos de Sydney, onde servimos 25 mil cafezinhos e 5 mil expressos a um público internacional formador de opinião, e na 5ª Feira do Café, na Fispal, onde nossas múltiplas origens receberam acolhida entusiasmada dos torrefadores brasileiros.

Programa de qualificação

Foi iniciado um projeto de longa duração e profundo alcance, que pode induzir uma grande mudança no perfil do agronegócio Cafés do Brasil nos próximos cinco anos.

Trata-se do programa de qualificação dos cafés que visa a agregar valor ao produto através da definição e divulgação de origens, tipos e características dos cafés verdes e torrados e moídos.

O programa de qualificação compreende a certificação de origem e qualidade, a criação do programa brasileiro de certificação de café e o PEM – Programa de Educação do Mercado, cujo objetivo é segmentar o mercado brasileiro de café torrado e moído através da diferenciação de qualidades.

O Programa Cafés do Brasil é um dos principais patrocinadores do Institute for Coffee Studies, na Universidade de Vanderbilt, fundado a partir de estudos pioneiros iniciados no Brasil (UFRJ). O ICS tem um programa amplo de pesquisa e divulgação dos efeitos benéficos do café, com ênfase no combate a depressão, alcoolismo e dependência de drogas.

Café forever

Outra iniciativa de pesquisa patrocinada pelo Programa Cafés do Brasil é o Projeto Viva Café Forever, cujo objetivo é estudar e incentivar hábitos de consumo de café entre jovens americanos.

Dentro da filosofia de prestigiar e dar continuidade a iniciativas bem-sucedidas, o Programa Cafés do Brasil incorporou o Projeto Dica Feliz (Café e Criança) e o Projeto Gourmet.

O Projeto Dica Feliz, criado pela Abic – Associação Brasileira da Indústria do Café

– objetiva disseminar a cultura e o consumo do café entre as crianças, tendo este ano contado com 500 mil participantes.

O Projeto Gourmet, que vinha sendo patrocinado pelo International Trade Center através da Organização Internacional do Café, incentiva a produção de cafés de alta qualidade e os promove no Brasil e exterior, usando como ferramentas um concurso de qualidade e um leilão eletrônico dos cafés vencedores.

Resultados à vista

Embora 11 meses seja um tempo muito curto para medir os resultados de um programa de *marketing*, já é possível identificar algumas reações do mercado, entre as quais:

- a fixação da imagem do Brasil como produtor de cafés de qualidade;
- a assimilação do conceito "um país, muitos sabores", com identificação crescente das origens menos conhecidas, variedade de processos e cafés de diferentes tipos;
- o interesse por parte de empresas no exterior em fazer parcerias para promover em conjunto os Cafés do Brasil;
- a aceitação do cafezinho no exterior.

É ainda possível validar a postura estratégica de transmitir modernidade, profissionalismo e eficiência. Os clientes dos Cafés do Brasil esperam que se usem processos avançados e tecnologia sem contudo esquecer as tradições e a riqueza de nossa cultura.

É patente que a disposição do Brasil de promover seus cafés agressiva e continuadamente inspira grande temor entre nossos concorrentes. A coordenação das ações empreendidas neste ano, bem como a coerência dos conceitos em todas as atividades deixaram claro ao mercado que os Cafés do Brasil estão iniciando um programa de *marketing* com grande seriedade, clareza de propósitos e firme intenção de atingir os objetivos propostos.

Carlos Brando é diretor da P&A Marketing Internacional, assessor técnico do Programa Cafés do Brasil.

FUSÕES & AQUISIÇÕES

Inevitáveis até certo ponto

O limite para os processos resultantes da internacionalização do capital está na razão direta do aumento do seu poder de mercado

MARISTELA FRANCO PAES LEME

A última década foi marcada por profundas mudanças que exigiram rápida reestruturação nos diversos setores da economia. Com a abertura comercial, a estabilização econômica e a mudança dos padrões de consumo, a indústria brasileira de alimentos buscou competitividade na diversificação e diferenciação de seus produtos, segmentando o mercado, desmobilizando, voltando o foco para o *core business* e celebrando alianças e parcerias com outros agentes do sistema agroindustrial.

Internacionalização

Hoje predomina a concentração e a centralização do capital. O capital externo avança em vários setores da indústria e aumenta seu grau de internacionalização. A aquisição de empresas brasileiras líderes por multinacionais revela que o capital estrangeiro prefere negócios caracterizados por capacidade de coordenação e reputação. Para entrar no mercado tem que haver vantagem competitiva.

O dinamismo do processo de reestruturação determina profundas transformações produtivas, organizacionais e patrimoniais na indústria. Na década de 90, a atividade de esmagamento de soja passou por intenso processo de reestruturação. Grandes empresas que haviam se diversificado 10 anos antes voltaram a privilegiar seu *core business*. E esse cenário provocou profundas alterações no nível de concentração industrial. E a entrada de *global players* seguiu aqui a tendência mundial. Como produtos como óleo e farelo são *commodities*, a atividade optou por estratégias voltadas para a liderança em custos, e fatores como economia de escala e logística passaram a ganhar importância.

No setor de suco de laranja as fusões e aquisições também seguiram a tendência mundial. Alguns especialistas acham que em futuro próximo haverá entre oito e 10 grandes empresas de suco concentrado no mundo. No Brasil a atividade é um oligopsônio com poucas grandes empresas e algumas médias e pequenas. O elevado poder de mercado desse reduzido número de compradores inibe o poder de barganha dos produtores, cuja maioria é composta de pequenos proprietários, com aproximadamente 80 hectares de pomares, segundo cadastro do Fundo Paulista de Defesa da Citricultura (Fundecitrus).

Participação de mercado das quatro maiores empresas de cada setor (CR4) – %

	Café torrado[1]	Café solúvel[1]	Soja[2]	Suco de laranja[1]	Lácteos[3]	Aves[4]	Suínos[5]
CR4	19,7	79,7	31	80,7	37	31	31
	24	74,5	42,5	82,2	34,5	31	47

Fonte: Elaboração da autora.

[1]Os anos utilizados para cálculo do índice são: 1990 e 1998; [2]1995 e 1997; [3]1994 e 1998; [4]1993 e 1996; [5]1994 e 1998.

Participação do capital nacional e externo em cada setor – %

	Café torrado[1]	Café solúvel[1]	Soja[2]	Suco de laranja[1]	Lácteos[3]	Aves[4]	Suínos[5]
Capital nacional	22	94	37	87,1	26,1	29	40
	26	88	12	75,7	20,4	35	54
Capital externo	6	6	10	10,6	20,9	0	0
	8	12	43	24,2	22	14	10

Fonte: Elaboração da autora.

[1]Os anos utilizados para cálculo do índice são: 1990 e 1998; [2]1995 e 1997; [3]1994 e 1998; [4]1993 e 1996; [5]1994 e 1998.

Nas indústrias de café torrado e solúvel, suco de laranja, aves e suínos, consideram-se as 10 maiores empresas, enquanto nas de derivados de soja, consideram-se as oito maiores, e na de produtos lácteos, as seis maiores empresas.

O DINAMISMO DO PROCESSO DE reestruturação determina profundas transformações produtivas, organizacionais e patrimoniais dentro da indústria. O grau de concentração de capital aumentou, na década de 90, nos setores de derivados de soja, suco de laranja concentrado, café torrado e moído e suínos.

OLIGOPÓLIO DIFERENCIADO

A indústria de café torrado e moído é um oligopólio diferenciado com franja competitiva. Apesar da forte concorrência, via preço, marca e qualidade do produto são atributos que contam e muito. A participação das quatro maiores empresas do setor passou de 19,7% em 1990 para 24% em 1998. A alta concentração foi conseqüência do comportamento da empresa líder. A desregulamentação da atividade de torrefação e moagem de café propiciou a entrada de novas torrefadoras antes impedidas de ingressar por barreira legal e acirrou a concorrência via preços. As empresas diferenciaram seus produtos e segmentaram o mercado na tentativa de ganhar ou pelo menos não perder *market share*.

O grau de concentração nos setores de produtos lácteos e café solúvel reduziu-se pouco e permaneceu estável no segmento de aves. No setor lácteo houve redução da participação das quatro maiores empresas na recepção total de leite, apesar do elevado número de aquisições na década de 90. A causa foi o crescimento da recepção total de leite SIF e não SIF ter sido maior que o aumento da captação das maiores empresas. E o grande beneficiado foi o leite informal que aumentou 41% no período 1994/98.

Os índices de concentração para a indústria de aves e suínos são calculados com base no número de cabeças abatidas. A estrutura da indústria de carnes no segmento que realiza o processamento no entanto é mais concentrada e está mais próxima do oligopólio diferenciado. O processo de reestruturação ainda não terminou nesse setor e grandes empresas de capital externo ainda devem entrar no país nos próximos anos.

PERDAS E GANHOS

A internacionalização de capital cresce em todos os segmentos. Nos derivados de soja, por exemplo, em 1995, as oito maiores empresas do setor foram responsáveis por 47% da capacidade de esmagamento do produto. Desse total, as nacionais responderam com 37% e as multinacionais com 10%. Já em 1997, as oito maiores respondiam por 55% da capacidade de esmagamento e apenas 12% dessa capacidade estavam em mãos de empresas nacionais, ficando os 43% restantes com as empresas estrangeiras. A concentração industrial por sua vez não reduz necessariamente o bem-estar social, limitando-se a redistribuí-lo ao longo da cadeia produtiva, num processo em que alguns agentes são prejudicados enquanto outros saem ganhando.

A concentração e a internacionalização de capital são tendências mundiais ditadas pela globalização dos mercados. *Global players* e mesmo transnacionais buscam posição em mercados de grande dinamismo. A grande maioria das empresas de capital externo que veio para o Brasil tem procurado explorar as vantagens comparativas oferecidas pelo país.

O número de transações de fusão e aquisição na indústria de alimentos no país parece mais elevado do que em outros setores. Mas a grande maioria das transações realizadas na indústria de alimentos movimenta valores menores que as realizadas em outros setores, como o de telecomunicações.

Não há como evitar a tendência de fusões e aquisições ditada pelo mercado mundial – a não ser que isso implique redução do bem-estar por conta da concentração de capital e, conseqüentemente, aumento do poder de mercado. Nesse caso, a sugestão cabível de política pública é que os órgãos encarregados da defesa da concorrência no Brasil se mantenham em estado de alerta, analisando cada transação e conduta que possam representar redução da competição entre as empresas – além de distorções de política pública que beneficiem empresas multinacionais em detrimento das nacionais.

Maristela Franco Paes Leme é coordenadora de Defesa da Concorrência de Produtos Agrícolas e Agroindustriais do Ministério da Fazenda e mestre em economia aplicada pela Esalq/USP.

Acesso ao crédito

A adoção de mecanismos de mercado nas cadeias agropecuárias muda o perfil das relações entre produtores e traders

AFONSO CELSO BERTUCCI



O financiamento da produção agropecuária ocorre através da Cédula do Produto Rural (CPR), que o produtor emite para a venda antecipada de sua produção, com um conjunto integrado de apólices de seguro que garantam plenamente ao investidor a entrega física do produto padronizado.

Uma vez depositados em unidades armazenadoras credenciadas, apoiadas por apólices de seguro, os produtos colhidos lastreiam as *warrants*, possibilitando sua comercialização em sistemas de oferta eletrônica com difusão para todo o mercado mundial.

A organização aliada à segurança de CPRs e *warrants* colocam os produtores em contato com todo o mercado. Isso afeta diretamente a cadeia – estabelecida inicialmente pela forte interferência governamental, iniciada na década de 70, e posteriormente substituída pela atuação dos *traders* e da indústria de insumos – no preenchimento da lacuna ocasionada pela retirada paulatina dos recursos governamentais.

A indústria de insumos é a primeira beneficiária desse processo por ter o produtor como cliente e a parte mais importante do negócio ao se constituir na fonte de faturamento. A estratégia atual consiste no fornecimento de insumos contra o pagamento no momento da colheita.

Por não poder esperar o pagamento no prazo safra, a indústria de fertilizantes sofre com a necessidade de financiamento a prazo curto, e por isso atrela suas operações às da indústria consumidora de grãos, que as absorve.

Instrumentos de cobrança

Caracterizando o produtor como fiel depositário do produto, as CPRs atuais são um eficiente instrumento de cobrança na venda da safra, fazendo com que existam regularmente cerca de US$4 bilhões em operações nessa modalidade.

Padronizadas com a garantia do segu-

ro, as CPRs podem ser transformadas em dinheiro pela indústria de agroquímicos, na negociação com o mercado ou como lastro de aplicações de fundos de investimentos administrados por bancos internacionais.

As CPRs garantidas possibilitam à indústria de fertilizantes operações com o sistema financeiro, desatrelando-as de operações compulsórias com os *traders* adquirentes dos produtos na ponta final.

Número limitado

A indústria consumidora de grãos, especialmente no mercado de soja, bem como os *traders* ocuparam o espaço de financiamento aos produtores deixado pelo governo, incorporando a figura de bancos com captação externa e empréstimos a juros internos.

O acesso ao crédito externo limitou o número de *traders* atuante no mercado àqueles com forte esquema financeiro e domínio sobre o sistema de armazenamento, transporte e operações portuárias.

A necessidade de diluição dos custos totais de colocação do produto para exportação forçou as empresas a se garantirem na obtenção do produto em quantidade suficiente para ocupar a larga estrutura de logística montada.

O adiantamento aos produtores passou a se realizar em insumos e culminou com a absorção da indústria de fertilizantes, primeira necessidade do produtor, tornando seu fornecimento uma eficiente tática para garantir a entrega de toda a produção de grãos.

A adoção dos mecanismos de CPRs e *warrants* garantidas possibilita o retorno de um maior número de *traders*, o que, especialmente no complexo soja, aumenta o grau de liberdade dos produtores, já que a aquisição dos produtos é realizada através de sistemas eletrônicos abertos, que dispensam mecanismos complexos de captação de recursos e operações de infra-estrutura de armazenagem e transporte.

Menor custo de origem

As cooperativas de produção despontaram nas zonas de produção do Sul do país no início da década de 70 com forte influência da hereditariedade européia e recursos governamentais. A retirada do governo dos empréstimos agrícolas diminuiu a influência das cooperativas de produção,

A organização aliada à de CPRs e *warrants* colocam os produtores diretamente em contato com todo o mercado. Isso afeta diretamente a cadeia, preenchendo a lacuna ocasionada pela retirada paulatina dos recursos governamentais.

ocasionou o fechamento de muitas, a absorção das menos eficientes e atingiu o processo atual de concentração em cooperativas paranaenses.

As cooperativas remanescentes têm sua força visível nas operações de financiamento de cooperados para a venda de insumos e contabilizam os ganhos de operações de atacado de insumos em um varejo cativo. As cooperativas dominantes, por competência comercial, passaram a desempenhar operações industriais e de comércio externo, competindo diretamente com as indústrias, devido ao menor custo de origem de seus produtos.

A grande dificuldade de permanência desse modelo cooperativo consiste na manutenção da fidelidade dos cooperados, que, no mercado aberto, sempre consideram a oferta de vantagens financeiras.

Dilemas pela frente

A adoção dos mecanismos de contratos abertos de CPRs e *warrants* coloca as cooperativas no dilema de ter que remunerar os produtores pelos melhores valores de mercado fixados e difundidos por mídia eletrônica mundial e pelas relações de troca por insumos.

O sistema cooperativo puro – ou seja, a união de produtores objetivando vantagens na compra de insumos e venda de produtos, bem como a divisão da utilização de infra-estrutura – vem evoluindo para as associações e consórcios de produtores, especialmente no Centro-Oeste, com estrutura administrativa mais simples e objetivos claros e imediatos, preservando as particularidades de cada integrante.

A adoção dos mecanismos de mercado força naturalmente o enxugamento da estrutura administrativa das cooperativas para acelerar sua semelhança com a de associação ou consórcio de produtores.

A parte industrial das cooperativas tende a se desmembrar, apresentando as características próprias do funcionamento industrial, mais voltado para o consumidor final.

Inabilidade natural

O setor pecuário sofre de um problema crônico: os frigoríficos, intermediários da cadeia, são os responsáveis por pagar ao produtor e receber do comércio atacadista. A inabilidade natural dos frigoríficos em operações financeiras complexas os leva a correr os riscos de variações significativas de preços, o que causa distúrbios no pagamento aos produtores.

O mecanismo de CPRs aproxima os atacadistas dos produtores, levando os frigoríficos a atuarem somente em sua vocação de prestação de serviços de abate e evita que assumam o centro do desempenho financeiro.

Raciocínio análogo aplica-se à cadeia de açúcar e álcool, onde se determinam claramente o investidor, o produtor de cana e a usina como prestadora de serviços na transformação da cana em açúcar e álcool.

A Finagro integra e gerencia o processo de administração agrícola para fins de seguro, de forma a possibilitar a difusão do mecanismo de CPRs e *warrants* seguradas.

Os documentos negociáveis, uma vez registrados no Cetip, passam a ser operados por corretoras credenciadas que acessam uma única base de dados, operada pela Finagro, para a colocação de ofertas de compra e venda, fechamento de negócios e liquidação financeira através do próprio Cetip.

A difusão das ofertas ocorre por meio eletrônico, principalmente através da Internet, para todo o mundo, incluindo os resultados *on line* das estatísticas negociáveis e apontando as diversas tendências de mercado.

Afonso Celso Bertucci é engenheiro químico pela UFMG, mestre em ciência e tecnologia pela Universidade de Manchester e diretor da Finagro – Companhia Administradora de Negócios Agrícolas do Brasil S. A.

age.



www.valoronline.com.br

Se você acha difícil decidir o futuro da sua empresa, imagine ter em suas mãos o destino da humanidade. Foi isso que viveu Winston Churchill. O primeiro-ministro inglês na Segunda Guerra e um dos maiores líderes do século. Ele soube tomar decisões precisas em momentos incertos. Soube desenhar estratégias que redesenharam o mapa mundial. Soube formar a aliança que venceu o maior inimigo da humanidade: o nazismo. E, para comemorar isso tudo, soube popularizar um gesto que virou sinônimo de vitória. E que agora é o símbolo do Valor Econômico. O V de vitória é o V do Valor. O jornal que traz tudo para você ser um vencedor no mundo dos negócios. Assine já: 0800 90 5150. E seja você também um comandante de visão capaz de fazer alianças com os Roosevelt e De Gaulle do mundo empresarial moderno. E um líder capaz de enfrentar e vencer os Hitler e Mussolini destes tempos de marketing de guerra.

Valor ECONÔMICO

ROBERTO RODRIGUES

Discursos e negociações

O governo norte-americano acaba de aprovar uma lei que garante US$78,1 bilhões ao setor rural.

É claro que o presidente Clinton, em fim de mandato e interessado em eleger o candidato democrata, fez uma jogada eleitoral. Mas tal protecionismo – na contramão dos discursos liberais feitos por Al Gore e outros representantes públicos e privados dos interesses agrícolas dos EUA – vem se repetindo em escala ascendente.



Do pacote aprovado, US$23,3 bilhões serão pagamentos diretos aos agricultores. Ora, a renda bruta do setor rural deverá ser de US$32,1 bilhões, ou seja, os subsídios diretos serão da ordem de 70% do valor de venda da safra.

E mais: os produtores de trigo, milho e soja receberão US$1,3 bilhão para compensar suas perdas com a seca. Os produtores de leite receberão US$450 milhões pela mesma razão e mais US$650 milhões pela queda de preços. O protecionismo recrudesce.

Há dois meses a OCDE divulgou o valor oferecido aos produtores rurais pelos países filiados em 1999: US$361 bilhões, quase um bilhão por dia. Os EUA entraram com US$96,5 bilhões, a União Européia com US$125,8 e, grande revelação, Japão e Coréia juntos somaram US$93,7 bilhões.

Os produtos mais protegidos em 1999 foram os lácteos, com US$50,1 bilhões de subsídios, seguidos de arroz, com US$28,7 bilhões, e da carne bovina, com US$26,5 bilhões. Os subsídios que o Brasil oferece via Pronaf, Procera ou no crédito rural oficial nem chegariam a fazer cócegas em tal quantia.

Explica-se em parte a marcha lentíssima da OMC neste ano, quando deveria ter sido lançada a Rodada do Milênio, frustrada pelo fiasco de Seattle em dezembro passado. As dificuldades não foram contornadas e até se acentuaram após a reunião. Funcionários da OMC acreditam que alguns países, que foram a Seattle dispostos a reduzir a proteção, mudaram de idéia após o fracasso das negociações.

A entrada iminente da China na OMC e a luta de países da Europa central para se juntarem à UE e poderem gozar dos subsídios aos agricultores da Europa ocidental são novos complicadores.

Durante este ano que termina, os países filiados à OMC apresentaram propostas para avaliação ao Comitê Agrícola. As discussões nem se iniciaram. E o novo presidente do Comitê, embaixador do Peru, admite que não conhece do assunto...

Em 2001 as conversas precisam ganhar impulso, até porque a eleição norte-americana já passou.

Mas pelo menos quatro grupos estarão se digladiando na OMC: os **protecionistas declarados** (União Européia, Japão e Coréia), os **protecionistas disfarçados** (norte-americanos, com um discurso liberal e uma prática intervencionista), os **protecionistas passivos** (os países pobres da África e da Ásia que preferem comprar comida barata dos ricos em vez de desenvolver suas agriculturas nacionais) e o único **grupo liberal**, o grupo de Cairns, ao qual pertence o Brasil.

Assim, fica claro que o grupo liberal é minoritário, embora constituído de países importantes, como Canadá, Argentina, Colômbia, Austrália e Nova Zelândia, além do Brasil.

Será uma longa batalha que não podemos perder e só a unidade do setor e suas boas relações com o governo e com a academia poderão propiciar algum ganho.

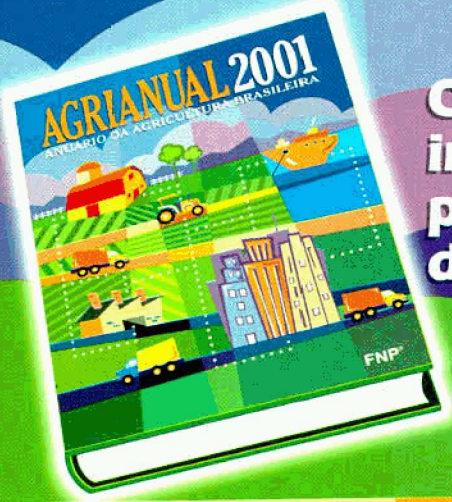
O setor privado está firme no Fórum Permanente de Negociações Agrícolas (Abag, CNA e OCB). Mas o governo, que tem feito excelentes discursos (o presidente Fernando Henrique Cardoso na Alemanha, o Ministro Lampreia na ONU e o Ministro Pratini todos os dias), precisa negociar com bastante vigor.

Sem bravatas, mas com vigor. Afinal, temos 28 milhões de famílias de classe média no Brasil. É um mercado fantástico, no qual os americanos estão de olho (daí a pressa na Alca) e os europeus também (daí o esforço pelo acordo UE/Mercosul). Precisamos valorizar essa posição, negociando bem. Porque discursos, embora excelentes, não ganham mercados.

Roberto Rodrigues é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da ACI e da Abag e professor de economia rural da Unesp.

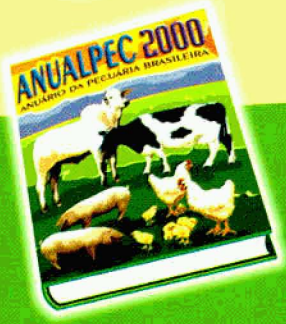
Quer ficar bem informado? Experimente a FNP!

As mais completas informações do setor agroindustrial estão no AGRIANUAL 2001



O AGRIANUAL é indispensável para o planejamento agrícola da safra 2001

(60 culturas)



Indispensável para o planejamento e a tomada de decisão na pecuária

(todas as criações)



Estatísticas · Boletins · Preços Históricos · Indicadores · Custos de Produção

www.fnp.com.br

O melhor conteúdo dos mercados agrícola e pecuário.

FNP® Consultoria & Comércio

Boas informações produzem bons negócios

Fone: (11) **3848.1414** • E-mail: **fnp@fnp.com.br**


Tópico: Diversidade
INDIVIDUALMENTE ELAS SÃO
ESPECIAIS.
JUNTAS, PODEM SER
ESPETACULARES.
Na natureza, duas coisas não são exatamente iguais. O mesmo se aplica às pessoas. Cada uma é única em conhecimento. Cultura. E experiência. Na Monsanto, acreditamos na riqueza da diversidade. Todos os dias, interagimos com pessoas não só de diferentes origens, mas também de diferentes áreas. Como agricultura, medicina e nutrição. Pois sabemos que, juntando nossas capacidades, podemos criar uma empresa com resultados espetaculares.
MONSANTO
Alimento • Saúde • Esperança™